UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS

BÁRBARA RODARTE DE PAULA

**O discurso e a prática da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo:
análise dos convênios celebrados pela pasta**

São Paulo

2018

BÁRBARA RODARTE DE PAULA

**O discurso e a prática da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo:
análise dos convênios celebrados pela pasta**

Versão original

Dissertação apresentada à Escola de Artes,
Ciências e Humanidades da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Mestre
em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação
em Estudos Culturais

Área de Concentração:
Crítica da cultura

Orientador:
Prof. Dr. André Fontan Kohler

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)
CRB 8 - 4936

Paula, Bárbara Rodarte de

O discurso e a prática da Secretaria de estado da cultura de São Paulo: análise dos convênios celebrados pela pasta. / Bárbara Rodarte de Paula ; orientador, André Fontan Kohler. – 2018
162 f.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo.
Versão original

1. Política cultural - São Paulo. 2. Convênio. 3. Análise do discurso. 4. Secretaria de Estado da Cultura - São Paulo. I. Kohler, André Fontan, orient. II. Título

CDD 22.ed.- 306.2098161

Nome: PAULA, Bárbara Rodarte de

Título: O discurso e a prática da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo: análise dos convênios celebrados pela pasta

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais

Área de Concentração:
Crítica da cultura

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

Agradeço à Universidade de São Paulo (USP) por ter contribuído de forma muito importante com a minha formação, cidadã, acadêmica e profissional. Agradeço a todos os professores, com os quais cursei disciplinas, pelo conhecimento adquirido ao longo destes anos de dedicação ao mestrado. Espero ter conseguido refletir parte do conteúdo dado em sala de aula na presente pesquisa.

Alguns professores tiveram uma participação mais especial! Sendo assim, gostaria de agradecer muito aos professores Lilia Moritz Schwarcz e Caio Gonçalves Dias. O primeiro capítulo da minha dissertação, “Diferentes concepções de cultura”, foi resultado da disciplina “Teoria cultural (ou “o que se fala, quando tanto se fala de cultura”). Noções de cultura em uso e como marcador social da diferença”, oferecida por eles. Foi a partir da redação deste capítulo, que defini a estrutura de toda a dissertação. E, mais importante, que ampliei o meu conhecimento acerca do termo “cultura”.

Obrigada aos professores Ursula Dias Peres e Dennis de Oliveira, ambos contribuíram muito com a visão de participação social que tenho hoje, por meio das disciplinas “Pesquisa em gestão participativa” e “Estado, mudança social e participação política”, sendo a última ministrada apenas pelo professor Dennis. A professora Cecília Olivieri, com a disciplina “Estado, instituições e políticas públicas”, também me auxiliou na redação da dissertação e na minha formação profissional.

Agradeço ao programa Estudos Culturais, que me recebeu e abraçou a minha pesquisa. A disciplina “História e teorias dos Estudos Culturais”, ministrada pelos professores Jefferson Mello e Carlos Gonçalves, também foi muito importante para o meu desenvolvimento. Aqui, faço uma ressalva, foi por meio desta disciplina que conheci Raymond Williams, autor que espero levar comigo para novas aventuras!

Um agradecimento especial ao meu orientador, professor André Fontan Kohler, que além de ter me recebido como orientanda, soube me direcionar no momento inicial da pesquisa, e sempre se mostrou atencioso com o conteúdo da dissertação. Muito obrigada aos membros da minha banca de qualificação, a professora Madalena Pedroso Aulicino e o pesquisador José Veríssimo Romão Netto. Espero ter compreendido os apontamentos dados.

Finalizo agradecendo a alguns colegas da Secretaria de Estado da Cultura, que me ajudaram a ter uma visão geral acerca da política de convênios. Em especial, ao amigo Luiz Fernando Mizukami, sempre um bom parceiro para discussões sobre política cultural. E à minha mãe, Maria José Rodarte, a quem devo toda a minha formação. Professora primária, sempre rígida com as minhas lições de casa. Ensinou-me a ser responsável com os estudos desde pequena.

“A cultura é de todos: devemos começar por aí. [...] A cultura é de todos: este o fato primordial. [...] A cultura é de todos, em todas as sociedades e em todos os modos de pensar. [...] A cultura é de todos: em meio a todas as mudanças, vamos sempre nos ater a isso. (WILLIAMS, 1958, p. 1-4)

RESUMO

PAULA, Bárbara Rodarte de. **O discurso e a prática da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo**: análise dos convênios celebrados pela pasta. 2018. 162 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Versão original.

A presente pesquisa compara o discurso da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo com o que a pasta de fato executa, ou seja, sua prática. A análise do discurso é feita com base na visão de cultura da secretaria e em seu entendimento acerca do termo “política cultural”. Este conteúdo é expresso em documento elaborado pela própria secretaria e na minuta do Plano Estadual de Cultura de São Paulo. Já a prática é analisada por meio de uma das políticas desenvolvidas pelo órgão: os convênios, instrumentos celebrados entre órgãos da Administração Pública ou entre estes e entidades sem fins lucrativos, visando a realização de projetos de vontade mútua e interesse público. Um importante mecanismo de fomento à cultura, no entanto, pouco discutido. São estudados os convênios firmados durante o período de um governo, 2011 a 2014, incluindo os instrumentos resultados de emenda parlamentar, portanto, de origem no Poder Legislativo, e os de escolha direta da secretaria, Poder Executivo. Especificamente, busca-se entender o que é um convênio; o perfil dos projetos conveniados; os valores investidos em projetos culturais, por meio de convênios; a distribuição dos convênios no estado; quais são as entidades e prefeituras conveniadas; quem são os deputados que destinam emendas parlamentares para a cultura etc. A análise permite observar a distância entre a teoria e a prática do órgão de cultura, uma vez que o estudo dos convênios demonstrou a ausência de uma política cultural definida, democrática e transparente; além da utilização da cultura, prioritariamente, como instrumento para se alcançar outros fins, diferentes dos expostos pela pasta em seu discurso. Distância grande é observada, também, em relação ao que a secretaria diz e faz e os anseios da sociedade civil, expressos por meio do plano de cultura. Enquanto a pasta tem a cultura como meio, a sociedade tem a cultura como fim. Além disso, o que a sociedade deseja, portanto, o que é de interesse público, não se faz presente, de maneira representativa, nos convênios celebrados.

Palavras-chave: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Plano Estadual de Cultura de São Paulo. Convênios. Política cultural. Cultura.

ABSTRACT

PAULA, Bárbara Rodarte de. **The discourse and practice of the Department of Culture of São Paulo State:** analysis of the agreements signed. 2018. 162 f. Dissertation (Master's in Philosophy) - School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2018. Original version.

This research compares the discourse of the Department of Culture of São Paulo State with what it really performs, its practice. Discourse analysis is based on the Department of Culture view about culture and its understanding of the term "cultural policies". This content is expressed in a document prepared by the Department itself and in the draft of the Cultural Plan of São Paulo State. The practice is analyzed through one of the policies developed by the Department: the agreements, instruments signed between public administration bodies or between them and non-profit entities, aiming at the realization of projects of mutual will and public interest. An important mechanism for promoting culture, however, little discussed. The agreements signed during the period of a term, from 2011 to 2014, are studied including the results of parliamentary amendment, that originate in the Legislative Branch, and those of direct choice of the department, Executive Branch. Specifically, we seek to understand what an agreement is; the profile of the projects; the amounts invested in cultural projects, through agreements; their distribution in the state; which are the entities and municipalities involved in the agreements; who are the parliamentarians who propose amendments for culture etc. The analysis allows us to observe the distance between the theory and practice of the Department of Culture, since the study of the agreements showed the absence of a defined, democratic and transparent cultural policy; besides the use of culture, as an instrument to achieve other ends, different from those exposed by the Department in its speech. Great distance is also observed in relation to what the Department says and does and the aspirations of civil society, expressed through the Cultural Plan. While the Department perceives culture as a medium, society perceives culture as an end. Moreover, what society wants, therefore, what is of public interest, is not present, in a representative manner in the agreements.

Keywords: Department of Culture of São Paulo State. Cultural Plan of the State of São Paulo. Agreements. Cultural policies. Culture.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Convênios por ano.....	79
Gráfico 2 – Valores dos convênios por ano.....	79
Gráfico 3 – Emendas parlamentares.....	96
Gráfico 4 – Prefeituras conveniadas por meio de escolha direta da SEC.....	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Números dos convênios de 2011 a 2014.....	72
Tabela 2 - Valores dos convênios de 2011 a 2014 (R\$).....	74
Tabela 3 – Cidades e números dos convênios.....	80
Tabela 4 – Município de São Paulo e números dos convênios.....	83
Tabela 5 – Município de São Paulo e valores dos convênios.....	89
Tabela 6 – Números e valores dos convênios da capital, Região Metropolitana e interior e litoral (R\$).....	92
Tabela 7 – Números e valores dos convênios de acordo com o porte dos municípios.....	93
Tabela 8 – Entidades contempladas regularmente por meio da SEC.....	100
Tabela 9 – Entidades contempladas regularmente por meio dos deputados.....	101
Tabela 10 – Entidades beneficiadas com grandes somas de recursos.....	103
Tabela 11 - Prefeituras beneficiadas com grandes somas de recursos.....	108
Tabela 12 – Tipos de objetos conveniados por meio de escolha direta da SEC.....	127
Tabela 13 – Tipos de objetos conveniados por meio de emenda parlamentar.....	127

LISTA DE SIGLAS

AAPG	Associação dos Amigos do Projeto Guri
AGCIP	Associação de Gestão Cultural do Interior Paulista
ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
APAA	Associação Paulista dos Amigos da Arte
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
CEU	Centro de Artes e Esportes Unificado
DEM	Democratas
ENECULT	Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura
FDE	Fundação para o Desenvolvimento da Educação
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
FUNDAÇÃO OSESP	Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo
FENATUPI	Festa das Nações de Tupi Paulista
FENTEPP	Festival Nacional de Teatro de Presidente Prudente
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
LGBTT	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MES	Ministério da Educação e Saúde Pública
MIS	Museu da Imagem e do Som
MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
OS	Organização Social
OSESP	Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PC DO B	Partido Comunista do Brasil
PEC	Plano Estadual de Cultura
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNC	Plano Nacional de Cultura
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista

PR	Partido da República
PROAC	Programa de Ação Cultural
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
SEAC	Secretaria de Atividades Sócio Culturais
SEC	Secretaria de Estado da Cultura
SESC	Serviço Social do Comércio
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SISEB	Sistema Estadual de Bibliotecas
SISEM	Sistema Estadual de Museus
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TCU	Tribunal de Contas da União
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 Introdução.....	15
2 Diferentes concepções de cultura.....	18
2.1 Alguns conceitos de cultura.....	20
2.2 Cultura para a Secretaria de Estado da Cultura.....	28
2.3 Cultura para o Plano Estadual de Cultura.....	38
2.4 Considerações.....	43
3 Diferentes concepções de política cultural.....	45
3.1 Conceito de política cultural para a Secretaria de Estado da Cultura.....	46
3.2 Considerações.....	61
4 Convênios.....	68
4.1 Concepções de convênio.....	68
4.2 Convênio para a Secretaria de Estado da Cultura.....	71
4.2.1 Números e valores dos convênios.....	76
4.2.2 Cidades e números dos convênios.....	80
4.2.3 Cidades e valores dos convênios.....	84
4.2.4 Deputados.....	95
4.2.5 Entidades.....	98
4.2.6 Prefeituras.....	104
4.3 Considerações.....	109
5 Objeto dos convênios e interesse público.....	112
5.1 Convênio para a Secretaria de Estado da Cultura.....	113
5.2 Interesse público.....	129
5.3 Considerações.....	133
6 Considerações finais.....	140
REFERÊNCIAS.....	145
APÊNDICE A – CIDADES CONTEMPLADAS COM CONVÊNIOS DE 2011 A 2014.....	151
APÊNDICE B – PREFEITURAS CONTEMPLADAS COM CONVÊNIOS DE 2011 A 2014.....	153
APÊNDICE C – ENTIDADES CONTEMPLADAS COM CONVÊNIOS DE 2011 A 2014.....	155

APÊNDICE D – DEPUTADOS QUE DESTINARAM EMENDAS PARA A CULTURA DE 2011 A 2014.....	161

1 Introdução

O órgão responsável pela política cultural do Estado de São Paulo é a Secretaria de Estado da Cultura (SEC), criada em 1979, pelo governador Paulo Salim Maluf. A pasta, em 2016, elaborou o documento “Apresentação da Política Cultural da Secretaria da Cultura – Versão 2016”, no qual faz constar sua visão de cultura. O documento será complementado pelo Plano Estadual de Cultura (PEC), tão logo este se torne lei.

A minuta do PEC foi desenvolvida por uma comissão, “Comissão de Sistematização de Informações, Elaboração e Redação do Plano Estadual de Cultura do Estado de São Paulo”, composta para este fim, em 2015. Na minuta, é expressa a visão de cultura do plano, a qual deveria representar a noção de cultura do Estado de São Paulo, uma vez que um plano de cultura tem, como uma de suas funções, refletir os anseios da sociedade. O PEC também apresenta a definição de política cultural para a secretaria, tendo em vista que este conteúdo foi redigido pela própria pasta; e traz as demandas da sociedade referentes à área cultural.

A presente pesquisa pretende comparar o discurso da SEC, por meio da análise dos dois documentos mencionados acima, com o que de fato é executado pela pasta. A secretaria desenvolve diversas políticas, entre elas os convênios. Os convênios são instrumentos firmados entre a Administração Pública e entidades sem fins lucrativos ou entre órgãos da própria Administração Pública, visando a realização de projetos de vontade mútua e interesse público. Um convênio pode ter origem no Poder Legislativo, por meio de destinação de emenda parlamentar, ou no Poder Executivo, mediante escolha direta das pastas, a quem cabe, também, o processo de conveniamento.

Desta forma, o que a SEC executa é analisado por meio dos convênios. O recorte proposto abrange o último governo completo do Estado de São Paulo, governo Geraldo Alckmin (Partido da Social Democracia Brasileira [PSDB]). São estudados os instrumentos celebrados de 2011 até 2014, na tentativa de compreender que política é esta: o que é um convênio; como os órgãos da Administração Pública definem o termo; qual é o perfil dos projetos selecionados; quais são os valores investidos; como é feita a distribuição dos convênios no estado; quais são as prefeituras e entidades sem fins lucrativos conveniadas; quais são os deputados que destinam emenda parlamentar para projetos culturais etc. Enfim, quais são as regras e os critérios que norteiam a política de convênios.

No período em questão, foram firmados 454 convênios, contemplando 130 prefeituras e 324 entidades sem fins lucrativos. Destes, 326 foram celebrados em função de destinação de emenda parlamentar, e 128, por meio de escolha direta da SEC. Dos 645 municípios do Estado de São Paulo, foram beneficiados 127, totalizando um investimento na área cultural de R\$ 113.197.779,23, valor, em sua maior parte, aportado pela SEC. Considerando a carência de recursos do setor; a pouca visibilidade e transparência dada ao instrumento; o alto montante de recursos envolvido; e a necessidade de se considerar o convênio como um mecanismo de incentivo à cultura, faz-se importante analisar que política é esta.

Para isto, utiliza-se banco de dados disponível no sítio eletrônico da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e a relação de emendas parlamentares destinadas para a cultura, no período, fornecida pela SEC. Por meio do banco de dados, foram obtidas as seguintes informações: a) nome da entidade ou prefeitura conveniada; b) valor do convênio; c) objeto do convênio; e d) cidade do ente conveniado. A relação da SEC tornou possível identificar os convênios que tiveram origem de emenda parlamentar, e seus respectivos deputados. Após feito o estudo detalhado destes dados, a política de convênios executada pela pasta é confrontada com o discurso proferido pelo órgão.

Para o estudo do discurso da SEC, optou-se pela análise de documentos formais e legitimados: o documento que expressa a visão de cultura da pasta e a minuta do PEC, conforme mencionado anteriormente. Conteúdos elaborados por escrito e disponibilizados ao público. O plano também é utilizado para entender o ponto de vista da sociedade, em relação à área cultural, uma vez que, hoje, ele é o documento mais representativo do estado como um todo, neste sentido. Além disso, a voz da SEC se faz presente, principalmente por meio dos convênios analisados. Para também dar voz ao Poder Legislativo, é apresentada uma entrevista com o segundo deputado a destinar mais emendas para o setor cultural, e membro do Partido dos Trabalhadores (PT), partido de oposição ao governo estadual.

De forma geral, cada capítulo tem início com uma breve introdução; seguida por uma revisão de literatura; pelo que a SEC entende acerca do assunto em discussão e, algumas vezes, como o PEC aborda o tema; e o encerramento é feito com algumas considerações da autora. O discurso da pasta é debatido nos dois primeiros capítulos da dissertação. O primeiro capítulo apresenta a visão de cultura da SEC e do PEC, fazendo uma contraposição entre cultura para o poder público e para a sociedade civil, tendo como base as definições do termo para alguns

autores e gestores culturais. Este capítulo deu origem ao artigo “Apontamentos acerca de diferentes concepções de cultura e sua comparação com os princípios adotados pela Secretaria de Estado da Cultura e pelo Plano Estadual de Cultura (Estado de São Paulo)”, apresentado no XII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT), promovido pela Universidade Federal da Bahia.

No segundo capítulo, faz-se um esforço no sentido de compreender o que a secretaria entende por política cultural. A pasta expressa sua visão acerca do termo, na minuta do PEC, por meio de conceitos de diversos autores. Os conceitos apresentados pela pasta são ampliados, buscando-se as referências originais, uma vez que a SEC utiliza trabalhos de terceiros, nos quais constam as definições estudadas. Deste capítulo, resultou o artigo “Conceito de política cultural para a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo”, apresentado no IX Seminário Internacional de Políticas Culturais, da Fundação Casa de Rui Barbosa.

A prática do órgão de cultura é analisada nos dois últimos capítulos. O terceiro capítulo apresenta alguns conceitos de convênio, e estuda os instrumentos celebrados pela SEC, de 2011 a 2014. São feitos diferentes levantamentos, tendo como base os dados obtidos via Secretaria da Fazenda. Neste momento, é observada a falta de regras, critérios e transparência no processo de conveniamento, o que será reiterado pelas informações constantes no último capítulo. O conteúdo discutido demonstra que os convênios são um importante mecanismo de fomento à cultura, embora pouco reconhecido e com pouca visibilidade. Neste sentido, foi redigido o artigo “Convênios como uma política de financiamento à cultura: análise dos convênios celebrados pela Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo”, apresentado no XIV ENECULT.

O quarto capítulo se detém especificamente sobre os objetos dos convênios, abordando também uma parte da definição do termo, o interesse público. O interesse público do Estado de São Paulo, representado pelo PEC, é contraposto aos convênios celebrados. Portanto, o que é executado pela SEC é comparado com as demandas da sociedade. Por fim, ao término da dissertação, são apresentadas as considerações finais. Nesta parte, é feita a comparação entre o discurso da pasta e o que de fato é realizado pelo órgão.

2 Diferentes concepções de cultura

O capítulo aborda alguns conceitos de cultura e promove um diálogo entre eles. Inicialmente, são apresentados conceitos de pensadores renomados, de gestores culturais e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); em seguida, a visão de cultura da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e, por fim, a definição de cultura do Plano Estadual de Cultura de São Paulo. As visões de cultura da Secretaria de Cultura e do Plano de Cultura são analisadas com base nos conceitos dos autores utilizados na primeira parte. O objetivo é compreender, em teoria, a concepção de cultura da secretaria, para comparar com o que de fato é executado, por meio da análise dos projetos conveniados pela pasta.

A escolha dos autores baseia-se em concepções diferentes de cultura; no entanto, em alguns pontos, elas mostram-se semelhantes, e, no todo, podemos considerá-las complementares. Concepções elaboradas em contextos históricos distintos e por autores com formações distintas. A menção à UNESCO faz-se, além de considerada a importância do órgão, devido à referência feita pela Secretaria de Estado da Cultura e pela minuta do Plano Estadual de Cultura à “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial” e à “Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais”, além da “Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural”, para a redação de seus respectivos documentos. A escolha do ex-ministro da cultura Gilberto Gil deve-se, além da importância de se considerar também a visão de cultura de um gestor da área e artista, ao fato de o documento da secretaria levar em conta o Plano Nacional de Cultura (PNC)¹ para sua redação. Celso Furtado, por sua vez, foi um gestor, que apesar de não ser do meio cultural, trouxe contribuições à formulação do conceito.

A pasta responsável pela cultura, no Executivo do Estado de São Paulo, é a Secretaria de Estado da Cultura (SEC). Em 2013 e 2014, esta secretaria, sob a orientação da Secretaria de Gestão Pública e do Gabinete da pasta, desenvolveu um documento que expressa os valores da SEC, apresentando sua visão acerca do termo “cultura”. O documento, chamado “Apresentação da Política Cultural da Secretaria da Cultura – Versão 2016”, deverá ser

---

¹ A elaboração do Plano Nacional de Cultura teve início em 2003. O plano tornou-se lei em 2010, por meio da Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010.

atualizado após o Plano Estadual de Cultura tornar-se lei. Até que a atualização seja feita, podemos considerar este documento como a visão oficial de cultura da SEC.

Durante o segundo semestre de 2014 e o primeiro de 2015, uma comissão², nomeada pela SEC, elaborou a minuta do Plano Estadual de Cultura, documento que deverá subsidiar a política cultural da pasta por dez anos, a partir de sua aprovação pela Assembleia Legislativa e sanção do governador. O plano também apresenta, na parte intitulada “Diagnóstico”, seu conceito de cultura.

Podemos considerar a visão de cultura presente na minuta do Plano Estadual de Cultura (PEC) como a mais representativa do Estado de São Paulo como um todo, até o presente momento, pois a comissão que o elaborou é composta por representantes de todas as regiões do estado, pessoas do poder público e da sociedade civil, que atuam junto à área cultural. Sendo, desta forma, uma visão mais próxima do que seria a concepção de cultura da sociedade civil.

Estes dois documentos são analisados abaixo, uma vez que a visão de cultura da minuta do PEC será incorporada ao documento da secretaria tão logo o plano seja aprovado. Esta união possibilitará um conceito de cultura mais amplo e completo para o Estado de São Paulo, na medida em que congregará as visões do poder público e da sociedade civil, que deveria ser representada pela comissão de redação.

---

² A “Comissão de Sistematização de Informações, Elaboração e Redação do Plano Estadual de Cultura do Estado de São Paulo” foi instituída pela Resolução SC-85, de maio de 2014. Ela é composta por membros do poder público; de organizações sociais (OSs), com contrato de gestão vigente com a SEC; e da sociedade civil. Ao todo, são 42 membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo: 20 membros eleitos em “Encontros Regionais Abertos”, realizados em todas as regiões administrativas do estado; nove membros indicados por organizações (Conselho de Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros do Estado de São Paulo (LGBT), Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo, Conselho Estadual dos Povos Indígenas de São Paulo, Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência, Pontos de Cultura do Estado de São Paulo, Serviço Social do Comércio (SESC), Sistema Estadual de Bibliotecas (SISEB) e Sistema Estadual de Museus (SISEM)); dez representantes de linguagens e segmentos culturais (artes visuais, audiovisual, capoeira, circo, dança, hip hop, literatura, livro e leitura, música, patrimônio e teatro); e três membros indicados pelo Secretário de Estado da Cultura, sendo um deles representante do segmento de cultura popular.

2.1 Alguns conceitos de cultura

Seja lá o que for, sabemos que cultura é, ou é considerada ser, uma coisa boa.
(SAPIR, 2012, p. 36)

Edward Burnett Tylor, considerado um dos fundadores da antropologia, foi quem primeiro definiu cultura do ponto de vista antropológico, em Londres no ano de 1871. Para Tylor (2005, p. 69):

Cultura ou Civilização, tomada em seu mais amplo sentido etnográfico, é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade.

Ainda para Tylor (2005, p. 78): “[...] a lista de todos os itens da vida geral de um povo representa aquele todo que chamamos sua cultura”. O autor integrava a corrente chamada “evolucionismo cultural”, presente na segunda metade do século XIX, tendo como influência a obra de Charles Darwin. O “evolucionismo cultural” considerava o desenvolvimento humano de forma unilinear, com uma escala evolutiva ascendente por meio de três estágios: selvageria, barbárie e civilização (CASTRO, 2005).

Crítico radical do evolucionismo, Edward Sapir, antropólogo e linguista, nasceu na Alemanha, mas viveu a maior parte de sua vida nos Estados Unidos. Sapir apresenta sua ideia do tipo de coisa boa que a cultura é, tratando, inicialmente, do que para ele são os três sentidos principais do termo, em texto escrito em 1924. Ele inicia com o uso da cultura no sentido técnico, feito por etnólogos e historiadores da cultura. Neste caso, a cultura tem relação com os itens socialmente herdados ao longo da vida, conservados por meio de processos imitativos, remetendo à tradição. Assim, todos os homens são cultos, de formas diferentes, sem, no entanto, uma cultura poder ser classificada como superior ou inferior à outra em termos de valor (SAPIR, 2012).

O segundo sentido do termo “cultura”, para Sapir, é o mais próximo do senso comum, quando uma pessoa é considerada culta por ter maneiras refinadas e certa sofisticação intelectual. Neste caso, são requisitos fundamentais um distanciamento em relação aos gostos e às condutas da maioria da população e o culto a um passado glorioso. No terceiro sentido, para

Sapir, cultura é quase sinônimo de “espírito” ou “gênio” de um povo. A ênfase está no funcionamento e no significado das ideias e ações de um povo, o que acaba por diferenciá-lo de outro (SAPIR, 2012).

Por fim, Sapir chega a sua concepção de “cultura autêntica”, utilizando o segundo e o terceiro sentido do termo cultura: “Podemos aceitar a cultura como o molde característico de uma civilização nacional, enquanto da segunda concepção de cultura – aquela que se refere a um tipo tradicional de refinamento individual – tomamos emprestada a noção de forma ideal” (SAPIR, 2012, p. 41).

Em outro contexto, Raymond Williams dará sua contribuição ao conceito de cultura. Williams foi um dos fundadores dos Estudos Culturais, disciplina surgida na Grã Bretanha nos anos 1950, inicialmente por meio de aulas noturnas para trabalhadores. Sua produção acadêmica e literária foi desenvolvida no período pós-Segunda Guerra Mundial. Numa Inglaterra cada vez mais industrializada, com concentração de renda nas mãos de poucos, com expansão dos meios de comunicação de massa e da indústria cultural, com uma ordem capitalista hegemônica, na qual o conflito político e econômico foi desviado para o cultural. Um período de lutas políticas visando à transformação da sociedade. É neste contexto que Williams desenvolve sua proposição de uma cultura em comum - uma cultura de todos, com significados e valores construídos por todos, em oposição a uma cultura de posse de uma minoria, de uma classe especial ou de um grupo de pessoas, que difunde sua concepção de cultura para a sociedade, em voga nos anos 1930 (CEVASCO, 2003).

Williams vê a cultura como um modo de vida e como campo de luta social, por meio da divisão de classes, pensando numa cultura burguesa, no sentido de trabalho intelectual e imaginativo, e numa cultura da classe trabalhadora, uma cultura alternativa (WILLIAMS, 2011). Para Williams (2011, p. 349):

[...] uma cultura não é apenas um corpo de trabalho intelectual e imaginativo; ela é também e essencialmente todo um modo de vida. A base de uma distinção entre cultura burguesa e cultura da classe trabalhadora está apenas secundariamente no campo do trabalho intelectual e imaginativo [...]. A distinção primordial deve ser procurada no modo total de vida [...]. A distinção crucial está entre ideias alternativas da natureza do relacionamento social.

Pensando no relacionamento social, a cultura burguesa seria individualista, cada indivíduo buscando seu desenvolvimento e vantagem. Ao passo que a cultura da classe trabalhadora agiria de forma cooperativa, coletiva, buscando desenvolvimento e vantagem para a sociedade, uma cultura social e não individual (WILLIAMS, 2011).

Williams (2011, p. 351) fez a seguinte consideração sobre a cultura da classe trabalhadora e a da classe burguesa, começando pela primeira:

Não é arte proletária, nem as casas do governo local, ou um uso específico do idioma; é, ao contrário, a ideia coletiva básica, e as instituições, maneiras, hábitos de pensamento e intenções que se originam dessa ideia. A cultura burguesa, da mesma forma, é a ideia individualista básica, e as instituições, maneiras, hábito de pensamento e intenções que se originam dessa ideia.

Raymond Williams, assim como Stuart Hall, fez parte da chamada New Left – base sócio-histórica dos Estudos Culturais. Movimento que reuniu diversos intelectuais britânicos para repensar e criticar o marxismo à luz de um novo contexto histórico, no final dos anos 1950, e que tinha como um de seus eixos de debate a cultura. Um momento em que a cultura ganhou centralidade e protagonismo, passando a fazer parte do cotidiano das pessoas, em função do avanço dos meios de comunicação de massa, sendo utilizada para explicar o funcionamento do capitalismo, e tida como fundamental em um processo de mudança social. A New Left organizou uma publicação importante para caracterizar o movimento, a New Left Review, criada em 1960, tendo como primeiro diretor Stuart Hall (CEVASCO, 2003).

Hall, junto com Williams, foi um dos fundadores dos Estudos Culturais e também membro da New Left. O autor analisou a centralidade da cultura na segunda metade do século XX, época de mudanças globais que impactaram a cultura local. Impacto este que, na visão do autor, poderia criar alternativas híbridas, sintetizando elementos de diversas culturas e até mesmo produzindo resistências, em oposição a uma ideia de homogeneização cultural fruto do processo de globalização – em voga no período. Momento, segundo Hall, de revolução cultural e revolução da informação, impulsionadas pelas indústrias culturais, de mudanças do cotidiano que foram precipitadas pela cultura, da centralidade da cultura na formação das identidades pessoais e sociais, de uma “virada cultural”, no qual a cultura ganhou uma importância bem maior do que tinha anteriormente, e passou a ser vista como uma condição constitutiva da vida social (HALL, 1997).

É neste contexto que Hall apresenta sua ideia de cultura a partir da “ação social”. Segundo o autor:

Nas ciências sociais, em particular na sociologia, o que se considera diferenciador da “ação social” – como um comportamento que é distinto daquele que é parte da programação genética, biológica ou instintiva – é que ela requer e é relevante para o significado. [...] A ação social é significativa tanto para aqueles que a praticam quanto para os que a observam: não em si mesma mas em razão de muitos e variados sistemas de significado que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação aos outros. Esses sistemas ou códigos de significado dão sentido às nossas ações. Eles nos permitem interpretar significativamente as ações alheias. Tomados em seu conjunto, eles constituem nossas “culturas”. Contribuem para assegurar que toda ação social é “cultural”, que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação. (HALL, 1997, p.1)

Considerando a centralidade da cultura, Hall fala, também, que o termo acabou ganhando um sentido mais amplo. Passamos a falar de uma cultura das corporações, de uma cultura do trabalho, de uma cultura da masculinidade, da magreza e de outros tipos (HALL, 1997). Para Hall (1987, p. 13, *itálico do autor*):

O que isto sugere é que *cada* instituição ou atividade social gera e requer seu próprio *universo* distinto de significados e práticas - sua própria cultura. Assim sendo, cada vez mais, o termo está sendo aplicado às práticas e instituições, que manifestamente *não* são parte da “esfera cultural”, no sentido tradicional da palavra. De acordo com este enfoque, *todas* as práticas sociais, na medida em que sejam relevantes para o significado ou requeiram significado para funcionarem, têm uma dimensão “cultural”.

Diferentemente de outros autores, Hall não quer dizer que tudo é cultura e que cultura é tudo. O que ele argumenta é: “[...] que toda prática social depende e tem relação com o significado: conseqüentemente, que a cultura é uma das condições constitutivas de existência dessa prática, que toda prática social tem uma dimensão cultural” (HALL, 1987, p. 13).

Também abordando a questão da interpretação, o antropólogo norte americano Clifford Geertz desenvolveu, nos anos 1970, a chamada “antropologia interpretativa”, uma antropologia que busca interpretar os fenômenos culturais. Desta forma, o autor considera a cultura como um sistema simbólico, como um conjunto de textos em busca de interpretação (AZZAN JUNIOR, 1993). Geertz busca, em seus ensaios sobre cultura, uma redução do conceito, um conceito mais especializado e mais forte, segundo ele: “[...] para substituir o famoso ‘o todo mais complexo’ de E. B. Tylor, o qual, embora eu não conteste a sua força

criadora, parece-me ter chegado ao ponto em que confunde muito mais do que esclarece” (GEERTZ, 2008, p. 3). Ele defende um conceito de cultura semiótico; nas palavras de Geertz (2008, p. 4):

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.

E ainda sobre o conceito de cultura semiótico, diz Geertz (2008, p. 10):

Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade.

Já no Brasil, no final dos anos 1980, o economista e então ministro da cultura Celso Furtado, em discurso de posse quando assumiu o ministério, apresentou seu entendimento acerca do termo “cultura”:

Cultura, para mim, é a dimensão qualitativa de tudo que cria o homem. E o que tem sentido profundo para o homem é sempre qualitativo. É corrente que nos preocupemos com cultura, quando esta se apresenta em suas formas mais significativas, quando o qualitativo nos escolta o espírito. Os objetos de arte, pelo fato de que incorporam uma mensagem que nos toca a sensibilidade, a imaginação, com frequência respondem a necessidades profundas de nosso espírito, aplacam nossa angústia de seres a um só tempo gregários e solitários. O homem, com seu gênio criativo, dá significação às coisas, e são essas coisas impregnadas de significação que constituem a nossa cultura. Em seu esforço para enriquecer a própria vida e a sociedade em que está inserido, o homem cria cultura. (FURTADO, 2012, p. 52)

Furtado foi ministro da cultura no Brasil, entre fevereiro de 1986 e agosto de 1988. Foi o terceiro a assumir a pasta durante o Governo José Sarney (1985 – 1990), primeiro governo democrático após o término da Ditadura Militar, dentre cinco ministros, portanto, um período marcado por forte instabilidade política na área cultural. O Ministério da Cultura havia sido recém-criado, em 1985; antes disto, de 1953 a 1985, a cultura esteve alocada no Ministério da Educação e Cultura (MEC), e de 1930 a 1953, no Ministério da Educação e Saúde Pública (MES).

Furtado refere-se à cultura do cotidiano. Para ele, a cultura está impregnada em todos os momentos de nossa vida. Devem ser considerados os momentos de ócio, de lazer e de espiritualidade e também a dura realidade do cotidiano, tal como o período de trabalho: “Portanto, eu diria que a preocupação com o cotidiano, ou a dimensão cotidiana da cultura, contém grande parte da resposta à pergunta que formulei: que é cultura?” (FURTADO, 2012, p. 52).

Pensando nessa dimensão social da cultura, a cultura no cotidiano, tendo em vista a vida das pessoas, a qualidade de vida e o atendimento de demandas das minorias, Furtado criou, inclusive, uma secretaria específica, a Secretaria de Atividades Sócio Culturais (SEAC). Outra dimensão da cultura importante para ele era a da cultura como processo produtivo, geradora de empregos e renda (FURTADO, 2012). Furtado tinha uma visão ampliada de cultura como gestor público, já em 1986. Segundo Fabio Magalhães, secretário do Ministério da Cultura e presidente da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) na gestão Celso Furtado, o ministro:

[...] organizou o Ministério para atuar como elemento integrador, de inclusão social, capaz de dar voz à diversidade cultural em âmbito nacional, inclusive àquelas manifestações culturais que se restringiam a pequenos grupos [...]. Ampliou as ações de proteção ao patrimônio cultural e desenvolveu projetos junto a comunidades com o objetivo de fortalecer tradições culturais ameaçadas [...]. Interessou-se pelo fomento às artes, atento às novas linguagens [...]. (FURTADO, 2012, p. 179)

Considerando a problemática da globalização, tema também presente na obra de Furtado, George Yúdice, linguista e professor norte americano, apresenta a cultura sob outro ponto de vista, apresentando os usos da cultura na era global, momento em que a cultura é valorizada por sua utilização. Para ele, particularmente na América Latina, a cultura tem sido usada como recurso, pressupondo seu gerenciamento, tanto para fins sociais quanto econômicos e políticos. O autor escreve num momento de mundo globalizado, em que a cultura passa a ter importância, enquanto objeto, para resolver problemas econômicos, sociais e políticos. Através deste argumento, a cultura, enquanto recurso, ganha legitimidade, passando, inclusive, a ser conveniente para líderes governamentais e empresariais.

Segundo Yúdice (2006), este é um período em que a cultura ganha legitimidade em função de sua utilidade; um período em que a esfera cultural ganha: “[...] um protagonismo maior do que em qualquer outro momento da história da modernidade [...]” (YÚDICE, 2006, p. 26).

Num contexto pós-modelo Fordista e pós Guerra Fria, de diminuição da subvenção estatal para a área social e cultural, o setor das artes e da cultura é chamado para resolver problemas de ordem social, econômica e política.

A cultura do cotidiano, gerenciada, passa então a ser mobilizada como recurso para o turismo; a cultura erudita, gerenciada, passa a ser utilizada para o desenvolvimento urbano; e as indústrias culturais, também gerenciadas, passam a ser grandes contribuidoras do Produto Nacional Bruto (YÚDICE, 2006). Para Yúdice (2006, p. 25): “[...] o papel da cultura expandiu-se como nunca para as esferas política e econômica, ao mesmo tempo [em] que as noções convencionais de cultura se esvaziaram muito”. E, ainda:

A cultura é hoje vista como algo em que se deve investir, distribuída nas mais diversas formas, utilizada como atração para o desenvolvimento econômico e turístico, como mola propulsora das indústrias culturais e como uma fonte inesgotável para novas indústrias que dependem da propriedade intelectual. (YÚDICE, 2006, p.11)

Desenvolvendo sua argumentação, o autor observa duas relações importantes no mundo globalizado, entre cultura e economia e cultura e justiça social. Segundo ele:

No entanto, a noção de cultura sofreu várias mutações para satisfazer as exigências do resultado final. As tendências artísticas, como o multiculturalismo, que enfatizam a justiça social (talvez compreendida como uma representação visual equitativa nas esferas públicas) e as iniciativas para promover a utilidade sociopolítica e a econômica foram fundidas numa noção daquilo que eu denomino a “economia cultural” e aquilo que a retórica New Laborite de Blair intitulou “economia criativa”. (YÚDICE, 2006, p. 34)

Desenvolvimento econômico por meio da cultura, por meio de atividades criativas, uma “[...] nova economia baseada no “fornecimento de conteúdo” (YÚDICE, 2006, p. 34). Justiça social por meio da cultura, através do reconhecimento das diferentes culturas dos povos e de suas necessidades, através da cidadania cultural - dos direitos culturais. A conveniência da cultura, enquanto recurso, para se atingir um fim:

Os direitos culturais incluem a liberdade de se engajar na atividade cultural, falar a língua de sua escolha, ensinar sua língua e sua cultura a seus filhos, identificar-se com as comunidades culturais de sua escolha, descobrir toda uma variedade de culturas que compreendem o patrimônio mundial, adquirir conhecimento dos direitos humanos, ter uma educação, não deixar representar-se sem consentimento ou ter seu espaço cultural utilizado para publicidade, e ganhar espaço público para

salvaguardar esses direitos. (GRUPO DE FRIBURGO³, 1996 apud YÚDICE, 2006, p. 41)

Neste mesmo contexto, para a UNESCO (2002, p. 2):

[...] a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.

A UNESCO olha não só para a cultura como um todo, mas também para a diversidade cultural: “Por ser um processo contínuo, flexível e mutável, a cultura remodela o seu próprio patrimônio material e imaterial, enquanto novas formas de expressão são geradas, revelando, assim, a sua infinita diversidade” (UNESCO, 2005, p. 21). A organização promulgou três importantes documentos, nos anos 2000, para promover a cooperação internacional em torno de alguns temas muito importantes, sendo eles: a “Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural”, em 2002; a “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial”, em 2003; e a “Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais”, em 2005. Documentos que também subsidiaram a visão de cultura do governo federal, durante o governo Lula (2003-2010).

O músico Gilberto Gil foi ministro da cultura durante parte do Governo Lula, de 2003 a 2008. Sua visão de cultura alargada e a adoção de um conceito de cultura antropológico possibilitou ao ministério expandir sua área de atuação para além do patrimônio material e das artes reconhecidas, passando a abranger as seguintes culturas: populares; afro-brasileiras; indígenas; de gênero; de orientação sexual; das periferias; audiovisuais; das redes e tecnologias digitais etc. (RUBIM, 2010).

O então ministro Gil (2003a), durante discurso de posse, apresenta sua concepção de cultura:

E o que entendo por cultura vai muito além do âmbito restrito e restritivo das concepções acadêmicas, ou dos ritos e da liturgia de uma suposta "classe artística e intelectual". Cultura, como alguém já disse, não é apenas "uma espécie de ignorância que distingue os estudiosos". Nem somente o que se produz no âmbito das formas canonizadas pelos códigos ocidentais, com as suas hierarquias suspeitas. Do mesmo modo, ninguém aqui vai me ouvir pronunciar a palavra "folclore". Os

³ GROUPE DE Fribourg. **Project concerning a declaration of cultural rights**. Paris: UNESCO, 4 sept. 1996. Disponível em: <http://www.unifr.ch/iiedh/langues/english/DC/decl_dc.html>.

vínculos entre o conceito erudito de "folclore" e a discriminação cultural são mais do que estreitos. São íntimos. "Folclore" é tudo aquilo que - não se enquadrando, por sua antigüidade, no panorama da cultura de massa - é produzido por gente inculta, por "primitivos contemporâneos", como uma espécie de enclave simbólico, historicamente atrasado, no mundo atual. Os ensinamentos de Lina Bo Bardi me preveniram definitivamente contra essa armadilha. Não existe "folclore" - o que existe é cultura.

Cultura como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos.

Gil enfatizou o papel ativo do Estado na área cultural, em oposição à política neoliberal desenvolvida anteriormente, que deixava nas mãos do mercado a definição da política cultural a ser realizada. Além disso, a participação social também esteve bastante presente durante sua gestão, por meio de seminários, conselhos e conferências, entre outros instrumentos. E havia, ainda, uma preocupação em criar uma política cultural de Estado e não mais de governo, uma política de horizonte longo, com diretrizes, metas e ações traçadas para serem desenvolvidas de forma contínua, por diferentes gestões – por isso a criação do PNC, um dos componentes do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Segundo Rubim (2010), as palavras do Presidente Lula são elucidativas da nova dimensão assumida pela cultura neste governo:

Para nós, a cultura está investida de um papel estratégico, no sentido da construção de um país socialmente mais justo e de nossa afirmação soberana no mundo. Porque não a vemos como algo meramente decorativo, ornamental. Mas como a base da construção e da preservação da nossa identidade, como espaço para a conquista da cidadania, e como instrumento para a superação da exclusão social – tanto pelo fortalecimento da auto-estima do nosso povo, quanto pela sua capacidade de gerar empregos e de atrair divisas para o país. Ou seja, encaramos a cultura em todas as dimensões, da simbólica à econômica. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006, p. 3)

2.2 Cultura para a Secretaria de Estado da Cultura

Uma cultura autêntica não pode ser definida como uma soma de fins abstratamente desejáveis, como um mecanismo. [...] Uma cultura que não se constrói a partir dos interesses e desejos centrais de seus portadores, que opera a partir dos fins gerais em direção ao indivíduo, é uma cultura exterior. (SAPIR, 2012, p. 44)

Segundo apresentação feita por um representante da SEC (2016)⁴, durante seminário intitulado “Políticas Culturais em Foco Jornada de Debates sobre Políticas Culturais e Gestão da Cultura”, os valores da pasta se baseiam em documentos da UNESCO e do Ministério da Cultura, em especial no PNC (informação verbal).

O PNC, iniciado em 2005 e tornado lei em 2010, resultado de uma visão de cultura ampliada colocada em prática na gestão Gilberto Gil, tem como objetivo desenvolver uma política cultural de Estado para o país, que garanta a proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Com horizonte de dez anos, ele define diretrizes, estratégias, objetivos, ações e metas, que devem orientar o poder público na formulação de uma política cultural a ser desenvolvida de forma contínua. O plano é um dos componentes do SNC, juntamente com o Conselho Nacional de Política Cultural, o Fundo Nacional de Cultura e a Conferência Nacional de Cultura (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2011).

O PNC, da mesma forma que o Ministério da Cultura na época, trabalha com uma concepção de cultura articulada em três dimensões: como expressão simbólica, como direito de cidadania e como potencial para o desenvolvimento econômico. Sendo a dimensão simbólica:

O aspecto da cultura que considera que todos os seres humanos têm a capacidade de criar símbolos. Tais símbolos se expressam em práticas culturais diversas, com nos idiomas, costumes, culinária, modos de vestir, crenças, criações tecnológicas e arquitetônicas, e também nas linguagens artísticas (teatro, música, artes visuais, dança, literatura, circo etc.). Assim, essa dimensão está relacionada às necessidades e ao bem estar do homem enquanto ser individual e coletivo. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2012, p.16)

A dimensão cidadã:

O aspecto da cultura que a entende como um direito básico do cidadão. A Constituição Federal incluiu a cultura como mais um dos direitos sociais, ao lado da educação, saúde, trabalho, moradia e lazer. Assim, os direitos culturais devem ser garantidos como políticas que ampliem o acesso aos meios de produção, difusão e fruição dos bens e serviços de cultura. Também devem ser ampliados os mecanismos de participação social, formação, relação da cultura com a educação e promoção da livre expressão e salvaguarda do patrimônio e da memória cultural. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2012, p.16)

---

⁴ Informação fornecida por Claudineli Moreira Ramos, coordenadora da Unidade de Monitoramento e Avaliação, da SEC, durante seminário realizado no auditório da pasta, em 4 de novembro de 2016, numa parceria do NUPPs-USP, LabCult e Secretaria da Cultura.

E a dimensão econômica:

O aspecto da cultura como vetor econômico. Considera o potencial da cultura para gerar dividendos, produzir lucro, emprego e renda, assim como estimular a formação de cadeias produtivas que se relacionam às expressões culturais e à economia criativa. É por meio dessa dimensão que também se pode pensar o lugar da cultura no novo cenário de desenvolvimento econômico socialmente justo e sustentável. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2012, p.16)

São princípios do PNC:

- I - liberdade de expressão, criação e fruição;
- II - diversidade cultural;
- III - respeito aos direitos humanos;
- IV - direito de todos à arte e à cultura;
- V - direito à informação, à comunicação e à crítica cultural;
- VI - direito à memória e às tradições;
- VII - responsabilidade socioambiental;
- VIII - valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável;
- IX - democratização das instâncias de formulação das políticas culturais;
- X - responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais;
- XI - colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010)

A SEC, por sua vez, expressa seus valores, suas diretrizes de trabalho, e: “[...] a visão a ser alcançada, enquanto realidade que se quer construir no Estado” (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2016, p. 1), por meio do documento “Apresentação da Política Cultural da Secretaria da Cultura – Versão 2016”, no qual consta a seguinte visão:

- Cultura como dimensão simbólica da constituição das identidades individuais e coletivas e dos legados sociais
- Cultura como elemento fundamental para o pleno exercício da cidadania
- Cultura como direito e respeito à diversidade humana
- Cultura como vetor social e econômico para o desenvolvimento sustentável. (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2016, p. 1)

De acordo com este documento, a secretaria vê e almeja a cultura “como...”. A cultura como recurso, como uma engrenagem, como meio para um fim. Segundo Sapir (2012, p. 43):

[...] uma cultura autêntica se recusa a ver o indivíduo como mera engrenagem, como uma entidade cuja única *raison d'être* reside na sua subserviência a um propósito coletivo do qual ele não é consciente, ou que tenha apenas uma remota relevância para seus interesses e ambições. As atividades principais do indivíduo devem

satisfazer diretamente seus próprios impulsos criativos e emocionais, devem ser sempre algo mais do que apenas meios para um fim.

Desta forma, cultura como dimensão simbólica da constituição de identidades individuais e coletivas, para a pasta, quer dizer:

A vivência cultural é determinante para o desenvolvimento crítico e autônomo, para o bem estar e para o exercício da cidadania, porque impacta a maneira como os cidadãos constroem e reconstroem continuamente os aspectos de sua identidade como sujeitos, como integrantes de coletividades e como membros da sociedade. (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2016, p.1)

Hall (1997, p. 6) trata da questão da constituição das identidades por meio da cultura; ele acredita na: “[...] centralidade da cultura na constituição da subjetividade, da própria identidade, e da pessoa como um ator social”. Para ele, nossas identidades são formadas culturalmente. A identidade emerge não de um eu interior, mas sim de imagens construídas para nós, com o objetivo de nos identificarmos. Sobre as identidades pessoais, diz Hall (1997, p. 8):

O que denominamos “nossas identidades” poderia provavelmente ser melhor conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos “viver”, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais.

Sobre as identidades sociais, Hall (1997, p. 8) complementa:

[...] devemos pensar as identidades sociais como construídas no interior da representação, através da cultura, não fora delas. Elas são o resultado de um processo de identificação que permite que nos posicionemos no interior das definições que os discursos culturais (exteriores) fornecem ou que nos subjetivemos (dentro deles).

Hall (1992) também trata da questão da crise de identidade, que transformou o sujeito moderno no final do século XX. O sujeito pós-moderno não mais tem uma identidade fixa e estável. O sujeito, antes visto como unificado, agora é tido como fragmentado, descentrado, possuindo identidades plurais, que mudam de acordo com a forma como ele é interpelado ou representado. Segundo Hall (1992, p. 13): “[...] à medida em que os sistemas de significação e

representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente”.

O autor ainda fala da erosão da “identidade mestra” - que identificava as pessoas por meio de sua classe social e da emergência de novas identidades, definidas por novos movimentos sociais, tais como os movimentos negros e feministas (MERCER⁵, 1990 apud HALL, 1992). A UNESCO (2002), por sua vez, também considera a pluralidade e originalidade de identidades fruto da diversidade cultural, que caracteriza grupos e sociedades.

Em relação à cultura como dimensão simbólica da constituição dos legados sociais, a SEC demonstra uma preocupação com a preservação e o reconhecimento do patrimônio cultural material e imaterial paulista, além de uma preocupação com sua utilização, difusão e valorização.

A preservação, pesquisa e valorização do patrimônio cultural material e imaterial, das práticas e manifestações culturais e das linguagens, técnicas e ideias artísticas é a garantia de perpetuação dos legados e tradições culturais de São Paulo, possibilitando sua fruição às atuais e futuras gerações. Visa a propiciar o contato com raízes culturais do Estado, a reflexão acerca desses testemunhos e a disponibilização de referenciais para novas e variadas experiências criativas. (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2016, p. 2)

Ela fala em herança cultural, em direito à memória e à história, faz referência a “identidades de agrupamentos e coletivos humanos”, colocando o que chama de “legados sociais” em relação ao presente e ao futuro (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2016). Sem deixar de lado a importância da preservação do passado, pensando nos legados sociais e na herança cultural, Celso Furtado avança para uma etapa seguinte, pensando no passado como referencial para a criação de uma nova cultura no presente e no futuro:

A cultura não é apenas o acervo que recebemos do passado. Por mais importante que seja a defesa da herança cultural, não podemos desconhecer que a essência do homem como criador de cultura reside em sua criatividade, em poder romper com o passado ao mesmo tempo [em] que dele se alimenta. (FURTADO, 2012, p. 52)

---

⁵ MERCER, Kobena. Welcome to the jungle. In: RUTHERFORD, J. (Org). **Identity**. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.

Nesta mesma linha, a UNESCO também aborda a questão do patrimônio cultural como fonte de criatividade. Acreditando que o patrimônio cultural deve ser: “[...] preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras como testemunho da experiência e das aspirações humanas, a fim de nutrir a criatividade em toda sua diversidade e estabelecer um verdadeiro diálogo entre as culturas” (UNESCO, 2002, p. 3).

Da mesma forma, para a secretaria:

A promoção da diversidade cultural e da criação artística, ora em complementaridade, ora em paralelo à preservação patrimonial, buscará tanto o reconhecimento e preservação da produção cultural herdada, quanto o estímulo à criação artística inovadora, incentivando experimentações inéditas, novas trocas, parcerias, formulações e modalidades de expressão para o presente e o futuro. (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2016, p. 2)

Geertz (1999) sugere que pensemos a diversidade cultural e lidemos com ela de maneira bem diferente da que estamos acostumados. De acordo com ele:

Se for verdade que, ao invés de estarem sendo separados em unidades cercadas e espaços sociais com bordas bem definidas, modos de viver seriamente díspares estão se misturando em áreas mal definidas e espaços sociais de bordas soltas, irregulares e difíceis de localizar, então a questão de como lidar com os quebra-cabeças de julgamento que tais disparidades levantam assume um aspecto bem diferente. (GEERTZ, 1999, p. 31)

Geertz (1999) pensa no âmbito global, no mundo globalizado, no qual estamos em constante contato com culturas diferentes, e no qual, apesar das diferenças entre os povos terem diminuído, formas de preconceito e discriminação continuam acontecendo. Para ele:

[...] estamos vivendo cada vez mais no meio de uma enorme colagem. [...] Para se viver numa colagem é preciso em primeiro lugar tornar-se capaz de separar os seus elementos, determinando o que são (o que implica geralmente em determinar de onde vêm e o que valiam quando estavam lá) e como, na prática, eles se relacionam um com o outro, sem que ao mesmo tempo se embace o próprio sentido de localização e de identidade própria do indivíduo dentro dela. (GEERTZ, 1999, p. 31-33)

Para Geertz, precisamos aprender a compreender a diferença, mas não de forma complacente, indiferente ou a considerando fútil. Compreensão essa que é uma habilidade difícil de aprender e que, depois de aprendida, precisa ser mantida viva. E é na busca por essa

compreensão da diferença que se encontram os usos e o estudo da diversidade (GEERTZ, 1999).

A diversidade cultural é um tema bastante caro à UNESCO, que tem como meta a busca da unidade na diversidade - uma única cultura mundial diversificada, considerando as diversas culturas existentes. Para ela, a diversidade cultural refere-se às diversas formas pelas quais as sociedades e os grupos podem manifestar-se culturalmente (UNESCO, 2005). E ainda:

A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados. (UNESCO, 2005, p. 4)

A UNESCO reconhece a diversidade cultural como patrimônio comum da humanidade, desta forma devendo ser preservada, respeitada, valorizada e promovida. Ela relaciona a diversidade cultural com a identidade e a pluralidade de identidades, com o desenvolvimento, com os direitos humanos, com a criatividade e com a solidariedade internacional. Além de fazer referência à globalização, que ao mesmo tempo em que é um desafio para a diversidade cultural, também possibilita um diálogo renovado entre as diferentes culturas e civilizações (UNESCO, 2002).

Visando o atendimento da “Convenção da Diversidade Cultural”, o PNC irá afirmar a importância de se reconhecer e valorizar a diversidade cultural brasileira e de se promover e proteger as artes e expressões culturais. O plano reconhece a diversidade de identidades nacionais, sua capacidade de negociar as diferenças e, mesmo assim, as discriminações que acontecem no país. A partir desta compreensão, traça estratégias, ações e metas para a política cultural a ser desenvolvida (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010).

A SEC se propõe a lidar com o tema definindo cultura, também, como direito e respeito à diversidade humana. Para ela, é importante reconhecer, promover e valorizar a diversidade cultural paulista. Segundo o documento em análise:

Por sua vez, a diversidade cultural paulista deve ser reconhecida como um patrimônio cultural dinâmico e pulsante, com toda a sua originalidade e multiplicidade de identidades, fonte de aprendizado, intercâmbio e inovação, que

amplia as possibilidades de escolha e integração que existem para todos. (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2016, p. 2)

Ainda tendo em vista o reconhecimento da diversidade cultural, mais precisamente reconhecimento da memória da diversidade cultural, a secretaria menciona e destaca as culturas indígenas, negras e LGBT. Com relação à promoção e valorização da diversidade cultural, para a SEC, quanto mais ampla e acessível for a oferta cultural, maior será a qualidade de vida e a interação social entre as pessoas. Há, ainda, uma preocupação com o fomento à criação e produção cultural de forma diversificada, descentralizada e plural e com o acesso aos meios de expressão e difusão para todas as culturas e expressões artísticas (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2016).

A formação também aparece enquanto possibilidade de ampliação do repertório cultural das pessoas, com uma oferta de atividades diversificadas, e como uma forma de manter em evidência: “[...] a necessidade de valorização do capital cultural de indivíduos e grupos, e a ampliação de campo para a manifestação de identidades reconhecidas em sua diversidade” (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2016, p. 4). A necessidade de formação para diversos públicos está presente; inclusive, é mencionada a inclusão de minorias, de grupos estigmatizados ou marginalizados e de pessoas com algum tipo de deficiência comunicacional e física. De acordo com a SEC (2016, p. 4):

A atenção à garantia de inclusão do público em toda a sua diversidade deverá ser contemplada com ações que viabilizem a escuta das demandas dos agentes e a acessibilidade comunicacional e física, e também com políticas que permitam a inclusão de minorias e grupos estigmatizados ou marginalizados.

Segundo o documento em análise, a pasta acredita na cultura como elemento necessário para o pleno exercício da cidadania. Para ela, é importante que os cidadãos exerçam seus direitos culturais, tais como: “[...] usufruir os serviços e bens culturais materiais e imateriais, ter acesso à informação e à leitura, expressar-se, executar suas práticas culturais e produzir suas atividades criativas e artísticas” (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2016, p. 1). Desta forma, o “exercício da cidadania” pressupõe o acesso dos cidadãos tanto ao consumo quanto à produção cultural. A pasta acredita que quanto mais estes direitos culturais forem exercidos, mais qualidade de vida os cidadãos terão, e maiores serão as possibilidades de interação social entre eles.

Para a UNESCO, os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos. Todas as culturas e pessoas, além de serem igualmente respeitadas, devem ter o direito e as condições de poder se expressar livremente, de fazer conhecer suas manifestações, e de ter acesso a expressões culturais distintas, inclusive as minorias. Acesso à produção, à fruição e ao consumo de bens e serviços culturais (UNESCO, 2002, 2005). A “Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural” faz referência ao Artigo 27 da “Declaração Universal de Direitos Humanos” e aos Artigos 13 e 15 do “Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais”, para chegar à seguinte reflexão:

Toda pessoa deve, assim, poder expressar-se, criar e difundir suas obras na língua que deseje e, em particular, na sua língua materna; toda pessoa tem direito a uma educação e uma formação de qualidade que respeite plenamente sua identidade cultural; toda pessoa deve poder participar na vida cultural que escolha e exercer suas próprias práticas culturais, dentro dos limites que impõe o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. (UNESCO, 2002, p. 2)

O PNC reitera a preocupação com o acesso, tanto o acesso do cidadão à produção como ao consumo cultural, reconhecendo a necessidade de ultrapassar as barreiras impostas pelas desigualdades socioeconômicas do país. O plano identifica também a necessidade de qualificar equipamentos e ambientes culturais, e aumentar e diversificar a programação cultural ofertada para formação e fruição do público (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010).

Conforme o documento em análise, a SEC valoriza a cultura para o desenvolvimento humano e social, para que os cidadãos possam construir suas identidades como sujeitos, assim como para que eles possam reconhecer suas identidades e diferenças. Outro ponto de destaque, que envolve os direitos culturais, é a questão da ampliação do acesso: cidadãos com acesso pleno à cultura. E, ainda, a formação cultural.

A SEC fez a seguinte afirmação em seu sítio eletrônico: “Formação cultural é sinônimo de cidadania” (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2016). Entre as ações de formação realizadas pela pasta, destaca-se o Projeto Guri – formação musical para crianças e adolescentes, o maior programa sociocultural do país, de acordo com a secretaria. O sítio eletrônico do projeto apresenta a seguinte informação: “A Amigos do Guri⁶ tem como principais objetivos: fortalecer a formação das crianças, adolescentes e jovens como sujeitos

---

⁶ Organização social responsável pela gestão do Projeto Guri em cerca de 360 polos.

integrados positivamente em sociedade e difundir a cultura musical em sua diversidade” (AMIGOS DO GURI, 2016).

Observamos, em primeiro lugar, uma preocupação do Projeto Guri com a integração das crianças e adolescentes na sociedade; a cultura - no caso o ensino da música aparece em segundo plano, como meio para se atingir o objetivo principal, que é a inclusão social. Para Yúdice, a cultura pode deixar de ser um fim em si mesma, e ser usada como recurso para atingir objetivos sociais e econômicos, além de políticos. Conforme Yúdice (2006, p. 27):

[...] hoje em dia é quase impossível encontrar declarações públicas que não arregimentem a instrumentalização da arte e da cultura, ora para melhorar as condições sociais, como na criação de tolerância multicultural e participação cívica através de defesas como as da UNESCO pela cidadania cultural e por direitos culturais, ora para estimular o crescimento econômico através de projetos de desenvolvimento cultural urbano [...].

Podemos notar esta instrumentalização da cultura por parte da SEC, em sua visão de cultura como elemento fundamental para o pleno exercício da cidadania, sem, no entanto, deixar de lado uma preocupação com a qualidade cultural ofertada. O mesmo acontece quando a secretaria se refere à cultura também como vetor econômico para o desenvolvimento sustentável.

Cultura e economia são duas áreas que caminham juntas no Brasil e no mundo, há algum tempo. Inclusive, uma pesquisa pioneira no país sobre economia da cultura foi encomendada pelo Ministério da Cultura à Fundação João Pinheiro, em 1988, período em que Celso Furtado era ministro. Para Furtado, a cultura como processo produtivo, sua dimensão econômica, além da simbólica, também era importante – a atividade cultural tinha passado a ter um papel significativo na geração de empregos e renda (FURTADO, 2012, p. 182)⁷.

A SEC busca como impacto, por meio de sua diretriz de trabalho, um desenvolvimento econômico, além de social, potencializado por meio da ação cultural. Conforme o documento em análise: “A cultura deve estar estrategicamente inserida nos modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico, por meio dos setores culturais propulsores de criatividade e

---

⁷ Entrevista de Fábio Magalhães, conteúdo integrante da obra citada de Celso Furtado.

geradores de inovação econômica e tecnológica” (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2016, p. 2).

Existe uma preocupação com o reconhecimento e fomento de territórios e vocações culturais, com a inserção da produção cultural nas dinâmicas econômicas, com a qualificação técnica dos profissionais da área, com as relações de trabalho formais e com o estímulo a investimentos, ao empreendedorismo e à economia criativa. Nesta diretriz, a cultura é vista como negócio, valorizada enquanto possibilidade de geração de emprego, renda e inclusão social (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2016). Citando o documento: “É também nesse cenário que a área cultural passa a ser cada vez mais valorizada como um campo profissional e de negócio sustentável e estratégico para o Estado de São Paulo [...]” (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2016, p. 2-3).

Para o PNC (2010, p. 28): “[...] a cultura faz parte da dinâmica de inovação social, econômica e tecnológica. [...] é vetor essencial para a construção e qualificação de um modelo de desenvolvimento sustentável”. Para o plano, a produção do campo cultural deve ser identificada e estimulada, visando à geração de trabalho, renda, desenvolvimento e responsabilidade social.

2.3 Cultura para o Plano Estadual de Cultura

A cultura autêntica é interior, ela opera a partir do indivíduo em direção aos fins. (SAPIR, 2012, p. 44)

O PEC apresenta a visão de cultura desenvolvida pela Comissão de Sistematização de Informações, Elaboração e Redação do Plano Estadual de Cultura do Estado de São Paulo, ao longo dos oito meses de elaboração do documento, sendo ela:

[...] uma compreensão de cultura que se baseia no reconhecimento da diversidade das expressões, dos patrimônios, das linguagens e das manifestações artísticas presentes no estado à luz da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (2003). (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. 29)

Conforme mencionado anteriormente, a UNESCO promulgou, em 2003, a “Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial”, considerando a importância e a necessidade de proteção, preservação, respeito, valorização e transmissão do patrimônio cultural imaterial da humanidade, tido por ela como: “[...] fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável” (UNESCO, 2003, p. 1).

A UNESCO (2003, p. 2) entende por patrimônio cultural imaterial:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

E, ainda, considera que este patrimônio, transmitido de geração para geração e recriado constantemente pelas comunidades e pelos grupos, manifesta-se, em particular, por meio das tradições e expressões orais, das expressões artísticas, das práticas sociais, rituais e atos festivos, dos conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo e das técnicas artesanais e tradicionais (UNESCO, 2003).

O “Diagnóstico” da minuta do PEC, elaborado pela citada comissão, assim como o documento de apresentação da política cultural da SEC, também leva em conta, para sua elaboração, as três dimensões da cultura: simbólica, cidadã e econômica. O diagnóstico do plano apresenta o temo “cultura” da seguinte forma:

Cultura é cultivar a relação consigo, com os outros, com a natureza. É o modo de vida da sociedade, da cidade, da região, do bairro da rua. Assim, cultura está no meio ambiente, nas relações sociais, na mobilidade do cidadão, na economia, na política, nos valores e na imaginação. (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. 29)

Uma concepção que não vê a cultura “como...” um meio para se atingir um fim específico. Aqui, a cultura “é...”. O documento apresenta uma visão de cultura mais ordinária ou comum, cotidiana, preocupada com o relacionamento social, com a vizinhança e o progresso comum, que considera o modo de vida da sociedade e a presença da cultura em todas as áreas da vida, que pensa a cultura na sociedade. Esta visão de cultura como vida é mais próxima do que seria uma “cultura autêntica” para Sapir. Para ele:

[...] a cultura autêntica não é, por princípio, alta ou baixa; ela é apenas inerentemente harmoniosa, equilibrada e satisfaz seus próprios requisitos. Ela é a expressão de uma atitude ricamente variada, mas de algum modo unificada e consistente ante a vida, uma atitude que vê a significação de qualquer elemento da civilização em sua relação com todos os outros. Em termos ideais, é uma cultura em que nada é espiritualmente sem significado, e na qual nenhuma parte significativa do funcionamento geral traz consigo um sentido de frustração, ou de esforço inútil e desarmônico. (SAPIR, 2012, p. 42)

Para Williams, a cultura é de todos: “Toda sociedade humana tem sua própria forma, seus próprios propósitos, seus próprios significados. Toda sociedade humana expressa tudo isso nas instituições, nas artes e no conhecimento” (WILLIAMS, 1958, p. 1-2). Para ele, usamos a palavra cultura em dois sentidos, que precisam ser conjugados: “[...] para designar todo um modo de vida – os significados comuns; e para designar as artes e o aprendizado – os processos especiais de descoberta e esforço criativo” (WILLIAMS, 1958, p. 2), sendo ambos os sentidos, a experiência e a arte, afetados por mudanças econômicas.

A minuta continua com uma visão mais ampliada de cultura: “Pensar hoje a cultura é relacioná-la com o desenvolvimento humano e sustentável para além das artes, dos eventos e dos Departamentos ou Secretarias de Cultura” (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. 29).

Furtado ressalta a importância de se pensar a relação entre desenvolvimento e cultura. Segundo ele, a melhora do nível de vida material da população não é seguida automaticamente por uma melhora de seu nível cultural. Integrando a Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento⁸, após uma série de discussões, ele critica e questiona o modelo de desenvolvimento da civilização industrial, que, ao mesmo tempo em que aumenta a riqueza, permite que a miséria continue a se espalhar, e gera problemas sociais e ecológicos. E conclui afirmando a necessidade de se conceber uma nova utopia, sem a qual a sobrevivência humana dificilmente seria assegurada (FURTADO, 2012).

Em texto de 1958, Williams já apontava para esta problemática, considerada por ele como o problema central da nossa sociedade pelos próximos 50 anos, o uso de nossos novos recursos. À época, ele se referia aos efeitos da Revolução Industrial na Inglaterra, para se construir uma

---

⁸ Grupo formado em 1992, composto por 14 especialistas das ciências sociais e humanas, convocados pelo secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo diretor geral da UNESCO. Especialistas vindos da Europa, América do Norte e do Sul, Ásia e África.

cultura em comum, uma vez que já dominávamos os meios para se atingir uma economia abundante.

A UNESCO também observa a relação entre cultura e desenvolvimento. O órgão pensa a diversidade cultural como um fator de desenvolvimento – considerado em seu sentido material, como crescimento econômico, e, em seu sentido simbólico, como desenvolvimento humano. Considerando a diversidade cultural como: “[...] um dos principais motores do desenvolvimento sustentável das comunidades, povos e nações” (UNESCO, 2005, p. 1).

Pensando nos desafios da esfera estadual, o PEC prossegue com sua concepção de cultura:

Somente uma noção ampliada e transdisciplinar de cultura pode dar conta dos grandes desafios culturais do estado. Uma noção de cultura que leve em conta as dinâmicas socioculturais e a rica diversidade do Estado de São Paulo, o fazer/saber e a decisão sobre os fazeres culturais (conselhos, conferências, planos e sistemas) e uma cultura de paz que crie um sentimento de sociabilidade solidária e o diálogo em todas as regiões. (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. 29)

Williams trata da ideia de solidariedade, comunidade e cultura comum. Quando o autor aborda o princípio da solidariedade, ele pensa no desenvolvimento e no progresso de forma coletiva, e não individual, no avanço de todos, no bem comum (CEVASCO, 2003). Segundo ele: “[...] a ideia de solidariedade é potencialmente a base real de uma sociedade” (WILLIAMS, 2011, p. 356). Sobre uma cultura em comum, esta é uma organização muito complexa, que exige ajuste e redesenho contínuos. Sendo a solidariedade o único elemento de estabilização concebível para uma organização assim. E uma boa comunidade dá espaço para a diversidade, sem criar a separação.

Williams ainda acredita não ser viável planejar ou prescrever uma cultura. Para ele, uma cultura é ordinária, são significados comuns, que se constituem na vida, e que são disponibilizados pelos indivíduos continuamente (WILLIAMS, 1958, 2011). Conforme o autor:

Temos de garantir os meios de vida e os meios da comunidade. Mas não podemos saber nem dizer o que é que, por esses meios, será finalmente vivenciado. A ideia de cultura baseia-se em uma metáfora: o cultivo do crescimento natural. E realmente é

no crescimento, como metáfora e como fato, que a ênfase última deve ser colocada. (WILLIAMS, 2011, p. 358-359)

Para Williams não é possível se chegar a uma cultura comum por meio da difusão dos valores de uma minoria, que seria a classe dominante. É preciso criar condições para que todos possam ser produtores de cultura, e não apenas consumidores de uma cultura determinada por essa minoria (CEVASCO, 2003).

Já a UNESCO, por sua vez, reconhece a importância dos conhecimentos tradicionais e das expressões culturais tradicionais. Reconhece a importância da cultura para a coesão social: “Recordando que a diversidade cultural, ao florescer em um ambiente de democracia, tolerância, justiça social e mútuo respeito entre povos e culturas, é indispensável para a paz e a segurança no plano local, nacional e internacional” (UNESCO, 2005, p. 1). A cultura, para o órgão, é: “[...] uma plataforma essencial para a construção da paz nas mentes de homens e mulheres [...]” (UNESCO, 2005, p. 20).

O PNC também leva em conta: “[...] o fazer/saber e a decisão sobre os fazeres culturais (conselhos, conferências, planos e sistemas) [...]” (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. 29). O capítulo V, “Da participação social”, é dedicado ao tema. O plano destaca a importância da relação entre Estado e sociedade civil. Para ele, é importante estimular a organização de instâncias consultivas, construir mecanismos de participação social, assim como ampliar o diálogo com os agentes e criadores culturais, para, além de ouvir suas demandas, responsabilizá-los pela implantação e avaliação do plano, uma forma colaborativa de gestão e avaliação. Desta forma, para o PNC: “Retoma-se, assim, a ideia da cultura como um direito dos cidadãos e um processo social de conquista de autonomia, ao mesmo tempo em que se ampliam as possibilidades de participação dos setores culturais na gestão das políticas culturais” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010).

Concluindo com a fala do ex-ministro da cultura Gilberto Gil (2003b):

Seja numa conversa informal, seja numa conferência, num ensaio ou num discurso, a palavra cultura sempre se presta a interpretações múltiplas. É como se cada um de nós tivesse o seu próprio conceito de cultura - e dele dificilmente se desprendesse.

Mesmo no âmbito mais propriamente intelectual, topamos com nada menos do que quatrocentos modos de definir o que é cultura. E é evidente que esta proliferação conceitual, atendendo a todos os gostos, correntes e opiniões, faz com que cada um de nós, ao ouvir a palavra "cultura", costume traduzi-la à sua própria maneira e em seu próprio dicionário.

2.4 Considerações

A cultura não deve ser externa, mas sim interna. Construída de dentro para fora e não o contrário. A cultura é constituída pelos indivíduos que compõem a sociedade. Não cabe ao poder público definir cultura de acordo com seu ponto de vista, e impor esta definição à sociedade, de cima para baixo, mas sim o caminho inverso, de baixo para cima, cabendo ao poder público legitimar a expressão da sociedade. Desta forma, o conceito de cultura não deve ser definido de antemão. Ele deve vir da sociedade para o Estado, sendo que a este cabe compreender a manifestação da sociedade, e, a partir daí, delinear o conceito de cultura que guiará a política cultural a ser implementada.

Sendo assim, a definição de cultura do PEC, que tem a cultura como um modo de vida, é mais legítima do que a concepção da Secretaria da Cultura, a qual vê a cultura como um mecanismo para se atingir determinado fim, uma vez que envolveu diversos atores para sua elaboração, e o caminho percorrido por ela foi o da sociedade para o poder público. Trata-se, então, de um conceito de cultura construído de forma interna, a partir dos interesses e desejos de seus portadores, como a “cultura autêntica” para Sapir.

Além disto, a cultura não precisa ser legitimada por sua utilidade; ela é importante por si só, e deve ser valorizada desta forma. A cultura não deve se restringir a seus usos, e, também não deve ser vista como meio para se alcançar um fim. Ela é maior do que isto. Por meio da cultura, podemos alcançar outros objetivos, sejam eles sociais, econômicos ou educacionais, mas tendo a cultura como fim e não como meio, garantindo a excelência das ações culturais a serem desenvolvidas, de forma a almejar e possibilitar um enriquecimento cultural, e não meramente utilizar a cultura como ferramenta para se atingir outro objetivo, seja o de tirar crianças das ruas, ou o de estimular a economia local.

Portanto, a visão de cultura que se quer alcançar pela SEC é empobrecedora e limitada. A cultura não deve ser apresentada primordialmente como uma engrenagem, como recurso ou como meio para se atingir um fim. Mesmo assim, não se discorda da visão de cultura da pasta,

considerando a cultura importante para a constituição das identidades, como elemento fundamental para o exercício da cidadania, como direito e respeito à diversidade cultural, além de sua relevância para o desenvolvimento sustentável. Discorda-se da maneira como esta visão é colocada, de forma prioritária, como a definição principal, da qual deriva a política cultural a ser implementada.

Antes disso, a cultura: “É o modo de vida da sociedade, da cidade, da região, do bairro, da rua. [...] cultura está no meio ambiente, nas relações sociais [...] nos valores e na imaginação”. Defende-se uma noção de cultura que leve em conta: “[...] as dinâmicas socioculturais e a rica diversidade do Estado de São Paulo, o fazer/saber e a decisão sobre os fazeres culturais [...]”, conforme apresentação do PEC (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO 2015, p. 29). A visão de cultura da secretaria deveria derivar de um conceito mais amplo - inclusive antropológico, já que a pasta afirma ter se baseado no PNC -, que talvez a união dos dois documentos aqui analisados possibilite.

E ainda, no PEC, a definição de cultura é apresentada como “cultura é” e não “cultura como”. O plano apresenta uma visão de cultura mais abrangente, como para Tylor; mais cotidiana, como para Furtado; uma cultura comum e que também contempla as manifestações artísticas, como para Williams - a cultura como um modo de vida e ao mesmo tempo para designar as artes e o aprendizado, as descobertas e a imaginação. Diferentemente da visão de “cultura como”, conforme abordado por Yúdice.

Além de ter sido elaborado por um número maior de pessoas, em comparação com o documento da SEC, representantes da sociedade civil e do poder público, de diversos segmentos culturais e de diversas cidades do estado, o plano foi construído de baixo para cima, da sociedade para o Estado, neste caso, representado pela SEC, uma cultura interior, mais autêntica.

[...] uma cultura comum não é a extensão geral do que uma minoria quer dizer e acredita, mas a criação de uma condição em que as pessoas como um todo participem na articulação dos significados e valores, e nas consequentes decisões entre este ou aquele significado ou valor. (WILLIAMS⁹, 1968, p. 36 apud CEVASCO, 2003, p. 54)

---

⁹ WILLIAMS, Raymond. The idea of a common culture. 1968. Republicado em **Resources of hope**, op. Cit., p. 36.

3 Diferentes concepções de política cultural

Este capítulo apresenta alguns conceitos de política cultural, expressos pela SEC na minuta do plano. O objetivo é compreender, em teoria, o que é política cultural para a secretaria, e comparar com o que de fato é executado, por meio da análise dos convênios celebrados pela pasta.

O documento analisado no capítulo anterior, “Apresentação da política cultural da Secretaria da Cultura – versão 2016”, embora tendo este título, não apresenta o que a pasta entende por política cultural. Nele, são apresentados os valores da SEC e os impactos e resultados buscados pela pasta. Sendo assim, tendo em vista que o PEC será incorporado a este documento tão logo seja aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), e, ainda que no plano conste o conceito de política cultural para a secretaria¹⁰ - referendado pela comissão de redação -, optou-se por utilizar o PEC para o desenvolvimento do presente capítulo.

O PEC tem um capítulo intitulado “Caracterização histórica”, com o subtítulo “Trajetória das políticas públicas de cultura no Estado de São Paulo”, o qual inicia com a conceituação de políticas culturais. O documento utiliza os conceitos dos seguintes autores: a) Teixeira Coelho, na obra “Dicionário crítico de política cultural” (2014); b) Isaura Botelho, no artigo “Dimensões da cultura e políticas públicas” (2001), baseado em interpretação feita por Hortência Nepomuceno Santos, no artigo “Políticas culturais e inteligência coletiva” (2011); c) UNESCO, conforme reproduzido em artigo de Paula Félix dos Reis, “Estado e políticas culturais” (2011); e d) Néstor García Canclini, conforme reproduzido no já citado artigo de Paula Félix dos Reis.

Além disto, o PEC utiliza outros artigos; são eles os seguintes: “O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no campo da cultura”, de Luciana Piazzon Barbosa Lima, Pablo Ortellado e Valmir de Souza (2013); “Cultura política e política cultural”, de Marilena Chauí (1995); e “As regras do jogo nas políticas culturais: do mecenato ao neoliberalismo”, de Terezinha Elizabeth da Silva (1993).

---

¹⁰ O capítulo do PEC aqui em análise foi redigido por um representante da SEC, decisão tomada em consenso com a comissão de redação do plano. Portanto, ele apresenta um conteúdo institucional. Esta afirmação foi feita em entrevista realizada com o funcionário da secretaria responsável pelo PEC durante a elaboração do mesmo, Jamil Scatena, em 6 de dezembro de 2017.

Para subsidiar a análise de como a SEC conceitua política cultural, também foi necessário recorrer aos textos que serviram de referência para a produção dos artigos acima citados.

3.1 Conceito de política cultural para a Secretaria de Estado da Cultura

O que a SEC define como política cultural é expresso no capítulo inicial do plano. O texto começa com a conceituação de políticas culturais, ao apresentar a seguinte pergunta: “O que são as políticas culturais?”. A resposta se desenvolve ao longo de nove páginas, tendo início com uma citação da introdução do livro “Dicionário crítico de política cultural”, de Teixeira Coelho (2014):

A política cultural é tão antiga quanto o primeiro espetáculo de teatro para o qual foi necessário obter uma autorização prévia, contratar atores ou cobrar pelo ingresso. Tão velha, em outras palavras, quanto a Grécia antiga, mais velha [do] que o império romano, berço de Mecenas, incentivador da arte e da cultura. No mínimo, tão antiga quanto a Renascença italiana e o dinheiro dos Medici, sem o qual um estoque majestoso de obras primas não teria emergido para os olhos admirados de sucessivos séculos. Ou, ainda, antiga como a Revolução Francesa, que abre "ao público" as portas das bibliotecas e dos museus e faz surgir a política cultural como um projeto verdadeiramente social. (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. 7)

Apesar de Coelho (2014) apresentar sua definição de política cultural no supracitado dicionário, a mesma não é utilizada pelo PEC, o qual opta por usar apenas o trecho acima, que destaca o quão antiga é sua origem. O verbete “política cultural”, para o autor, refere-se à “[...] programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas”. Na sequência, Coelho usa o termo “conjunto de iniciativas”, sendo estas realizadas pelos citados atores: “[...] visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura; a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável” (COELHO, 2014, p. 313).

As intervenções podem ser de dois tipos, a saber: a) “normas jurídicas”, no caso do poder público como agente ou “procedimentos tipificados”, no caso da sociedade civil como agente; e b) “ação cultural”, definidas como intervenções no processo cultural. Para Coelho (2014), a política cultural constitui uma “ciência da organização das estruturas culturais”, na medida em

que ela estuda como estas iniciativas são propostas, negociadas e compreendidas em diferentes contextos.

Barbalho (2005) critica esta definição. Para o autor, tratar a política cultural como uma ciência não se justifica; seu objeto não requer uma nova área científica, e não está inserido num saber específico. Além disso, as intervenções são práticas e discursivas, e não científicas. Barbalho também critica o tratamento dado à política cultural como “organização das estruturas culturais”. Para ele, a organização remete à gestão cultural, com a qual a política cultural não pode ser confundida. Sendo que a política cultural pensa a estratégia - “[...] trata (ou deveria tratar) dos princípios, dos meios e dos fins norteadores da ação [...]”, enquanto a gestão cultural cuida da execução - trata (ou deveria tratar) “[...] de organizar e gerir os meios disponíveis para execução destes princípios e fins” (BARBALHO, 2005, p. 3). Barbalho considera a gestão cultural como parte do processo da política cultural.

Por fim, Barbalho critica o termo “estrutura” e a definição de Coelho de política cultural como “programa de intervenções realizadas pelo Estado, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas”. Para o autor, o termo “estrutura” remete a uma cultura organizada ou estruturada, desconsiderando o fluxo dos símbolos e significados que não se materializam em programas de iniciativas ou intervenções, que não se concretizam em ações práticas. Fluxo este com linhas de força diversas, às vezes consensuais e outras vezes conflitantes. Não sendo possível, desta forma, considerar as necessidades da população como pré-fixadas e neutras, mas sim resultantes da compreensão dos agentes sobre estas necessidades e dos interesses envolvidos.

Concluindo que o trecho final da definição de Coelho (2014), citado acima, “como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável”, ganha outra dimensão, considerando que os programas de intervenções e as iniciativas são resultado de uma relação de forças políticas e culturais (BARBALHO, 2005).

Na sequência, o plano menciona a antiga relação entre Estado e cultura, ressaltando a dificuldade de se traçar a trajetória das políticas públicas de cultura do Estado de São Paulo. O

PEC reproduz um parágrafo do artigo de Santos (2011), assumindo que existe uma noção de cultura intrínseca a qualquer política cultural, e apresenta a definição de políticas públicas de cultura feita pelo autor, baseada em artigo de Botelho (2001):

As políticas públicas de cultura, como define Isaura Botelho, são definidas como ações estratégicas norteadas de diferentes formas a partir do entendimento do Estado pelo que é cultura, tanto nos sentidos sociológicos (constitui-se no plano especializado, que pensa a cultura a partir de um circuito organizacional, institucionalmente legitimado), quanto antropológicos (entendida como o resultado das interações entre os modos de vida, origem, atitudes cotidianas). (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. 7)

Botelho (2001) trata, em seu artigo, das duas dimensões do universo da cultura, a antropológica e a sociológica – no singular, ao contrário da citação acima -, e de como elas permitem formular estratégias diferentes de política cultural. A dimensão antropológica é tida como a mais nobre e democrática, e como aquela que, geralmente, fica somente no plano do discurso - dimensão preferida para discursos políticos, sendo de difícil execução como política pública, uma vez que está presente em todos os aspectos da vida, e chega a interferir no estilo de vida dos indivíduos. Portanto, esta dimensão deve ser tida como diretriz de governo e não apenas de uma pasta específica.

A dimensão antropológica trata a cultura de forma mais ampla: “[...] a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas”. Para ela, “[...] a cultura é tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando” (BOTELHO, 2001, p. 74).

Já a dimensão sociológica é mais restrita; está ligada a um circuito organizacional especializado e depende do apoio de instituições e de sistemas organizados socialmente, que fomentem, por meio de diversos tipos de ações, a produção, a circulação e o consumo de bens culturais, assim como a formação de profissionais da cultura: “[...] trata-se de um circuito organizacional que estimula, por diversos meios, a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos, ou seja, aquilo que o senso comum entende por cultura” (BOTELHO, 2011, p. 74). Esta dimensão, que tem visibilidade em si própria, é um universo institucionalizado e de mais fácil implementação como política cultural, em comparação com a dimensão

antropológica, visto que ela é mais visível e palpável, sendo, assim, o foco de atenção das políticas culturais (BOTELHO, 2001).

Estas duas dimensões pressupõem políticas públicas diferentes, sendo que a antropológica trabalha com um conceito de cultura ampliado, a cultura do cotidiano, a cultura como produção simbólica; a sociológica trabalha com um conceito de cultura mais restrito, tendo as artes – considerando-se aqui as linguagens, tais como: a dança, o cinema, o teatro e a música - e as manifestações artísticas como objeto. Portanto, a visão de cultura e o grau de abrangência da definição de cultura de um governo determinam as estratégias de sua política cultural, o que, por sua vez, define o tipo de investimento a ser feito nesta área (BOTELHO, 2001). Sendo o ideal desenvolver uma política cultural que consiga contemplar as duas dimensões da cultura, que são complementares.

Williams (1958, p. 2) já ressaltava a importância da conjunção das duas dimensões da cultura:

Usamos a palavra cultura nesses dois sentidos: para designar todo um modo de vida – os significados comuns; e para designar as artes e o aprendizado – os processos especiais de descoberta e esforço criativo. Alguns escritores usam essa palavra para um ou para o outro sentido, mas insisto nos dois, e na importância de sua conjunção.

Na sequência, o PEC reproduz mais trechos de Santos (2011), voltando a destacar a antiga relação entre cultura e Estado. Observa ainda que a política cultural não possui uma antiga relação com o Estado, sendo esta relação uma preocupação recente, fomentada pela UNESCO a partir dos anos 1970. E conclui com a reprodução da definição de política cultural do órgão, formulada em 1969, conforme citado por Reis (2011):

[...] a política cultural é entendida como um conjunto de princípios operacionais, práticas administrativas e orçamentárias e os procedimentos que fornecem uma base para a ação cultural do Estado. [...] Deve ser como a soma dos usos conscientes e deliberada, de ação ou falta de ação na sociedade, visando a atender a determinadas necessidades culturais por meio da utilização ótima de todos os recursos materiais e humanos disponíveis em uma sociedade em um momento determinado. (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. 8)

Após as definições de “política cultural” de Coelho, Botelho e da UNESCO, o plano utiliza Lima, Ortellado e Souza (2013). O PEC reproduz diversas passagens deste artigo, começando

por reconhecer as políticas culturais como um campo de pesquisa estabelecido, sem contar ainda, no entanto, com uma definição e classificação clara, e tendo pouca bibliografia específica disponível.

O artigo opta por utilizar a definição de políticas culturais da UNESCO, a qual restringe a política cultural à atuação do Estado, mesmo os autores reconhecendo a existência de políticas culturais executadas por outros atores, justificando esta opção devido ao objetivo do artigo ser limitado à análise da ação do Estado (LIMA; ORTELLADO; SOUZA, 2013).

Os autores classificam as políticas culturais em dois tipos: por meio das ideologias estatais e a partir dos objetivos da política pública, sendo este último considerado preponderante por eles. Em relação às ideologias estatais, o artigo apresenta os modelos de classificação das políticas culturais de quatro autores: José Joaquín Brunner, com um modelo leninista, gramsciano, goebbelsiano e tocquevilliano; Harry Chartrand e Claire McCoughey, com o Estado facilitador norte americano, o mecenas inglês, o arquiteto francês e o engenheiro soviético; e Marilena Chauí, com as políticas culturais autoritária, populista e neoliberal (LIMA; ORTELLADO; SOUZA, 2013).

A partir daí, o artigo destaca dois modelos de ideologia política para discussão, cada um com suas variantes: o liberalismo e a social-democracia. O liberalismo é exemplificado por meio do modelo norte americano, que se baseia majoritariamente na concessão de benefício fiscal para investimento em cultura, sem interferência estatal, deixando a critério dos investidores o tipo de projeto a ser apoiado. E o social-democrata, que é exemplificado por meio do modelo francês, com ação direta do Estado administrando grandes equipamentos culturais; e, por meio do modelo inglês, com a “administração à distância”, no qual o Estado apoia a cultura por meio de processos de seleção públicos e os projetos são selecionados por uma comissão de especialistas (LIMA; ORTELLADO; SOUZA, 2013).

Ainda em relação às ideologias estatais, o PEC faz um apanhado do supracitado artigo, inclusive copiando diversas passagens do mesmo, mas apresenta também um acréscimo, selecionando três correntes que considera serem as mais representativas, nas abordagens contemporâneas no Brasil, a saber: a) a “cidadania cultural de Marilena Chauí”; b) a “visão desenvolvimentista de Prnjat”; e c) o “hibridismo cultural de Canclini” (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO

ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. 12). O conteúdo em questão é baseado em Silva (1993), que apresenta três modelos de política cultural, sendo eles de Branko Prnjat, de Marilena Chauí e de Néstor García Canclini. Destes autores, somente o conteúdo acerca de Chauí, presente no artigo de Silva, não é reproduzido pelo plano. Neste caso, o documento opta por utilizar artigo da própria autora.

Começando pela “cidadania cultural de Marilena Chauí”, o PEC expõe o que seriam as quatro concepções que orientariam a política cultural para a autora, que foi secretária municipal de cultura de São Paulo, durante o governo Luiza Erundina (1989-1992): “[...] a liberal, a autoritária, a populista e a neoliberal” (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. 12), baseando-se no artigo “Cultura política e política cultural”, publicado em 1995. Diferentemente de Lima, Ortellado e Souza (2013, p. 3), que menciona as concepções de Chauí, mas apenas três tipos: “a autoritária, a populista e a neoliberal”, baseando-se na obra “Cidadania cultural: o direito à cultura”, publicada em 2006. Então, o plano detalha um pouco cada uma das concepções, mas apenas as três mencionadas no artigo de Lima, Ortellado e Souza (2013), reproduzindo o conteúdo do mesmo:

A política cultural autoritária seria aquela que utiliza a cultura como instrumento justificador dos regimes políticos; a populista seria a que busca a conscientização popular por meio da difusão de uma cultura popular autêntica “corretamente” interpretada pelos órgãos públicos de cultura; por fim, a neoliberal seria aquela que minimizaria o papel do Estado na produção da cultura. (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. 12)

Na sequência, de forma ainda mais confusa, o PEC cita um trecho do artigo de Chauí (1995), que apresenta as principais modalidades de relação entre Estado e cultura no Brasil, neste caso quatro:

LIBERAL - A liberal, que identifica cultura e belas-artes, estas últimas consideradas a partir da diferença clássica entre artes liberais e servis. Na qualidade de artes liberais, as belas-artes são vistas como privilégio de uma elite escolarizada e consumidora de produtos culturais.

AUTORITÁRIA - A do Estado autoritário, na qual o Estado se apresenta como produtor oficial de cultura e censor da produção cultural da sociedade civil.

POPULISTA - A populista, que manipula uma abstração genericamente denominada cultura popular, entendida como produção cultural do povo e identificada com o

pequeno artesanato e o folclore, isto é, com a versão popular das belas-artes e da indústria cultural.

NEOLIBERAL - A neoliberal, que identifica cultura e evento de massa, consagra todas as manifestações do narcisismo desenvolvidas pela *massmedia*, e tende a privatizar as instituições públicas de cultura deixando-as sob a responsabilidade de empresários culturais. (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. 12-13)

Concluindo a “cidadania cultural de Marilena Chauí”, numa tentativa de explicitar a política cultural desenvolvida por Chauí em seu período à frente da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (SMC), o PEC reproduz a pergunta da autora presente no artigo “Política cultural e cultura política”: “Que direitos procurávamos afirmar?”, e a respectiva resposta:

- Direito de acesso e de fruição dos bens culturais por meio dos serviços públicos de cultura (bibliotecas, arquivos históricos, escolas de arte, cursos, oficinas, seminários, gratuidade dos espetáculos teatrais e cinematográficos, gratuidade das exposições de artes plásticas, publicação de livros e revistas etc.), enfatizando o direito à informação, sem a qual não há vida democrática;
- Direito à criação cultural, entendendo a cultura como trabalho da sensibilidade e da imaginação na criação das obras de arte e como trabalho da inteligência e da reflexão na criação das obras de pensamento; como trabalho da memória individual e social na criação de temporalidades diferenciadas nas quais indivíduos, grupos e classes sociais possam reconhecer-se como sujeitos de sua própria história e, portanto, como sujeitos culturais.
- Direito a reconhecer-se como sujeito cultural, graças à ampliação do sentido da cultura, criando para isso espaços informais de encontro para discussões, troca de experiências, apropriação de conhecimentos artísticos e técnicos para assegurar a autonomia dos sujeitos culturais, exposição de trabalhos ligados aos movimentos sociais e populares.
- Direito à participação nas decisões públicas sobre a cultura, por meio de conselhos e fóruns deliberativos nos quais as associações artísticas e intelectuais, os grupos criadores de cultura e os movimentos sociais, através de representantes eleitos, pudessem garantir uma política cultural distanciada dos padrões do clientelismo e da tutela. (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. 13)

Chauí (2006) propõe uma política cultural para São Paulo - e não um programa de atividades e serviços culturais -, tanto cultural quanto política, social e econômica, sem deixar de reconhecer a diversidade da cidade e a relação extremada entre carência e privilégio, definindo as seguintes prioridades: a) a garantia de direitos existentes; b) a criação de novos direitos; e c) o fim de privilégios. Para isto, a autora desenvolve, tendo em vista um conceito de cultura ampliado - para além das belas artes -, a política que chama de: “Cidadania cultural: a cultura como direito dos cidadãos e como trabalho de criação” (CHAUÍ, 2006, p. 67).

Ainda de acordo com Chauí (2006), a SMC pretendia ser o espaço de representação, de participação e de encontro dos que trabalham com cultura, desmontando a divisão entre centro e periferia, o que a autora acreditava ser possível somente por meio da cidadania cultural, proposta que partia de algumas perspectivas determinantes.

Partia de uma definição de cultura ampliada:

[...] de elaboração coletiva e socialmente diferenciada de símbolos, valores, ideias, objetos, práticas e comportamentos pelos quais uma sociedade, internamente dividida e sob hegemonia de uma classe social, define para si mesma as relações com o espaço, o tempo, a natureza e os humanos. (CHAUI, 2006, p. 72)

Cultura como trabalho da criação, sendo trabalho no sentido de inovação, rompimento com o que está dado e cristalizado; e criação no sentido de sensibilidade, imaginação, inteligência na invenção de obras de arte e reflexão na criação de obras do pensamento (CHAUI, 2006).

O Decreto n. 29.472, de 10 de janeiro de 1991, definiu cultura para a gestão da seguinte forma: “[...] considerando-se que à cultura foi atribuído o caráter de direito acessível a todos os brasileiros; considerando-se que a cultura engloba todas as formas de expressão e manifestação cultural [...]”. E, ainda segundo o documento: “[...] considera-se atividade de natureza artística e cultural tudo o que deriva da atividade humana, como resultado de sua criação intelectual, sob todas as formas de expressão [...]”. O decreto definiu também o espaço de atuação da SMC: “[...] a Secretaria Municipal de Cultura deverá apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais e oferecer condições à população para acesso aos bens culturais” (CHAUI, 2006, p. 80).

O decreto regulamentou o Artigo 1º da Lei n. 8204, de 13 de janeiro de 1975, que criou a SMC. Ele menciona e se baseia na Constituição Federal de 1988, a qual, em seu Artigo 23, define como competência da União, dos estados, municípios e do Distrito Federal, entre outras, “[...] proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação”. Faz referência também ao Artigo 215, no qual consta o seguinte: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988).

O documento também faz referência e dialoga com a Lei Orgânica do município, Artigos 191 a 199 – referentes à cultura e ao patrimônio histórico e cultural. Segundo o Artigo 191: “O Município de São Paulo garantirá a todos o exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura, observado o princípio da descentralização, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais” (SÃO PAULO, 1990).

A cidadania cultural pressupõe uma política cultural democrática, como direito de todos os cidadãos - como direito à criação deste direito, não havendo privilégios e tampouco censura. Implica uma política cultural que possibilite ao cidadão os seguintes direitos: a) de produzir cultura - criação e experimentação; b) de ter acesso aos bens culturais e a espaços para debate, reflexão e crítica; c) de participar das decisões que envolvem o fazer cultural - participação; d) à formação cultural; e e) de informação (CHAUÍ, 2006).

Por fim, a proposta tinha como perspectiva uma definição de sujeitos sociais como sujeitos históricos, de forma a articular o trabalho cultural e o trabalho de memória social, levando-se em conta as contradições, as lutas e os conflitos de uma sociedade (CHAUÍ, 2006).

Partindo da recusa das três concepções de política cultural mencionadas acima (autoritária, populista e neoliberal), a autora optou por uma quarta:

[...] aquela que restringe o Estado à condição de assegurador público de direitos, prestador sociopolítico de serviços e estimulador-patrocinador das iniciativas da própria sociedade, enfatizando a natureza de classe da nossa sociedade e a obrigação de uma política, se quiser ser moderna e democrática, de garantir direitos, quebrar privilégios, fazer ser público o que é público, abrir-se para os conflitos e para as inovações. (CHAUÍ, 2006, p. 102)

Sobre a “visão desenvolvimentista de Prnjat”, o conteúdo presente no plano, e disposto abaixo, é reproduzido de Silva (1993). O PEC apresenta a seguinte frase: “[...] a política cultural é o fator que promove o desenvolvimento cultural e as atividades criadoras no âmbito da cultura, harmonizando-as com as relações sociais vigentes (PRNJAT, 1985, p. 61)” (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. 13). Na sequência, apresenta os três modelos de Prnjat:

MODELO BURGUEÊS – modelo tradicional ou burguês, que - com aplicações diferenciadas em cada país - apresenta como característica básica o fato de que "os meios para a produção cultural e espiritual são da propriedade privada ou estão em mãos da burguesia que detém o poder".

MODELO BUCROCRÁTICO – Corresponde ao modelo administrativo estatal, que se caracteriza por subordinar totalmente a cultura ao Estado. É ele que centraliza os planos, as responsabilidades, e decide que tipo de cultura deve ser apoiada ou incentivada.

MODELO DA AUTOGESTÃO - Por fim, o autor discorre sobre o modelo autogestionário, alertando que ele "não se apresenta totalmente livre das deficiências da velha sociedade". Seria um processo de destruição dos modelos anteriores, mas "pode ser realizado unicamente a partir das novas relações econômico-sociais, da constituição autogestionária da política social, isto é, da nova disposição do poder de participar das decisões políticas" (PRNJAT, 1985, p. 76). Destaca que a política cultural autogestionária tem como premissa um modelo político-econômico nos mesmos moldes. (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. 13-14)

Referente ao “Hibridismo cultural de Canclini”, o PEC reproduz trecho de Silva (1993), conforme abaixo:

O argentino Néstor García Canclini mostra os modelos de políticas culturais praticados na América Latina, ressaltando as cinco variações básicas do nacional-popular.

A concepção biológico-telúrica prende-se à idéia de "nação como sendo um conjunto de indivíduos unidos por laços naturais [...] e irracionais [...] sem considerar as diferenças sociais entre os membros de cada nação" (GARCIA CANCLINI, 1983, p. 40).

Em segundo lugar, o autor apresenta a concepção estatista, isto é, o nacionalismo populista, que assume o Estado como o lugar em que os valores nacionais se condensaram" (GARCIA CANCLINI, 1983, p. 42).

Na concepção mercantil, a política cultural se preocupa com a construção de mercados, uniformizando a produção e diluindo as diferenças individuais.

A quarta concepção do nacional-popular é a militar, ou o nacionalismo aquartelado, modelo vivido recentemente pelo Brasil, com o exército subordinando o aparelho de Estado; a tendência é suprimir toda participação antiautoritária através da censura e do fechamento de instituições.

Finalmente o autor apresenta as bases para uma política nacional da cultura, o que seria a concepção histórico-popular. Este paradigma concebe "a cultura nacional como a identidade que o povo vai forjando no processo histórico de lutas autônomas", e propõe, como estratégia cultural, "o desenvolvimento da consciência crítica na práxis destas lutas" (GARCIA CANCLINI, 1983, p. 48). (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. 14)

O trecho acima é baseado no artigo “Políticas culturais na América Latina”, de Néstor García Canclini, publicado em 1983. No texto, Canclini analisa as cinco concepções principais do nacional-popular atuantes na América Latina e suas consequências nas políticas culturais. Complementando a interpretação de Silva (1993), a concepção biológico-telúrica “é a

ideologia mais característica dos estados oligárquicos e dos movimentos nacionalistas de direita” (CANCLINI, 1983, p. 40). De discurso nacionalista, ela privilegia componentes biológicos e telúricos, além da tradição, em detrimento da história. A essência da nação é a igreja, o exército, a família e a propriedade. Esta concepção, em muitos aspectos, é apropriada por correntes populistas também, correntes estas que idealizam o ser nacional, e têm como política cultural a promoção de um folclore idealizado (CANCLINI, 1983).

Já em relação à concepção estatista, a identidade está instalada no Estado, que trabalha com a imagem de coesão. Neste caso, o Estado é o provedor, enquanto o povo é o destinatário da ação do governo, figurando como coadjuvante, sem direito à participação de fato nas decisões, sendo subordinado às decisões do governo. Pressupõe um nacionalismo populista. E a política cultural desta concepção visa a preservação do Estado. Por sua vez, a concepção mercantil implica uma homogeneização de comportamentos e do gosto, diluindo as diferenças no nacional, indo do étnico ao típico. Esta uniformização, ideia de unidade, da cultura nacional é propiciada pelo Estado, visando à contínua expansão do capitalismo (CANCLINI, 1983). É um processo de mercantilização da cultura, em complemento ao apontado por Silva (1993) e reproduzido pelo PEC.

Na concepção militar, há a intervenção do exército em diferentes áreas da vida, para garantir o poder e a identificação do exército com o Estado-Nação (CANCLINI, 1983). A política cultural praticada é a apresentada por Silva (1993) e reproduzida pelo PEC. Por último, Canclini (1983) apresenta a concepção histórico-popular, aquela na qual o significado da identidade é produzido na história, que busca a criação de uma política popular na cultura, mas que acaba existindo mais como reivindicação do que como política. Para o autor: “Somente as organizações populares podem socializar os meios de produção cultural, não resgatar, mas reivindicar o próprio, não difundir a cultura de elites, mas apropriar-se criticamente do melhor dela para seus objetivos” (CANCLINI, 1983, p. 48). Tendo como ponto de chegada uma sociedade na qual o poder seja “a manifestação solidária da capacidade criadora do povo” (CANCLINI, 1983, p. 51).

O PEC opta por nomear o modelo de Canclini como “hibridismo cultural”. No entanto, o conteúdo apresentado acima não diz respeito ao conceito de hibridismo cultural do autor. Em relação ao tema, Canclini escreveu a obra “Culturas Híbridas”, publicada em 1997, mais de uma década depois do artigo sobre as concepções do nacional-popular. Nela, Canclini (1997)

fala em culturas híbridas, e utiliza o termo “hibridação”. Segundo ele, o termo foi muito utilizado para processos culturais, nos anos 1990 (CANCLINI, 2013). O autor, partindo de uma primeira definição, entende por hibridação o seguinte: “[...] processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2013, p. XIX).

Finalizando o que chama de “Hibridismo cultural de Canclini”, o plano apresenta a definição de políticas culturais do autor, em trecho reproduzido de Reis (2011), reconhecendo a participação de outros atores, além do poder público:

Os estudos recentes tendem a incluir sob este conceito o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, pelas instituições civis e pelos grupos comunitários organizados, a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população, e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social. Mas esta maneira de caracterizar o âmbito das políticas culturais necessita ser ampliada, tendo em conta o caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais na atualidade¹¹. (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. 14, tradução nossa)

Canclini apresenta esta definição no artigo intitulado “Definiciones em transicion”, de 2001, no qual define conceitos que acredita serem estratégicos para trabalhar com assuntos culturais.

Em relação aos objetivos da política pública ou das políticas culturais, Lima, Ortellado e Souza (2013) distinguem dois tipos de políticas, que guiaram a ação do Estado na segunda metade do século XX. O primeiro modelo foi o de democratização da cultura, após a Segunda Guerra Mundial, tendo ido até meados dos anos 1960, que visava ampliar e democratizar o acesso à cultura consagrada e a difusão da alta cultura - da cultura de elite. Em contraposição, de meados dos anos 1960 até a chegada do neoliberalismo, tem-se o segundo modelo, de democracia cultural, que visava valorizar e apoiar as práticas culturais populares ou comunitárias - apoiar a produção dos diversos segmentos sociais. Os dois modelos são considerados pelos autores “Políticas de terceira geração: difusão e produção cultural”

---

¹¹ Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad.

(LIMA; ORTELLADO; SOUZA, 2013, p. 11). O PEC acompanha este mesmo raciocínio, inclusive citando diretamente o artigo, e utilizando os mesmos autores como referência.

O artigo acrescenta, ainda, como surgidas em período anterior, as “Políticas de primeira geração: consolidação da identidade e preservação do patrimônio” e as “Políticas de segunda geração: intervenção e regulação econômica do setor cultural” (LIMA; ORTELLADO; SOUZA, 2013, p. 11), no que também é acompanhado pelo PEC. As políticas de construção da identidade nacional e de preservação do patrimônio cultural são fruto da consolidação dos estados modernos, tendo sido baseadas na criação de instituições, como, por exemplo, museus e órgãos de preservação do patrimônio. Estas políticas visavam forjar um imaginário comum, dando coesão social a determinada comunidade, e contribuindo para a construção e o fortalecimento do Estado Nacional. Daí deriva também o reconhecimento da diversidade identitária, da pluralidade cultural, uma vez que esta política passou a valorizar a identidade de diversos segmentos sociais, a reconhecer a diversidade das comunidades (LIMA; ORTELLADO; SOUZA, 2013).

Já as políticas de intervenção e regulação econômica do setor cultural, segundo o artigo e acompanhado pelo plano, contemplam as políticas de proteção à indústria cultural nacional – cinema, rádio e indústria fonográfica –, bens simbólicos produzidos em série, tendo origem nos anos 1920-1930; e as políticas de economia criativa – conjunto de atividades econômicas criativas que geram valor, característica dos anos 2000 (LIMA; ORTELLADO; SOUZA, 2013, p. 9-10).

Desta forma, com o que chamou de primeira, segunda e terceira geração das políticas, o artigo apresenta uma tipologia histórica das políticas culturais, e sintetiza isto num quadro que é reproduzido na íntegra pelo PEC. O plano também reproduz as características das políticas culturais do modelo proposto pelo artigo, sendo elas:

- i) um desenvolvimento histórico no qual os paradigmas originais são contestados ou ressignificados dando origem a modalidades diferentes dentro de uma mesma “geração” (lógica);
- ii) essas modalidades de políticas, que são tarefas assumidas pelo Estado, são somadas e não substituídas, dando origem a uma execução simultânea, de maneira cumulativa. Essa última característica se deve tanto à inércia institucional – isto é, ao fato da reprodução institucional regular garantir a permanência das políticas públicas – como à alternância política nas democracias liberais, que dificulta

mudanças substanciais bruscas. (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. 11)

Concluída a utilização de Lima, Ortellado e Souza (2013), a minuta do plano faz referência aos direitos culturais, reproduzindo trecho de Souza (2012), e cita o Artigo 215 da Constituição Federal de 1988, que diz o seguinte: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. 15) – conforme feito por Reis (2011) em seu artigo. Afirma também ser um equívoco reduzir as políticas públicas de cultura a políticas estatais, uma vez que elas são resultado da interação de agentes estatais e não estatais.

Para o PEC:

Não há tampouco no Brasil a predominância de um único modelo de políticas públicas, existindo simultaneamente ações de variadas naturezas quer ora propugnam pela universalização da cultura com o objetivo de ampliar o acesso da população à cultura ilustrada ora protagonizam a mobilização de amplos segmentos sociais para garantir-lhes o pleno direito de manifestação cultural. (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. 15)

Com esta justificativa, que diz respeito somente à tipologia de democratização e democracia cultural, o plano afirma não advogar por nenhuma classificação de ideologia estatal, nem sequer por nenhuma tipologia das modalidades das políticas culturais.

Finalizando a parte “Conceituação - O que são as políticas culturais?”, o PEC afirma que as reflexões sobre políticas culturais, presentes ao longo desta parte do capítulo, foram reproduzidas: “[...] como ponto de partida para embasar uma análise crítica da trajetória paulista no campo das políticas públicas de cultura [...]” (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. 15), e segue para a segunda parte, que aborda justamente o histórico das políticas culturais no Estado de São Paulo.

Após o histórico das políticas culturais, o capítulo é encerrado com a parte intitulada “Considerações finais”. Nela, o plano reproduz novamente conteúdo copiado de Santos (2011) e Souza (2012). De novidade, apresenta um pouco da política cultural desenvolvida pela SEC, e afirma que a trajetória das políticas culturais da secretaria: “[...] seguem vinculadas à perspectiva da garantia de direitos por meio da criação de programas e ações estatais” (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. 23).

E reconhece a coexistência de duas vertentes, nisto que chama de modelo. A primeira teria sido herdada do período anterior à criação da secretaria, caracterizando-se por grandes equipamentos públicos culturais e pela concentração do poder de decisão nas mãos dos gestores públicos. Já a segunda seria caracterizada pelo apoio às ações culturais da sociedade civil, por meio de projetos selecionados via editais públicos, com comissões de seleção formadas por especialistas de notório saber. Informação esta que nos remete à política cultural inicial da França e ao modelo inglês, respectivamente, ambos modelos de políticas culturais de ideologia social-democrata.

Segundo o PEC, a secretaria optou por um modelo diversificado de investimento, o qual fortalece os equipamentos públicos culturais, mantém programas da secretaria¹², e financia projetos/ações da sociedade civil. Em relação aos equipamentos culturais, o documento afirma ter resultados muito claros, com o fortalecimento dos equipamentos, assim como de seus corpos artísticos. Com base nisto, que considera ser uma dupla orientação, a SEC tem buscado responder, segundo suas próprias palavras:

[...] ao desafio de universalização do acesso à cultura, tanto na produção como na criação de espaços para identificação de talentos em todas as linguagens artísticas, formação artística e disseminação de saberes, com ênfase no atendimento às regiões com maior vulnerabilidade social, de outro lado com a implementação de programas e ações que visam dar voz e vez a amplos segmentos e manifestações culturais, conferindo-lhes autonomia. (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. 24)

---

¹² Programas desenvolvidos pela SEC em parceria com as organizações sociais (OSs), com contrato de gestão vigente.

Em relação à sociedade civil, o plano considera que a secretaria incrementou a participação social:

[...] em diversas instâncias decisórias no campo do planejamento de ações, seja por meio de sistemas institucionalizados como o SISEM e SISEB, seja por meio de conselhos vinculados à gestão dos equipamentos culturais, culminando com a adesão ao Sistema Nacional de Cultura, que prevê a criação do Conselho Estadual de Políticas Culturais, e a construção do Plano Estadual de Cultura, com o propósito de aprovar diretrizes para as políticas culturais paulistas num horizonte de longo prazo. (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. 24)

Assim, a SEC afirma reconhecer como sua missão o seguinte: “[...] formular e implementar políticas públicas visando a ampliação do acesso aos bens culturais, a descentralização das atividades, o fomento à produção cultural e a valorização do patrimônio cultural paulista” (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. 23-24). E aponta, como diretrizes primordiais de sua atuação:

[...] a modernização da gestão pública, a interiorização das ações da Secretaria, a presença nas regiões periféricas das grandes cidades e o rompimento com a lógica sustentada por interesses de consumo ou populistas. Em suma, busca-se a orientação por três valores: universalidade, pluralidade e qualidade. (PLANO ESTADUAL DE CULTURA, 2015, p. 24)

3.2 Considerações

O item do PEC, desenvolvido pela SEC ao longo de nove páginas, intitulado “Conceituação - O que são as políticas culturais?”, é respondido, em sua maior parte, por meio de textos de autores diversos, que tratam de política cultural. Cópia literal e, muitas vezes inclusive, sem a devida citação do autor. São utilizados conceitos distintos e até mesmo conflitantes entre si. Sendo assim, não é possível identificar o que a secretaria entende por política cultural.

A conceituação exposta no plano, considerando-se ser este um trabalho sério, devia refletir de fato o conceito de política cultural para a SEC, seu ponto de vista. No entanto, ela nos apresenta um emaranhado de trechos de textos produzidos por pesquisadores da área cultural, que parecem ter sido reproduzidos e colados um abaixo do outro, sem uma reflexão sobre de

fato o quê a pasta entende por política cultural, e, conseqüentemente, o que executa, baseado em sua compreensão teórica sobre o assunto.

Somente é possível “ouvir a voz” da SEC na parte final do capítulo (“Considerações finais”), quando a pasta afirma ter optado pelo que chama de modelo diversificado de investimento, o qual contempla o fortalecimento de seus equipamentos culturais; a realização de seus programas e projetos continuados e o financiamento de projetos culturais da sociedade civil, por meio de editais públicos. Ela aponta também algumas diretrizes de sua atuação, como: a modernização da gestão pública; a interiorização de suas ações; a atuação nas regiões periféricas das grandes cidades; e o rompimento com a lógica sustentada por interesses de consumo ou populistas. Afirmando ainda, buscar uma orientação por meio de três valores: universalidade, pluralidade e qualidade.

A secretaria diz ainda reconhecer o resultado destas diretrizes e orientação com o fortalecimento dos equipamentos culturais e de seus corpos artísticos, que propiciam a universalização do acesso à cultura em regiões com maior vulnerabilidade social, além dos programas e ações que desenvolve, visando dar voz e vez a amplos segmentos e manifestações culturais, conferindo-lhes autonomia, segundo as palavras da SEC.

Fazendo um esforço, com base nas informações constantes na parte em análise do PEC “Conceituação – O que são políticas culturais?”, podemos concluir o seguinte: a) a SEC vê a relação entre Estado e cultura como antiga, assim como os debates sobre esta relação; b) já a política cultural existe há bastante tempo também, mas os debates sobre o tema são recentes, com destaque para o papel da UNESCO, a partir dos anos 1970; e c) o campo de pesquisa das políticas culturais está estabelecido; no entanto, a bibliografia sobre o tema é pequena.

A SEC entende, também, que existe uma visão de cultura intrínseca à política cultural. Ela reconhece que a política cultural é definida a partir do entendimento do Estado acerca de o quê é cultura. Sendo que esta noção de cultura pode ser no sentido antropológico ou sociológico. Além disso, ela conclui que as políticas culturais são o resultado da interação entre diversos atores, não estando limitadas à ação estatal.

E, embora a SEC afirme que as políticas culturais podem ser classificadas por ideologias estatais ou a partir dos objetivos da política pública, ela diz também que não há clareza quanto

ao que define as políticas culturais, e como elas se classificam. Além de esta conclusão ser baseada em texto de outro autor, podemos observar que o raciocínio aplica-se de fato à secretaria, uma vez que ela utiliza conceitos distintos para definir o termo “política cultural”.

Por meio do plano, a secretaria afirma existirem três tipos de modelos ideológicos de políticas culturais (modelo liberal americano, social-democrata francês e social-democrata inglês) e dois tipos de política pública, definidos de acordo com os objetivos das políticas (políticas de democratização cultural e de democracia cultural). Sendo assim, a SEC seleciona o que considera ser as correntes mais representativas destas vertentes ideológicas, do ponto de vista da crítica brasileira, o que chama de: “A cidadania cultural de Marilena Chauí”, “A visão desenvolvimentista de Prnjat” e “O hibridismo cultural de Canclini”.

A SEC lança, a partir daí, alguns modelos ideológicos de política cultural, por meio de Chauí e Prnjat, mas não manifesta sua preferência por nenhum deles, tampouco informa qual é a orientação da pasta. Importante apontar o fato de os modelos, em geral, serem negativos para o Estado, como o liberal, o autoritário, o populista e o neoliberal de Marilena Chauí. Por isso, inclusive, a autora opta por um novo modelo, quando secretária municipal de cultura de São Paulo: a cidadania cultural.

Já em relação à Canclini, são apresentadas as cinco variações do nacional-popular e sua definição de políticas culturais. Novamente, não há uma reflexão anterior, posterior, nem sequer uma tomada de posição. Tanto a cidadania cultural de Chauí quanto os conceitos de Canclini são apenas lançados no plano, sem uma motivação aparente, sem qualquer contextualização.

Dito isto, considerando que a secretaria parece concordar com Lima, Ortellado e Souza (2013), uma vez que usa o artigo quase na íntegra para sua definição de política cultural, poder-se-ia concluir que a pasta acredita que uma política cultural pode ser classificada de acordo com a ideologia estatal. No entanto, ela afirma não advogar por nenhuma classificação de ideologia estatal, pois as ideologias podem coexistir simultaneamente em ações variadas. Aqui, cabe uma ressalva. Apesar deste discurso, podemos classificar como modelo preponderante da SEC o neoliberal. Vide a política das OSs, são estas organizações as responsáveis pela gestão dos equipamentos e programas da secretaria. Além disso, são elas

que recebem a maior parte do orçamento da pasta, 59% em 2015 (BOLETIM UM N. 1, 2016).

Já referente à classificação de acordo com os objetivos da política, sejam eles de democratização ou de democracia cultural, a pasta faz um apontamento neste sentido, em relação à gestão cultural:

No que tange à dicotomia democratização da cultura x democracia cultural, cabe assinalar que os equipamentos culturais da SEC SP (museus, teatros e auditórios), bem como seus corpos artísticos permanentes, alinhados por princípio à política de universalização da cultura ilustrada, crescentemente têm adotado políticas inclusivas com respeito à diversidade não só de público mas também de conteúdo. (PLANO ESTADUAL DE CULTURA, 2015, p. 20)

Este apontamento demonstra que a secretaria não compreendeu muito bem os conceitos de democratização e democracia cultural. Um exemplo mais adequado poderia ser dado, citando alguns programas implementados por meio das OSs, com contrato de gestão vigente com a SEC, tais como: Pontos MIS e Circuito Cultural Paulista, exemplos de políticas de democratização da cultura. Ambos os programas levam cultura para as cidades do Estado de São Paulo, o primeiro por meio do cinema e o segundo por meio de música, teatro, circo e dança.

Já os editais do Programa de Ação Cultural (PROAC) podem ser um bom exemplo de política de democracia cultural. Os editais contemplam segmentos culturais diversos, e possibilitam que a sociedade civil seja produtora de cultura. Em realidade, o programa Pontos MIS pode ser utilizado como exemplo tanto de uma política de democratização como de democracia cultural, uma vez que, além de levar cultura para a população das cidades de São Paulo, também permite que os municípios produzam cultura, por meio de oficinas de audiovisual. Assim como o PROAC, tendo em vista que parte da produção cultural fomentada pelo programa é difundida pelo estado, característica da política de democratização cultural.

Voltando à ideologia estatal, observando as políticas desenvolvidas pela SEC, vemos a convivência de dois modelos, apesar de um deles se destacar como preponderante, conforme mencionado acima. O liberal, baseado no modelo norte-americano, destacando-se o PROAC ICMS, mecanismo de renúncia fiscal, no qual as empresas ou pessoas físicas patrocinadoras definem em qual projeto investir. Além da política das OSs, na qual, em teoria, a secretaria

repassa recursos para que estas organizações implementem e executem a política cultural definida pela pasta – modelo considerado preponderante. O modelo social-democrata inglês pode ser visto no PROAC editais, concursos públicos para projetos culturais da sociedade civil, que são selecionados por meio de comissões formadas por especialistas de notório saber. O modelo francês pode ser observado em relação ao investimento feito nos equipamentos culturais da pasta.

Por fim, a SEC afirma não existir no Brasil, e tampouco ela advoga por um único modelo de política pública, pois coexistem políticas de democratização e de democracia cultural em ações variadas. Afirmação que pode ser comprovada observando-se as políticas desenvolvidas pela própria secretaria, conforme explicitado acima. A mesma afirmação é válida para o caso da ideologia estatal.

Foram apresentados diversos conceitos de política cultural, mas é importante não deixar de fora uma definição que dá mais ênfase à política, levando mais ao pé da letra o termo “política cultural”, e o diferenciando de “políticas públicas de cultura”, algo que não foi feito pelos autores abordados acima: o conceito de Philippe Urfalino.

Em 2004, Urfalino, autor francês, publicou o livro “A invenção da política cultural”. A obra acompanha a criação do Ministério de Assuntos Culturais da França, o primeiro dedicado exclusivamente à cultura, em 1959, tendo André Malraux à frente até 1969 - período considerado pelo autor como a invenção da política cultural. O relato segue até a gestão de Jack Lang (1981-1986 e 1988-1993), período considerado pelo autor como o fim da política cultural e o triunfo das políticas públicas de cultura (URFALINO, 2015, p. 249).

Na obra, Urfalino define “política cultural”, no singular e em contraste com o conceito de “políticas públicas de cultura”, como: “[...] um momento de convergência e de coerência entre, de um lado, representações do papel que o Estado pode atribuir à arte e à cultura no tocante à sociedade e, de outro, a organização de uma ação pública” (URFALINO, 2015, p. 15). Podendo, desta forma, ser entendida como a união entre uma concepção teórica e a ação prática, ação esta tendo um mínimo de coerência e unidade com o que foi concebido. Importante destacar a concepção teórica, fato não mencionado pelos outros autores abordados neste capítulo, e a necessidade da coerência com a ação prática, o que pode servir de complemento às definições aqui já abordadas.

Ainda segundo o autor, uma política cultural: “[...] não se reduz nem à justaposição das políticas setoriais nem ao rearranjo republicano do mecenato régio, porque é uma totalidade construída por ideias, por práticas políticas e administrativas situadas num contexto intelectual e político” (URFALINO, 2015, p. 16). Sendo assim, quando não existe mais coerência e convergência entre a concepção e as ações, mas existem diversas ações conceitualmente dispersas, Urfalino considera como a dissolução da política cultural, e passa a utilizar o conceito de “políticas públicas de cultura”. Diferenciação entre conceitos, também, não expressa nas reflexões dos autores discutidos acima.

Importante e atual também a reflexão de Coelho, que não foi contemplada pelo plano. Coelho (2014) propõe-se a auxiliar na elaboração de uma política cultural apropriada para o século XXI, destacando o papel da sociedade civil. Para o autor:

E a política cultural deve levar em conta esse novo protagonista. Não se trata mais de definir uma política cultural para a sociedade ou para a sociedade civil: trata-se de reconhecer que uma política cultural que não emane da sociedade civil não tem representatividade. (COELHO, 2014, p. 441)

Para Coelho, pensar uma política cultural, sem a participação da sociedade civil, é um retrocesso, mesmo quando considerados governos democraticamente eleitos, já que a ideia de representatividade, hoje, é outra. Para ele: “[...] a sociedade civil se representa a si mesmo” (COELHO, 2014, p. 442).

Já a SEC menciona a participação da sociedade civil de forma pontual. Ela afirma ter havido um progressivo incremento da participação da sociedade civil no campo do planejamento de ações, por meio do Sistema Estadual de Museus (SISEM) e do Sistema Estadual de Bibliotecas (SISEB), dos conselhos das OSs e da adesão ao SNC. No entanto, boa parte dos membros do SISEM e do SISEB são funcionários de museus e bibliotecas municipais, respectivamente, portanto representantes do poder público da esfera municipal. Além disso, a atuação destes representantes é limitada, e, principalmente, não atinge os equipamentos da secretaria, que são geridos pelas OSs.

Em relação aos conselhos das OSs, os mesmos não elaboram as políticas públicas desenvolvidas pelas organizações; sua participação é bem limitada neste sentido também. Até mesmo porque a secretaria afirma, reiteradamente, que a política cultural da pasta é

desenvolvida por ela e não pelas OSs, a quem cabe somente o papel de execução, por mais que, na prática, isto seja questionável.

E, por fim, a adesão ao SNC não implicou de fato na participação da sociedade civil, no desenvolvimento da política cultural da SEC, uma vez que, em 2018, ainda não foi nomeado o Conselho Estadual de Política Cultural¹³, tampouco o Plano Estadual de Cultura tornou-se lei ou está em execução. Cabe ainda mencionar o Fundo Estadual de Cultura, que, nos moldes existentes hoje, não é utilizado para beneficiar projetos da sociedade civil e, muito menos, por meio de editais públicos – como pressupõe o SNC.

Sendo assim, podemos concluir que, qualquer que seja a política cultural da SEC, a mesma não tem representatividade, de forma geral. Ela é imposta de cima para baixo, sem diálogo com a sociedade civil ou com diálogos muito pontuais, limitados a ações específicas, e para tratar de pontos específicos de determinada política.

Finalizado o primeiro capítulo do plano, fica a impressão de que a secretaria tenta se esconder atrás da reflexão de diversos autores, não expondo, de fato, sua opinião, nem sequer dando sua própria resposta para a pergunta feita no início do texto: “O que são as políticas culturais?”. Ao término, ainda nos resta a dúvida: o que a SEC entende por política cultural?

---

¹³ Apenas em 2018, o conselho foi reorganizado, de forma a atender às exigências do SNC, por meio do Decreto n. 63.377, de 7 de maio. No entanto, o conselho não está ativo já há alguns anos.

4 Convênios

O capítulo apresenta alguns conceitos de convênio, e analisa os instrumentos firmados por meio da SEC, de 2011 a 2014, período escolhido por contemplar um governo completo do Estado de São Paulo. Durante estes anos, Geraldo Alckmin (PSDB) esteve à frente do Poder Executivo estadual, tendo como secretários de cultura Andrea Matarazzo (2010 – 2012) e Marcelo Mattos Araujo (2012 – 2016).

O instrumento jurídico “convênio” é utilizado pelas três esferas de governo, e envolve repasse de recursos, por parte do poder público, para outro órgão governamental ou para organização da sociedade civil, visando a realização de um objetivo em comum, de vontade de ambas as partes. Desta forma, não havendo licitação e tampouco um processo seletivo público para a escolha da instituição a ser conveniada, conforme será visto detalhadamente, abaixo.

Os convênios podem ter origem no Poder Legislativo ou no Executivo. No primeiro caso, os deputados destinam emendas parlamentares para a execução de projetos. No segundo caso, o Executivo escolhe diretamente quais projetos quer apoiar, sendo ele, também, o responsável pelo processo de conveniamento, acompanhamento, fiscalização e prestação de contas de todos os convênios celebrados, independentemente da origem.

Os convênios em análise na presente pesquisa são da área cultural e da esfera estadual – Estado de São Paulo; portanto, os convênios firmados por meio da pasta responsável pela cultura no estado, a SEC. Sendo assim, é possível considerar que todos são de interesse da SEC, independentemente de sua origem, uma vez que a secretaria é o órgão responsável por viabilizá-los, dando andamento às propostas que recebe. E, uma vez que o conceito de convênio pressupõe vontades convergentes entre os partícipes, conforme é discutido ao longo deste capítulo.

4.1 Concepções de convênio

A SEC apresenta o que entende por convênio no documento intitulado “Manual de formalização e prestação de contas em convênios da Secretaria de Estado da Cultura”, publicado durante a gestão José Serra (2007 – 2010), tendo à frente da pasta da cultura o secretário João Sayad. O documento foi criado a fim de auxiliar as entidades e prefeituras

interessadas em firmar convênios com a secretaria. Nele, constam orientações que vão desde como apresentar as propostas até a prestação de contas.

A definição utilizada pela SEC, constante no manual, é a de Hely Lopes Meirelles, para quem convênios são: “[...] acordos firmados por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes” (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2009, p. 2). Segundo Meirelles (2004), passou-se a exigir do Estado novas formas e meios de prestação de serviços, devido à complexidade de execução de determinados serviços, à necessidade de ampliação territorial e de recursos técnicos etc. E, ainda, houve uma evolução cronológica dos serviços públicos, que antes eram executados pelo Estado de maneira centralizada, e que passaram a ser delegados por ele a terceiros. Os convênios inserem-se neste último modelo, quando nos referimos a serviços de interesse recíproco entre as partes envolvidas; neste caso, entidades públicas e organizações particulares, sendo os serviços realizados em mútua cooperação.

Ainda de acordo com Meirelles (2004), o instrumento é chamado de convênio e não de contrato, justamente pelo fato de ser um acordo no qual os partícipes possuem interesses comuns, coincidentes, tratando-se de um acordo de vontades. Os partícipes, assim chamados os signatários, participam voluntariamente de um convênio, e têm as mesmas pretensões, um mesmo objetivo é almejado por todos. Diferentemente de um contrato, no qual os signatários possuem interesses opostos, uma parte visa a realização do objeto do contrato, e a outra a vantagem devida pela execução do objeto.

Já o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE) insere um novo elemento na definição de convênio, o interesse público. Para ele, o convênio é um: “[...] instrumento de cooperação no qual há interesses convergentes, posto que a todos os convenientes anima o mesmo propósito de servir ao interesse público [...]” (ROSSI; CASTRO, 2006, p. 41).

Além disso, para o TCE, o convênio é uma das formas mais comuns de participação da sociedade civil na realização de atividades públicas, não no sentido de delegação de serviços públicos, mas uma vez que as atividades contribuem, direta ou indiretamente, para o interesse público. O órgão menciona que o repasse de recursos financeiros é feito por um ente público para a realização de projeto de interesse público, sem que haja objetivo de lucro por nenhuma

das partes envolvidas. Desta forma, o TCE considera o lucro uma figura estranha ao convênio (ROSSI; CASTRO, 2006).

Para o Tribunal de Contas da União (TCU), a definição de convênio é a seguinte:

É o acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros dos Orçamentos da União visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação, e tenha como partícipes, de um lado, órgão da administração pública federal direta, autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e, de outro, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos. (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2013, p. 17)

O conteúdo do TCU apresenta dois elementos novos, que não estão presentes nas definições citadas acima. O Tribunal menciona como sendo objetivo de um convênio, entre outros, a execução de um programa de governo, e restringe a participação das entidades privadas àquelas sem fins lucrativos.

A SEC foi autorizada a celebrar convênios, representando o Estado, com entidades culturais privadas sem fins lucrativos por meio do Decreto n. 46.782, de 24 de maio de 2002. Este decreto estipula o objeto de um convênio de forma bastante limitada. Conforme o Artigo 1º, a transferência de recursos só pode ser feita visando a:

- I - Realização de exposições artísticas ou culturais, conforme plano de trabalho específico;
- II - execução de projeto institucional de recuperação e restauração de próprio estadual de características singulares, tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT, com prévia audiência deste. (SÃO PAULO, 2002)

Já o Decreto n. 48.065, de 4 de setembro de 2003, em seu Artigo 1º, autoriza a SEC a celebrar convênios representando o Estado, com municípios paulistas e entidades culturais privadas sem fins lucrativos, tendo como objeto: “[...] a transferência de recursos financeiros visando à implantação e manutenção de pólos do Projeto Guri para execução de atividades de formação e difusão musical na Capital e no interior do Estado” (SÃO PAULO, 2003). O Projeto Guri é um programa da SEC, desenvolvido em parceria com alguns municípios do estado. Ou seja, este decreto, apesar de contemplar mais uma possibilidade de objeto de convênio, ainda

manteve a política bastante limitada. O Guri, desde 2004, passou a ser executado por meio de OSs, conforme mencionado anteriormente.

Outro decreto foi publicado cinco anos depois, mas ainda contendo escopo restritivo. O Decreto n. 53.127, de 16 de junho de 2008, permite à SEC celebrar convênios com municípios paulistas, tendo como objeto a realização de obras em imóveis das respectivas prefeituras, desde que demonstrado finalidade e interesse cultural para a população (SÃO PAULO, 2008). Este documento acaba ampliando o escopo do Decreto n. 46.782.

Por fim, os Decretos n. 53.743, de 1º de dezembro de 2008, e o de n. 54.981, de 3 de novembro de 2009, em acréscimo ao decreto de 2002, passam a permitir que entidades privadas sem fins lucrativos e municípios paulistas, respectivamente, possam pleitear recursos, por meio de conveniamento, para projetos ou eventos culturais. E é destacado novamente que os municípios devem observar a finalidade e o interesse cultural dos projetos para a população (SÃO PAULO, 2008, 2009). Assim, o escopo do objeto de um convênio passa a ser muito amplo; “projetos” e “eventos culturais” contemplam um universo enorme, são termos muito genéricos, que permitem uma infinidade de possibilidades. É o que observaremos ao analisar os convênios celebrados pela SEC neste capítulo e no próximo.

4.2 Convênio para a Secretaria de Estado da Cultura

De 2011 a 2014, foram assinados 454 convênios pela SEC. Destes, 130 foram firmados com prefeituras e 324 com entidades sem fins lucrativos do Estado de São Paulo. Por sua vez, 326 convênios foram originários de 345 emendas parlamentares de deputados, tendo sido firmados 58 com prefeituras e 268 com entidades sem fins lucrativos; e, 128 foram de escolha direta da SEC, sendo assinados 72 com prefeituras e 56 com entidades sem fins lucrativos. Estes dados podem ser observados na tabela 1, abaixo.

Tabela 1 – Números dos convênios de 2011 a 2014

Ano	Convênios			Convênios SEC*			Convênios deputados**			Emendas parlamentares*		
	Total	Prefeituras	Entidades	Total	Prefeituras	Entidades	Total	Prefeituras	Entidades	Total	Prefeituras	Entidades
2011	96	18	78	28	7	21	68	11	57	69	11	58
2012	121	31	90	37	24	13	84	7	77	86	7	79
2013	64	17	47	16	9	7	48	8	40	54	8	46
2014	173	64	109	47	32	15	126	32	94	136	32	104
TOTAL	454	130	324	128	72	56	326	58	268	345	58	287

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (2018)

* Convênios celebrados em função de escolha direta da SEC

** Convênios resultados de emenda parlamentar

*** Um mesmo convênio pode ser resultado de mais de uma emenda parlamentar

Em relação aos valores, foram aportados R\$113.197.779,23 em convênios da área cultural, sendo revertidos R\$ 48.240.049,97 para prefeituras e R\$ 64.957.729,26 para entidades sem fins lucrativos. Do valor total, R\$ 34.958.666,49 tiveram origem em emendas parlamentares, portanto, verba de que os deputados dispunham, sendo R\$ 4.987.198,44 destinados para prefeituras e R\$ 29.971.468,05 para entidades sem fins lucrativos; e, R\$ 78.239.112,74 foram investidos pela SEC, sendo R\$ 43.252.851,53 para prefeituras e R\$ 34.986.261,21 para entidades sem fins lucrativos.

Considerando o orçamento da SEC gasto com convênios envolvendo prefeituras, o valor médio por projeto é de aproximadamente R\$ 600.734,00. Já o valor médio por projeto de entidade sem fins lucrativos é de R\$ 624.755,00, levando-se em conta o orçamento total dos convênios com entidades. Seguindo o mesmo raciocínio, os deputados investiram em média R\$ 85.986,00 por projeto de prefeitura; e R\$ 111.834,00 por projeto de entidade sem fins lucrativos.

Assim, o valor médio investido em projetos de entidade sem fins lucrativos acabou sendo mais alto do que o aportado em prefeituras, tanto pela SEC quanto pelos deputados. E os deputados, de forma geral, investiram um valor bem mais baixo por projeto, em comparação com a SEC: cerca de seis vezes menos. Os valores investidos anualmente podem ser conferidos na tabela 2, abaixo.

Tabela 2 - Valores dos convênios de 2011 a 2014 (R\$)

Ano	Convênios			Convênios SEC*			Convênios deputados**		
	Total	Prefeituras	Entidades	Total	Prefeituras	Entidades	Total	Prefeituras	Entidades
2011	27.654.459,29	3.287.173,04	24.367.286,25	22.278.430,12	2.471.905,56	19.806.524,56	5.376.029,17	815.267,48	4.560.761,69
2012	48.909.511,35	27.544.388,08	21.365.123,27	38.586.531,90	26.924.096,31	11.662.435,59	10.322.979,45	620.291,77	9.702.687,68
2013	9.548.652,99	3.259.423,04	6.289.229,95	4.053.934,29	2.725.934,29	1.328.000,00	5.494.718,70	533.488,75	4.961.229,95
2014	27.085.155,60	14.149.065,81	12.936.089,79	13.320.216,43	11.130.915,37	2.189.301,06	13.764.939,17	3.018.150,44	10.746.788,73
TOTAL	113.197.779,23	48.240.049,97	64.957.729,26	78.239.112,74	43.252.851,53	34.986.261,21	34.958.666,49	4.987.198,44	29.971.468,05

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (2018)

* Convênios celebrados em função de escolha direta da SEC

** Convênios resultados de emenda parlamentar

De acordo com estas informações, é possível observar que, no período 2011-2014, o número de projetos contemplados de entidades sem fins lucrativos é mais alto do que o número de projetos de prefeituras: mais do que o dobro. A mesma proporção não se repete com o montante de recursos investido. As entidades receberam mais, mas menos do que o dobro do valor recebido pelas prefeituras.

Mediante os dados das tabelas 1 e 2, podemos concluir que o montante de recursos públicos investido em projetos culturais, por meio de convênios, é bastante considerável. Fazendo uma comparação com o Programa de Ação Cultural (PROAC), mais expressivo programa de financiamento à cultura do Estado de São Paulo, o programa investiu, de 2011 a 2014, na modalidade editais – com recursos do orçamento da SEC -, R\$ 124.000.000,00. Ao passo que, no mesmo período, foi investido por meio de convênios R\$ 113.197.779,23, aproximadamente 91% do valor do PROAC.

Além disso, o valor total disponibilizado por meio de convênios foi muito alto, principalmente tendo em vista os seguintes elementos: não há um processo de seleção público, com abertura de inscrições para os interessados em apresentar projetos e concorrer a um determinado valor; não há uma comissão de seleção composta por pessoas da área, aptas a avaliar os projetos; e tampouco existem critérios de seleção públicos. Ou seja, não há o mínimo de transparência e publicidade, ao contrário do PROAC. O critério para a formalização de um convênio, conforme expresso na definição do próprio termo, é o interesse recíproco entre as partes; portanto, um critério de difícil aferição.

No que diz respeito à origem dos recursos, a SEC investiu diretamente em projetos culturais, com recursos de seu orçamento, mais do que os deputados fizeram por meio de emenda parlamentar, o que já seria esperado, por se tratar da pasta responsável pela área cultural, e tendo em vista o velho clichê de que cultura não dá voto, assim não sendo a área prioritária dos deputados para investimento. A quantia investida pela secretaria é um pouco mais do que o dobro da destinada pelos deputados. E, diferentemente dos deputados, a secretaria optou por aportar mais recursos em projetos de prefeituras, uma quantia um pouco mais alta do que a aplicada em entidades sem fins lucrativos. Já os deputados investiram em entidades sem fins lucrativos seis vezes mais do que nas prefeituras.

Tal fato poderia acontecer em função da relação da SEC e dos deputados com os conveniados. A relação da secretaria dá-se, em sua maior parte, com o poder público da esfera municipal. Muitos programas da pasta, executados pelas OSs, são desenvolvidos em parceria com as prefeituras das cidades destinatárias dos programas, por meio das secretarias de cultura municipais ou órgãos equivalentes. O contato com o poder público municipal é intenso e diário. Em relação aos deputados, faz sentido supor que sua relação maior seja com a sociedade civil e não com o poder público, uma vez que eles foram eleitos para representar os interesses da população - ao menos em teoria. População esta que os elegem, sendo, portanto, objeto de mais atenção. Este mesmo raciocínio poderia justificar, também, o fato de as prefeituras terem recebido valores proporcionalmente mais altos, uma vez que a SEC foi responsável por um investimento muito maior. Sendo isto somado ao fato de as prefeituras terem apresentado número maior de projetos envolvendo obras, o que acarreta um custo mais elevado.

4.2.1 Números e valores dos convênios

Observando os dados por ano, temos em 2011 o seguinte cenário: 96 convênios foram celebrados, sendo 18 com prefeituras e 78 com entidades. Dentre eles, 68 foram resultado de emenda parlamentar, 11 para prefeituras e 57 para entidades; e 28 foram de escolha direta da SEC, 7 formalizados com prefeituras e 21 com entidades. O valor investido no ano foi de R\$ 27.654.459,29. As prefeituras receberam R\$ 3.287.173,04 e as entidades R\$ 24.367.286,25. Por meio de 69 emendas, foram destinados R\$ 5.376.029,17, dos quais R\$ 815.267,48 foram para prefeituras e R\$ 4.560.761,69 para entidades. Já a SEC aportou diretamente em convênios o valor total de R\$ 22.278.430,12, sendo R\$ 2.471.905,56 para prefeituras e R\$ 19.806.524,56 para entidades, conforme pode ser conferido nas tabelas acima. Este foi um ano atípico para a secretaria, que, nos demais, investiu mais em projetos de prefeituras.

Em 2012, foram assinados 121 convênios, 31 com prefeituras e 90 com entidades sem fins lucrativos. Destes, 84 foram realizados por meio de emenda parlamentar, 7 com prefeituras e 77 com entidades. A SEC, por sua vez, escolheu firmar diretamente 37 convênios, 24 com prefeituras e 13 com entidades. O valor total dos convênios em 2012 foi de R\$ 48.909.511,35, distribuídos da seguinte forma: R\$ 27.544.388,08 para prefeituras e R\$ 21.365.123,27 para entidades. Os deputados investiram na área cultural, por meio de emenda parlamentar, R\$ 10.322.979,45. Deste valor, R\$ 620.291,77 foram para prefeituras e R\$ 9.702.687,68 para

entidades sem fins lucrativos. Já a SEC aportou R\$ 38.586.531,90 em convênios, R\$ 26.924.096,31 para prefeituras e R\$ 11.662.435,59 para entidades.

No ano de 2013, 64 convênios foram formalizados: 17 com prefeituras e 47 com entidades sem fins lucrativos. Foram assinados oito convênios com prefeituras e 40 com entidades, totalizando 48 convênios por meio de emenda parlamentar. A SEC, por sua vez, escolheu diretamente celebrar nove convênios com prefeituras e sete com entidades sem fins lucrativos, no total 16 convênios. O valor total investido foi de R\$ 9.548.652,99, sendo R\$ 3.259.423,04 em projetos culturais de prefeituras e R\$ 6.289.229,95 em projetos de entidades sem fins lucrativos. Por meio de emenda parlamentar, deu-se o aporte de R\$ 5.494.718,70, R\$ 533.488,75 para prefeituras e R\$ 4.961.229,95 para entidades. Já o orçamento da SEC foi onerado em R\$ 4.053.934,29, R\$ 2.725.934,29 contemplando prefeituras e R\$ 1.328.000,00 entidades sem fins lucrativos.

Por fim, em 2014, os convênios da área cultural beneficiaram 173 projetos, sendo 64 de prefeituras e 109 de entidades sem fins lucrativos. Por intermédio de decisão do Poder Legislativo, 126 convênios foram firmados, 32 com prefeituras e 94 com entidades. Por meio de escolha direta da SEC, 47 convênios foram formalizados, 32 com prefeituras e 15 com entidades sem fins lucrativos. O montante total de recursos investidos foi de R\$ 27.085.155,60, R\$ 14.149.065,81 para prefeituras e R\$ 12.936.089,79 para entidades sem fins lucrativos. Os deputados destinaram R\$ 13.764.939,17 para projetos culturais, R\$ 3.018.150,44 para prefeituras e R\$ 10.746.788,73 para entidades. A SEC destinou ao todo R\$ 13.320.216,43, sendo R\$ 11.130.915,37 para prefeituras e R\$ 2.189.301,06 para entidades sem fins lucrativos.

Analisando os dados anualmente, observamos que 2012 e 2014 apresentaram números consideravelmente mais altos de projetos contemplados. Tal fato é um indício de que as eleições tiveram papel importante e influenciaram o processo de formalização de convênios. No ano de 2012, ocorreram eleições municipais; e, em 2014, eleições estaduais e para o governo federal. O valor utilizado para conveniamentos em 2012 foi superior ao de 2011 e 2013 somados, sendo o ano com valor mais alto no período aqui estudado. No entanto, o número de projetos culturais contemplados foi menor em comparação com 2014. Em 2014, o número de projetos conveniados foi mais alto também que o dos anos de 2011 e 2013

somados. Já o valor aportado foi similar ao de 2011 – primeiro ano de governo -, mas cresceu muito em comparação com o ano anterior.

Ainda considerando 2014, este foi o ano em que os deputados destinaram mais emendas parlamentares para a área cultural, provavelmente por se tratar de um ano de eleições para o Legislativo. O mesmo raciocínio pode ser aplicado à SEC, tendo sido este ano de eleições para governador, o que a pasta mais projetos decidiu contemplar. Nota-se outro fato importante; foram firmados convênios, de escolha direta da secretaria, com 32 prefeituras, sendo que, em 2011, foram contempladas sete prefeituras e, em 2013, apenas nove. Em 2014, também, os deputados contemplaram o maior número de projetos de prefeituras, mais do que os outros anos somados.

Conforme mencionado acima, os recursos seguiram a tendência de aumento em virtude das eleições, sendo que a quantia mais alta foi utilizada em 2012. Neste ano de eleições municipais, destaca-se, também, o montante destinado a convênios com prefeituras, valor superior ao de todos os outros anos somados. A grande responsável por isto foi a SEC, tendo investido mais de três vezes o valor dos deputados. Em 2012 e 2014, o aporte feito nas prefeituras foi superior ao realizado nas entidades sem fins lucrativos.

Já os deputados fizeram seu mais alto aporte em 2014, ano de eleições para o Legislativo. As prefeituras, apesar de ainda terem recebido menos do que as entidades sem fins lucrativos, receberam neste ano mais do que em 2011, 2012 e 2013 somados. Ainda em 2014, foi contemplado o número mais alto de projetos por parte dos deputados – cerca de 38% do total apoiado por eles.

A quantidade de projetos beneficiados por ano pode ser mais bem visualizada no gráfico abaixo:

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (2018)

Já os valores investidos em projetos culturais, por meio de convênios, anualmente podem ser observados com mais facilidade no gráfico abaixo:

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (2018)

4.2.2 Cidades e números dos convênios

Outra análise importante a ser feita é em relação às cidades contempladas com convênios da área cultural, de 2011 a 2014. O Estado de São Paulo possui 645 municípios; no período em questão, foram beneficiados 127 deles. Os deputados destinaram recursos para 79 cidades, contemplando prefeituras de 46 cidades e entidades sem fins lucrativos de 42 cidades. Já a SEC destinou recursos de seu orçamento para 72 municípios, de forma a contemplar prefeituras de 63 municípios e entidades de 16¹⁴.

Os dados por ano podem ser observados na tabela abaixo. A tabela apresenta o número de cidades contempladas, anualmente; o número de cidades contempladas via emenda parlamentar e sua divisão entre prefeituras e entidades; e o número de cidades contempladas por meio de escolha direta da SEC e sua divisão entre prefeituras e entidades. Algumas cidades foram contempladas mais de uma vez no mesmo ano, como aconteceu, por exemplo, em 2014.

Tabela 3 – Cidades e números dos convênios

Ano	Cidades contempladas	Cidades contempladas por emendas			Cidades contempladas pela SEC		
		Pref.	Ent.		Pref.	Ent.	
2011	35	21	9	13	17	7	10
2012	56	31	7	24	28	24	4
2013	30	22	8	14	11	8	3
2014	74	49	26	26	36	31	6

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (2018)

Com base nestes números, fica evidente, novamente, o impacto e o reflexo das eleições de 2012 e 2014 na política de convênios. A quantidade de cidades beneficiadas acompanhou a tendência de aumento observada no período de eleições. Em 2012, 56 cidades foram beneficiadas e, em 2014, 74. Ao passo que, em 2011, foram 35 e, em 2013, 30 cidades. De

¹⁴ Na presente pesquisa, é considerada apenas a cidade de origem do órgão conveniado.

modo geral, os deputados contemplaram mais cidades via entidades sem fins lucrativos, já a SEC contemplou mais cidades via prefeituras – mantendo o mesmo padrão.

Tendo em vista todo o período aqui em análise, somente São Paulo e Votuporanga foram contempladas, por meio de escolha direta da SEC, anualmente. Os deputados, no entanto, destinaram emendas todos os anos para mais cidades, foram elas: a) Arujá (Hélio Nishimoto - PSDB); b) Cubatão (Telma de Souza – Partido dos Trabalhadores [PT]); c) Ribeirão Preto (Baleia Rossi – Partido do Movimento Democrático Brasileiro [PMDB] e Welson Gasparini [PSDB]); d) Sorocaba (Junji Abe – Democratas [DEM]), por três anos consecutivos; e d) Monte Alto (deputados diferentes).

Analisando os dados anualmente, algumas cidades foram destinatárias de mais de uma emenda parlamentar no mesmo ano. Em 2011, por exemplo, Santos recebeu três emendas, sendo duas para entidades e uma para a prefeitura; Ribeirão Preto teve três emendas destinadas para entidades, destacando-se o fato de duas delas terem beneficiado a mesma entidade, a Fundação Feira do Livro de Ribeirão Preto, que também foi contemplada com duas emendas em 2012, com três emendas em 2013 e com quatro em 2014, todas visando a realização do mesmo projeto: a “Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto”.

Outros exemplos relevantes, desta vez considerando não só a cidade que recebeu o apoio, mas também o apoio dado a uma mesma entidade ou prefeitura: em 2012, São Vicente foi contemplada com quatro emendas, todas elas para a Associação dos Artistas, que também foi destinatária de uma emenda em 2013 e de cinco em 2014 – emendas para projetos diferentes, exceto o projeto “Curta Santos”, apoiado em 2012 e 2013; em 2014, Suzano teve três emendas para a mesma entidade, a Associação Cultural Esportiva Agrícola de Suzano, apoiando projetos diferentes, porém todos em homenagem à cultura japonesa. E, ainda em 2014, Franco da Rocha, por meio de sua prefeitura, recebeu três emendas, todas para projetos diferentes.

Este tipo de concentração aconteceu com mais frequência por parte dos deputados e beneficiando entidades sem fins lucrativos. A SEC também apoiou, por meio de escolha direta, algumas cidades através da mesma entidade mais de uma vez no ano, mas em menor escala do que fizeram os deputados. Neste caso, um exemplo pode ser a cidade de Taubaté, que, em 2011, recebeu dois convênios para a mesma entidade, a Mitra Diocesana de Taubaté.

Já o Município de São Paulo foi um caso à parte, sendo o que mais convênios recebeu, tanto via emenda parlamentar quanto por meio de escolha direta da SEC: cerca de 43% do total. Todos convênios firmados com entidades sem fins lucrativos. Em 2011, a capital foi contemplada com 42 emendas parlamentares, que geraram 42 convênios. Algumas entidades receberam mais de uma emenda, como aconteceu com a Associação Rádio Comunitária Caminho para a Vida, a Associação Galpão Raso da Catarina e a Cooperativa Paulista de Teatro, que receberam recursos de duas emendas parlamentares cada para projetos diferentes. A SEC, por sua vez, firmou 11 convênios em benefício da cidade, sendo que a Associação Audiovisual foi conveniada duas vezes, inclusive com o mesmo projeto.

Em 2012, São Paulo foi apoiada 47 vezes, por meio de emenda parlamentar, sendo que apenas uma entidade foi beneficiada mais de uma vez. Além disso, a cidade recebeu dez convênios, por meio de escolha direta da SEC, sendo que a pasta transferiu recursos de seu orçamento apenas uma vez para cada entidade. No ano de 2013, foram 24 convênios, por meio de emenda parlamentar, sendo que quatro entidades foram atendidas com duas emendas cada. O restante recebeu apenas uma emenda. Já a SEC optou por apoiar diretamente cinco entidades sem fins lucrativos distintas.

Por fim, em 2014, São Paulo teve formalizados 48 convênios com entidades, por meio de 52 emendas parlamentares, sendo: a) quatro para a Associação Okinawa Kenjin do Brasil; b) três para o Instituto Brasil-Japão Integração Cultural e Social; c) três para a Federação das Associações de Províncias do Japão; d) dois para a Associação Galpão Raso da Catarina; e) dois para o Instituto Mensagem da Paz; e f) dois para a Associação dos Amigos dos Satyros - que também recebeu recursos do orçamento da SEC, por meio de outro convênio. As demais entidades contempladas receberam apenas uma emenda cada. Já a SEC apoiou, diretamente, um número bem mais baixo de projetos da cidade, apenas nove. Os dados podem ser conferidos na tabela abaixo.

Tabela 4 – Município de São Paulo e números dos convênios

Ano	Total de convênios	Convênios SEC	Convênios deputados	Emendas
2011	53	11	42	42
2012	56	10	46	47
2013	29	5	24	28
2014	57	9	48	52
TOTAL	195	35	160	169

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (2018)

Com base nas informações vistas acima, podemos concluir que o número de cidades beneficiadas por meio de convênios é muito pequeno, em comparação com o número de municípios do Estado de São Paulo. De 645 municípios, apenas 127 foram atendidos, e alguns mais de uma vez. E este número fica ainda mais baixo, se pensarmos que a SEC destinou recursos próprios para apenas 72 municípios e os deputados para 79. O universo de cidades não contempladas é muito grande. Além do mais, observa-se uma concentração muito alta na cidade de São Paulo - 43% dos convênios celebrados de 2011 a 2014.

E ainda, novamente é possível observar a tendência da SEC de beneficiar mais as prefeituras em detrimento das entidades sem fins lucrativos. Recursos próprios da pasta foram aportados em prefeituras de 63 municípios, ao passo que as entidades contempladas foram de 16 cidades diferentes. Já os deputados apresentaram números mais equilibrados, diversificando um pouco mais as cidades atendidas por meio de emendas para prefeituras, 46, ao passo que as entidades foram de 42 municípios distintos.

Outro fato relevante a se notar, tendo em vista a possibilidade de interferência política na celebração de convênios, envolve o Município de São Paulo. O político Andrea Matarazzo, na época filiado ao PSDB, foi secretário estadual de cultura de 2010 a 2012, sendo que, em abril de 2012, ele deixou o cargo para se candidatar a vereador. Matarazzo foi eleito, e, inclusive, foi o segundo vereador mais bem votado da cidade. É possível verificar que, em 2011, ano de véspera das eleições municipais, e em 2012, ano das eleições, celebrou-se o maior número de

convênios com entidades sem fins lucrativos da capital, 21 convênios, e foram investidos os mais altos valores, por meio de escolha direta da SEC, R\$ 13.249.254,28 no total, sendo R\$ 11.342.435,59 apenas no ano de 2012. A título de comparação, em 2013 e 2014 foram formalizados 14 convênios, sendo investidos R\$ 2.507.301,06 no total.

Em virtude da discrepância destes números, é possível que a candidatura do ex-secretário de cultura tenha influenciado no processo de conveniamento. Há que se cogitar a possibilidade de ter havido um direcionamento de recursos para projetos da capital. Após a saída de Andrea Matarazzo da SEC, toma posse o museólogo, até então diretor da Pinacoteca do Estado de São Paulo, Marcelo Mattos Araújo, oriundo da área cultural e sem vínculo partidário. A partir daí, não há um fator discrepante em relação aos convênios da capital.

4.2.3 Cidades e valores dos convênios

Fazendo uma análise em relação às cidades contempladas e aos valores investidos por meio de convênios, de 2011 a 2014, observa-se que São Paulo foi a cidade com mais alto investimento, tendo recebido R\$ 32.352.135,68 para 195 convênios, cerca de 29% do valor total aportado. Todo este recurso foi aplicado em entidades sem fins lucrativos, sendo que R\$ 15.756.555,34 oneraram recursos da SEC e R\$ 16.595.580,34 foram originários de emenda parlamentar. Na sequência, aparece Botucatu, com R\$ 17.779.104,97, quase 16% da verba total, valor destinado do orçamento anual da SEC para um único convênio com a prefeitura de Botucatu, que, no período, era administrada pelo PSDB, mesmo partido do governo estadual.

A terceira posição ficou com Taubaté, que recebeu R\$ 17.387.715,87 para quatro convênios. A SEC aportou R\$17.217.715,87 de seu orçamento em dois destes convênios, conforme será detalhado abaixo; o restante foi devido à duas emendas parlamentares. Na outra ponta, Riversul foi a cidade contemplada com o valor mais baixo, R\$ 28.012,00 para um convênio, cerca de 0,02% do recurso total, num aporte de recursos da SEC. Depois de São Paulo, o Legislativo destinou mais verba para Ribeirão Preto, R\$ 2.830.374,13, cerca de 8% do valor total.

Em relação ao convênios firmados por meio de escolha da SEC, considerando apenas as cidades que receberam recursos em 2011, observa-se que Riversul recebeu o mais baixo aporte, conforme mencionado acima; o projeto visava a realização da XX edição do “Festival

de Corais de Riversul”. Em contrapartida, a prefeitura de São Luiz do Paraitinga recebeu R\$ 2.090.293,56. O objeto do convênio foi a reforma e reconstrução de 45 casas, tombadas pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), que integram o centro histórico da cidade. Ainda tendo como objetivo a recuperação de São Luiz do Paraitinga, desta vez a igreja, foram firmados os dois convênios com valores mais altos do ano de 2011, R\$ 10.626.365,94 e R\$ 6.591.349,93, recursos para uma mesma entidade de Taubaté, cidade vizinha à São Luiz do Paraitinga, a Mitra Diocesana de Taubaté.

Observa-se que quase o orçamento inteiro da SEC para o ano, destinado aos convênios, foi em benefício de São Luiz do Paraitinga. No total, a SEC destinou para prefeituras R\$ 2.471.905,56, sendo R\$ 2.090.293,56 para a prefeitura de São Luiz do Paraitinga. Já para entidades, a SEC aportou ao todo R\$ 19.806.524,56, sendo R\$ 17.217.715,87 em benefício de São Luiz do Paraitinga. Ou seja, de um orçamento no ano de R\$ 22.278.430,12, R\$ 19.308.009,43 foram para contemplar obras em São Luiz do Paraitinga, cerca de 87% do valor total. Montante bastante considerável, também, quando comparado ao valor total de convênios do ano, somando emendas parlamentares e recursos da SEC, que foi de R\$ 27.654.459,29. Neste caso, o valor destinado em benefício de São Luiz do Paraitinga chegou a quase 70% do orçamento total do ano utilizado para convênios. Os deputados, por sua vez, não destinaram nenhuma emenda para a cidade.

Vale ressaltar que, no início de 2010, aconteceu uma grande tragédia em São Luiz do Paraitinga. Devido às chuvas, o rio subiu dez metros, alagando o centro histórico da cidade. Com isso, muitos imóveis históricos foram danificados, e a igreja principal foi destruída. Desta forma, há que se levar em consideração, também, para justificar tamanho investimento, a importância histórica dos bens a serem restaurados com a verba do convênio. Outro fator que pode ter contribuído para o grande aporte de recursos pela SEC na cidade é que a prefeitura de São Luiz do Paraitinga foi governada pelo PSDB no período. A relação entre os partidos políticos das administrações municipais e a estadual é vista com mais detalhes abaixo.

Em 2012, foi realizado o convênio com prefeitura no valor mais alto no período aqui estudado, R\$ 17.779.104,97. Recursos da SEC destinados à prefeitura de Botucatu, visando a realização da primeira etapa da reforma do prédio do antigo fórum para a instalação da

Pinacoteca municipal. O valor é mais da metade do aportado nas outras 23 prefeituras contempladas no ano, no total de R\$ 26.924.096,31, e mais do que o valor aportado em projetos de entidades sem fins lucrativos, que foi de R\$ 11.662.435,59. A respeito deste convênio, além do fato de a prefeitura ser administrada pelo PSDB, neste caso, de fato houve uma parceria entre as partes. O prédio era do governo do estado, e foi transferido para a prefeitura de Botucatu, juntamente com o recurso para o restauro, com a condição de que fosse instalada ali a Pinacoteca.

Outra prefeitura a receber um montante consideravelmente alto de recursos da SEC, em comparação com as demais, foi Franca. Foram R\$ 2.770.669,73 destinados à construção da Casa de Cultura e do Artista de Franca, sendo esta a segunda maior soma do ano aportada diretamente pela SEC por meio de convênio. A terceira foi para a prefeitura de Sorocaba, R\$ 2.000.000,00 visando a construção de área de apoio, acolhimento e administração para formação da unidade do Museu de Arte Contemporânea de Sorocaba. A quarta transferência de valor considerável foi para a prefeitura de Iacanga, R\$ 850.000,00, com o objetivo de reformar e ampliar o centro cultural da cidade. Todas estas três prefeituras eram governadas pelo PSDB, no período.

O ano de 2013, em relação aos recursos, foi o que contou com mais baixo aporte financeiro em projetos culturais do estado por meio de convênios, R\$ 9.548.652,99, além de ter sido o ano com menor número de convênios firmados e de cidades contempladas no total. No entanto, o montante destinado às prefeituras foi similar ao de 2011. Em 2011 foram R\$ 3.287.173,04 e, em 2013, R\$ 3.259.423,04. Já o valor aportado em projetos de entidades sem fins lucrativos caiu consideravelmente em comparação com os outros anos aqui analisados.

O Município de São José do Rio Pardo foi o que mais recursos recebeu, por meio de escolha direta da SEC, em 2013: R\$ 1.262.857,34 para dois convênios com a prefeitura. Um deles, no valor de R\$ 1.222.908,11, visava o restauro da ponte Euclides da Cunha, patrimônio histórico, tombado pelo CONDEPHAAT. O restante do recurso foi para a realização da “Semana Euclidiana” 2013. O escritor Euclides da Cunha, também engenheiro, foi o responsável pela construção da ponte, durante um período em que viveu no município. Além disso, a obra “Os Sertões” foi escrita na cidade, por isso tantas homenagens. Por fim, a prefeitura era administrada pelo PSDB, inclusive o governador, do mesmo partido, compareceu à cerimônia de inauguração da reforma da ponte, em 2014.

Os deputados destinaram uma quantia pequena para projetos culturais de prefeituras em 2013, a menor quantia dos anos aqui estudados, R\$ 533.488,75. Já para entidades, o valor aportado foi de R\$ 4.961.229,95, similar ao de 2011, primeiro ano de mandato dos deputados. O Município de Ribeirão Preto recebeu a quantia mais elevada, R\$ 749.974,13, novamente para a Fundação Feira do Livro, visando a realização da “Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto”. Em 2013, foram destinadas três emendas de deputados diferentes para este projeto.

Por fim, em 2014, ano de eleições para o Legislativo, os deputados fizeram o investimento mais alto em comparação com os outros anos aqui analisados, tanto em projetos de prefeituras quanto de entidades sem fins lucrativos. Prefeituras de diversas cidades foram contempladas, sendo que a prefeitura de Franco da Rocha foi a que recebeu mais recursos, R\$ 419.893,70 para três projetos. Já a prefeitura de Vinhedo recebeu o menor valor, R\$ 35.987,98, visando a aquisição de instrumentos e uniformes para a banda marcial.

Um município que mereceu destaque em 2014 foi Jundiaí, pois foi contemplado com projetos no valor de R\$ 850.000,00. Destes, a Fundação Cultural Anhanguera ficou com R\$ 700.000,00 para o projeto “Gincana Cultural”, que, inclusive, havia sido contemplado em 2012, com um convênio no valor de R\$ 150.000,00, destinado por outro deputado. Em 2014, este foi o valor mais alto investido por um único deputado, Milton Vieira (DEM), em um mesmo projeto cultural.

Já o valor mais alto, desta vez destinado por quatro deputados, ficou com o projeto da “Feira do Livro de Ribeirão Preto”, que recebeu R\$ 1.200.000,00, sendo R\$ 300.000,00 de cada deputado. Os recursos beneficiaram o Município de Ribeirão Preto com cerca de 9% do valor total destinado pelos deputados no ano. Este projeto, por meio da Fundação Feira do Livro de Ribeirão Preto, foi contemplado durante todos os anos aqui analisados e sempre pelos mesmos deputados: Duarte Nogueira (PSDB), Baleia Rossi (PMDB) e Welton Gasparini (PSDB), em 2014, também pelo deputado Rafael Silva (Partido Democrático Trabalhista [PDT]). Já a SEC não firmou parceria com a Fundação Feira do Livro e com este projeto por meio de convênio.

Lembrando, também, que em 2014 tivemos eleições para o governo do estado. Os recursos aportados pela SEC ficaram abaixo do investido em 2012, ano de eleições municipais, e, ainda, um pouco abaixo de 2011, primeiro ano de governo. No entanto, diferentemente de

2011, em 2014 a maior soma foi dividida entre as prefeituras, R\$ 11.130.915,37. Algumas prefeituras receberam os valores mais altos para obras em seus teatros, foram elas: a) Campinas (Partido Socialista Brasileiro [PSB]), com R\$ 3.886.638,63; b) Marília (PSB), com R\$ 2.000.000,00; e c) Bastos (PSDB), com R\$ 1.452.406,50. Juntas, as três cidades receberam mais da metade do valor destinado à prefeituras pela SEC no ano, somando R\$ 7.339.045,13. O restante do valor, R\$ 3.791.870,24, foi dividido entre as demais 29 prefeituras contempladas no ano.

Dos 32 convênios celebrados com prefeituras, em 2014, por meio de escolha da SEC, 26 foram firmados em função de um programa lançado pela pasta, o “Programa de Modernização de Bibliotecas Públicas Municipais vinculadas ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas – SISEB”, via edital de seleção pública. Assim, podemos concluir que a SEC identificou uma necessidade comum entre diversos municípios, e optou por fazer um processo de seleção público e transparente para escolha das prefeituras a serem contempladas. O edital previa prêmios de R\$ 300.000,00, R\$ 200.000,00, R\$ 100.000,00 e R\$ 50.000,00 para projetos de modernização de bibliotecas públicas municipais integrantes do SISEB. O total de recursos investidos foi de R\$ 3.450.000,00.

Tendo em vista que o edital de chamada pública foi responsável por 26 dos 32 convênios firmados em 2014, cabe apontar que a SEC escolheu diretamente, sem chamamento público, apenas seis projetos de prefeituras para conveniamento, sendo eles os três já mencionados acima, de Campinas (PSB), Marília (PSB) e Bastos (PSDB), e os seguintes: a) projeto de compra de instrumentos musicais para a banda marcial, de Rinópolis (PSDB); b) realização da 5ª edição do “Festival de Literatura Infantil de Monteiro Lobato” (PSB); e c) realização da 21ª edição do “Festival Nacional de Teatro de Presidente Prudente” (Partido Trabalhista Brasileiro [PTB]). Ou seja, dos seis convênios escolhidos pela SEC, apenas um deles não beneficiou uma prefeitura de partido político com estreito vínculo com o governo estadual. Este projeto “fora da curva” é um festival de teatro de prestígio nacional, tanto que estava em sua 21ª edição, podendo ter sido este o motivo do apoio recebido.

Analisando a capital paulista isoladamente, em virtude da grande concentração de recursos, 29% do valor total aportado de 2011 a 2014, temos o seguinte quadro:

Tabela 5 – Município de São Paulo e valores dos convênios

Ano	Total de convênios	Emendas	SEC
2011	R\$ 5.139.583,13	R\$ 3.232.764,44	R\$ 1.906.818,69
2012	R\$ 17.388.628,58	R\$ 6.046.192,99	R\$ 11.342.435,59
2013	R\$ 3.948.860,04	R\$ 2.740.860,04	R\$ 1.208.000,00
2014	R\$ 5.875.063,93	R\$ 4.575.762,87	R\$ 1.299.301,06
TOTAL	R\$ 32.352.135,68	R\$ 16.595.580,34	R\$ 15.756.555,34

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (2018)

Com base nos números acima, é possível observar, em relação à SEC, uma discrepância de investimento em 2012, conforme já apontado anteriormente; os demais anos tiveram aproximadamente o mesmo investimento. Tendo em vista os valores aportados em projetos culturais por meio de emenda parlamentar, o ano de 2012, de eleições municipais, também se destaca com um valor considerável em comparação com os outros anos pesquisados. E 2013 teve um aporte um pouco menor do que os outros anos.

Em 2012, o valor total investido pela SEC, em entidades sem fins lucrativos, foi de R\$ 11.662.435,59, sendo R\$ 11.342.435,59 para a capital do estado. O recurso foi dividido entre dez entidades, sendo que mais da metade deste valor, R\$ 7.283.046,96, foi aportado na Mitra Arquidiocesana de São Paulo para o restauro da Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, segunda igreja católica a receber um valor alto para restauro, por meio de recursos da SEC. O segundo valor mais alto, R\$ 2.000.000,00, foi destinado para a Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (FUNDAÇÃO OSESP), visando a realização da 43ª edição do “Festival Internacional de Inverno de Campos do Jordão”.

Vale destacar que a FUNDAÇÃO OSESP é uma OS que mantém contrato de gestão vigente com a SEC para a administração e desenvolvimento da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (OSESP), do coro e dos coros infantis da orquestra, além da academia, da editora, do centro de documentação da orquestra e do próprio “Festival Internacional de Inverno de

Campos do Jordão” (FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2018). Seu orçamento no ano de 2012 foi de R\$ 53.400.000,00; no entanto, segundo informação da secretaria, via Lei de Acesso à Informação, esta edição do festival de inverno foi realizada por meio do convênio. Ou seja, além de já receber recursos da SEC, em função do contrato de gestão, a fundação foi beneficiária de convênio e em valor bastante considerável. A partir de 2013, o festival passou a ser contemplado pelo contrato de gestão.

Ainda em 2012, os deputados investiram R\$ 6.046.192,99 em projetos de entidades sem fins lucrativos, de um total de R\$ 9.702.687,68. A Academia Paulista de Letras recebeu o aporte mais alto, cerca de 20% do valor total, R\$ 2.000.000,00, para reforma de sua sede, por meio de uma única emenda do deputado Milton Vieira (DEM). As demais 45 entidades contempladas da cidade receberam valores abaixo de R\$ 239.060,00, tendo sido esta a verba destinada pelo deputado Fernando Capez (PSDB) para o Sindicato dos Profissionais da Dança do Estado de São Paulo, visando a realização do projeto “Dia do Profissional da Dança do Estado de São Paulo”.

Em 2013, o Município de São Paulo foi o mais contemplado com recursos da SEC, tendo em vista as entidades conveniadas, sendo destinado para a capital quase o orçamento total da pasta no ano. De um total de R\$ 1.328.000,00, foram destinados para projetos de São Paulo R\$ 1.208.000,00. Dentre os projetos apoiados, quatro deles são realizados anualmente, demonstrando sua importância e relevância para a cidade e o estado; são eles: a) “Campeonato Paulista de Bandas e Fanfarras”; b) “Satyrianas”; c) “Estéticas da Periferia”; e d) “Festival de Cinema Latino-Americano”, uma seleção bem eclética, que contempla diversas linguagens artísticas presentes no estado.

O único recurso destinado para uma obra, no valor de R\$ 498.000,00, foi para uma reforma no Memorial da América Latina, destinada à Fundação Memorial da América Latina, uma fundação de direito público estadual sem fins lucrativos, vinculada à SEC - outro caso de instituição ligada à pasta, recebendo recursos via convênio. Questionada sobre detalhes do objeto de tal convênio, via Lei de Acesso à Informação, a pasta enviou como resposta um comunicado, emitido pela fundação, informando que a mesma solicitou mudança do objeto do convênio à SEC, e que tal pedido encontra-se sob análise. O documento é datado de 19 de abril de 2018, o instrumento foi firmado em 2013. Ou seja, passados cinco anos, o convênio ainda não foi executado.

O município recebeu um pouco mais da metade dos recursos disponibilizados para entidades pelos deputados, em 2013, R\$ 2.740.860,04, sendo a cidade que maior quantia recebeu neste ano por parte do Legislativo. Novamente, o Sindicato dos Profissionais da Dança do Estado de São Paulo foi contemplado, desta vez, com o valor mais alto do ano, R\$ 292.650,00, para outra comemoração do “Dia do Profissional da Dança do Estado de São Paulo”, destinado pelo deputado Fernando Capez (PSDB). Destaca-se ainda, mais uma vez, uma emenda parlamentar destinada para uma OS com contrato de gestão vigente com a SEC, a Abaçaí Cultura e Arte, que firmou um convênio no valor de R\$ 62.000,00 para a “Exposição LGBT – Moda, Tendência e Arte”, recurso destinado pelo deputado Davi Zaia (Partido Popular Socialista [PPS]).

Concluindo, em 2014, a capital recebeu R\$ 1.299.301,06, de um total de R\$ 2.189.301,06 investidos pela SEC. Foram nove convênios, sendo o maior deles com a Associação Audiovisual, no valor de R\$ 439.550,00, para a realização da edição anual do “Festival de Cinema Latino-Americano de São Paulo”. Já os deputados aportaram R\$ 4.575.762,87 em convênios, só perdendo para o ano de 2012. O convênio no valor mais alto foi para a Federação das Associações de Províncias do Japão, R\$ 320.000,00 para a execução da 17ª edição do “Festival do Japão”.

Comparando os valores aportados na Região Metropolitana de São Paulo, com a capital em separado, e no interior e litoral, juntos, o quadro foi o abaixo apresentado:

Tabela 6 – Números e valores dos convênios da capital, Região Metropolitana e interior e litoral (R\$)

	Capital			Região Metropolitana*			Interior e litoral		
	Total	SEC	Deputados	Total	SEC	Deputados	Total	SEC	Deputados
N.convênios	195	35	160	44	7	37	215	86	129
Valores	32.352.135,68	15.756.555,34	16.595.580,34	5.437.553,11	796.500,00	4.641.053,11	75.408.090,44	61.686.057,40	13.722.033,04

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (2018)

* Exceto a capital

Desta forma, tem-se que a Região Metropolitana de São Paulo, incluso a capital, foi contemplada com mais convênios do que o interior e litoral, 239 e 215 convênios respectivamente, embora esta região envolva um número mais baixo de municípios. A SEC realizou mais parcerias com o interior e litoral, sendo 86 contra 42 da Região Metropolitana. Os deputados, por sua vez, destinaram mais emendas para a Região Metropolitana, 197 ante 129 para o interior e litoral.

Além da capital, outros 16 municípios da Região Metropolitana de São Paulo foram apoiados. Já o interior e litoral, juntos, tiveram 110 cidades atendidas. A capital sozinha teve mais projetos financiados do que os outros municípios da Região Metropolitana somados. No entanto, ela perde em recursos se comparado com o interior e litoral, mesmo somando as outras cidades da Grande São Paulo, a Região Metropolitana ficou com cerca de 33% do orçamento total. O valor médio por projeto do interior e litoral também é mais elevado, aproximadamente R\$ 338.150,00, frente a R\$ 151.500,00 da Região Metropolitana, incluso a capital. Todavia, se observado o valor médio recebido por cada cidade, tem-se as 110 cidades do interior e litoral com o valor aproximado de R\$ 685.530,00 cada; e as cidades da Grande São Paulo com um valor bem mais alto, R\$ 2.220.000,00 cada. Sendo assim, percebe-se concentração de recursos nas cidades da Região Metropolitana de São Paulo.

Em relação ao porte dos municípios, os dados podem ser conferidos na tabela abaixo:

Tabela 7 – Números e valores dos convênios de acordo com o porte dos municípios

Porte*	N. convênios	%	N. SEC	N. dep.	Valores convênios	%
Pequeno						
(até 50 mil)	89	19,6	42	47	R\$13.618.810,96	12
Médio						
(de 50.001 a 100 mil)	41	9	17	24	R\$6.087.681,23	5,5
Grande						
(100.001 a 900 mil)	128	28,2	34	94	R\$61.080.024,36	54
Metrópole						
(acima 900 mil)	196	43,2	35	161	R\$32.411.262,68	28,5

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (2018)

*O porte dos municípios tem como referência classificação da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo.

Com base nestes números, nota-se que a maior parte dos convênios foi destinada para cidades com mais de 900 mil habitantes. As metrópoles contempladas foram: Guarulhos, com aproximadamente 1.200.000¹⁵ habitantes; e São Paulo, com cerca de 11.300.000 habitantes. Na sequência, as cidades consideradas de grande porte foram as mais beneficiadas, tais como: a) Botucatu, com 128.788 habitantes; b) Osasco, com 667.826; e c) Santos, com 419.509 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018). Juntas, as 40 cidades grandes e metrópoles aqui atendidas ficaram com 71,4% dos convênios formalizados no período e com 82,5% do orçamento; enquanto, 87 cidades pequenas e médias ficaram com 28,6% dos convênios e 17,5% do orçamento. Tal fato tende a demonstrar que o porte dos municípios exerce influência no processo de conveniamento.

Comparando os dados, quanto ao Poder Executivo e Legislativo, os deputados apoiaram projetos de cidades grandes muito mais vezes do que a SEC, sendo responsáveis por 73% dos convênios. O mesmo aconteceu como as metrópoles, o Legislativo foi responsável por 82% dos convênios firmados. No entanto, o montante destinado pela secretaria foi mais alto. Em municípios de grande porte, a pasta investiu R\$ 49.164.489,44, ao passo que os deputados destinaram R\$ 11.915.534,92. Já nas metrópoles, os deputados aportaram cerca de R\$ 1.000.000,00 a mais do que a secretaria. Já as cidades pequenas e médias receberam mais recursos da SEC, 74% e 54% do recurso total, respectivamente.

Analisando especificamente o caso de Botucatu, tem-se que o município, de 128.788 habitantes, recebeu R\$ 17.779.104, 97. Desta forma, aproximadamente 0,5% dos habitantes do Estado de São Paulo, beneficiados por meio de convênios, receberam quase 16% do valor total investido no período. Uma estimativa de R\$ 138.000,00 por pessoa. Ao passo que os demais 126 municípios contemplados, totalizando 27.367.141 habitantes, receberam R\$ 95.418.674,26, o que daria uma média de R\$ 3.500,00 por pessoa. Estes dados revelam, mais uma vez, a discrepância do convênio celebrado com a prefeitura de Botucatu, em comparação com os demais.

---

¹⁵ O número de habitantes tem como referência o Censo de 2010, tendo em vista que a presente pesquisa analisa os convênios celebrados de 2011 a 2014.

A capital, por sua vez, contando com 11.316.149 habitantes, recebeu projetos no valor de R\$ 32.352.135,68. Sendo assim, cerca de 41% da população beneficiada, por meio de convênios, recebeu 29% do valor total investido. O valor médio aportado por habitante seria de R\$ 3.000,00. Os demais municípios somados, com 16.179.780 habitantes, dividiram R\$ 80.845.643, 55. Neste caso, cada pessoa teria sido destinatária de aproximadamente R\$ 5.000,00. Desta forma, o valor aportado por habitante no Município de São Paulo foi menor do que o das outras cidades. Se considerado o número de habitantes de um município como fator relevante para investimentos feitos via conveniamento, este cálculo depõe a favor da capital do estado, tendo em vista que a cidade, anteriormente, demonstrou uma tendência de favorecimento. No entanto, talvez este não seja o fator principal a ser considerado, haja vista a carência de oferta cultural e equipamentos nas cidades do interior do estado.

4.2.4 Deputados

Em relação ao Poder Legislativo, de 164 deputados do Estado de São Paulo, 70 federais e 94 estaduais, 69 apoiaram projetos culturais por meio de convênios, 11 federais e 58 estaduais – cerca de 42% do total. De um total de 11 partidos envolvidos, o PT foi o que mais apoiou a área cultural, sendo responsável por 104 das 345 emendas parlamentares destinadas pelo Legislativo – aproximadamente 30%. Na sequência, aparece o PSDB, com 94 emendas – 27% do total. Os demais partidos políticos são: a) DEM, com 32; b) Partido Comunista do Brasil (PC do B), com 31; c) PMDB, com 23; d) Partido Verde (PV), com 26; e) Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), com 21 e outros. Estes números demonstram que a secretaria não pretere os partidos da oposição na celebração de convênios - as 345 emendas geraram 326 convênios.

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (2018)

O deputado que mais destinou emendas para a cultura foi Hélio Nishimoto (PSDB), sendo responsável por 39 delas, seguido por Adriano Diogo (PT), com 30. Outros deputados que merecem destaque, com o respectivo número de emendas, são: a) Leci Brandão (PC do B), com 28; b) Carlos Gianazzi (PSOL), com 21; c) Junji Abe (DEM) com 19; d) Jooji Hato (PMDB) e Simão Pedro (PT) com 16; e) Beto Tricoli (PV), com 15; f) Rui Falcão (PT), com 14; g) Telma de Souza (PT), com 13; e h) Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), com dez emendas parlamentares. Os deputados não citados foram responsáveis por menos de dez emendas cada.

É interessante notar que os dois deputados que mais emendas destinaram para projetos culturais não têm a cultura como uma de suas áreas de atuação declarada. O deputado Hélio Nishimoto declarou as seguintes áreas de atuação: saúde, esportes, segurança pública, social, transportes, educação e cooperativismo. Por sua vez, o deputado Adriano Diogo declarou: moradia, meio ambiente, movimentos populares, direitos humanos e segurança. Já a deputada Leci Brandão tem as políticas culturais como uma de suas áreas de atuação. Além dela, dos 69 deputados que destinaram emendas para projetos culturais, outros três citam a cultura como uma de suas áreas de atuação, são eles: a) Carlos Gianazzi, responsável por 21 emendas; b) João Paulo Rillo (PT), responsável por cinco emendas; e c) Roberto Engler (PSDB), responsável por uma emenda (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2018).

Alguns deputados destacaram-se pelo número de emendas destinadas para projetos de uma mesma entidade. As entidades contempladas mais de uma vez geralmente estão sediadas em cidades que compõem a base eleitoral do deputado. No período aqui em análise, é possível observar que o deputado Adriano Diogo destinou 28 emendas, de um total de 30, para o Município de São Paulo, a mesma quantidade do deputado Hélio Nishimoto. A cidade de Bragança Paulista foi beneficiada com sete emendas do deputado Beto Tricoli, de um total de 15 emendas deste deputado. Já o deputado Baleia Rossi (PMDB) contemplou Ribeirão Preto com suas cinco emendas destinadas para a área cultural, mesmo número do deputado Carlos Gianazzi, que beneficiou Embu das Artes.

Os deputados declaram como área de atuação cidades específicas ou regiões administrativas. A região da Baixada Santista conta, regularmente, com o apoio de dois deputados de partidos opostos, Telma de Souza e Paulo Alexandre Barbosa, ex-prefeita e atual prefeito de Santos, respectivamente. A Baixada é composta por nove municípios; cinco deles foram contemplados com 23 emendas no período em análise, sendo que São Vicente recebeu dez delas.

Entrevista realizada com o ex-deputado e atual candidato a deputado estadual nas eleições de 2018, Adriano Diogo, ajudou a corroborar algumas das informações apresentadas acima. Quando questionado sobre o fato de não ter a cultura como uma de suas áreas de atuação, de acordo com o sítio eletrônico da ALESP, e mesmo assim ter sido o segundo deputado a destinar mais emendas para o setor, Adriano Diogo (2018)¹⁶ criticou o sítio eletrônico do órgão, afirmando ser o mesmo ruim e desatualizado. Em relação ao motivo do apoio a projetos culturais, o ex-deputado alegou a importância da arte e da cultura para a sociedade, afirmando, ainda, ser um frequentador assíduo de programas culturais. Sendo a cultura, sua área preferencial para a destinação de emendas, conforme suas palavras (informação verbal).

Acerca da relação com a SEC, Adriano Diogo (2018) elogiou bastante, inclusive os secretários de cultura do período, Andréa Matarazzo e Marcelo Mattos Araujo. O ex-deputado informou também não haver qualquer tipo de discriminação da pasta em decorrência de seu partido político. Afirmando, ainda, ter sido um deputado respeitado pelo PSDB, tendo em vista que as emendas parlamentares são tratadas como “[...] um mundo perigoso”, de forma

---

¹⁶ Informação fornecida pelo ex-deputado, Adriano Diogo, durante entrevista realizada pela autora em 5 de julho de 2018.

que com ele não haveria “[...] nenhum nível de contaminação, de apropriação de imagem, de utilização de nada [...]”, segundo suas próprias palavras (informação verbal).

Sobre a possibilidade de interferência da SEC nos projetos indicados por ele, Adriano Diogo (2018) disse que não havia qualquer tipo de ingerência, a não ser no sentido de orientar a formatação apropriada dos projetos. Desta forma, a única interferência que havia, por parte da secretaria, seria no sentido de ajudar, conforme expresso pelo ex-deputado (informação verbal).

No que diz respeito à destinação de quase a totalidade de suas emendas, da área cultural, para o Município de São Paulo, Adriano Diogo (2018) informou que a capital é a sua base eleitoral, é onde está localizado seu eleitorado, as pessoas com quem se relaciona, e que pedem seu apoio. E sobre o fato de ter apoiado, durante três anos aqui analisados, a festa das nações do Centro de Promoção Humana Lar Vicentino¹⁷, o ex-deputado mencionou sua religião, católica, fazendo compreender que a festa é um evento católico, que visa a arrecadação de fundos para um projeto desenvolvido com idosos. Ele ressaltou a importância da festa, afirmando ser um marco cultural para a região, que inclusive consta do calendário oficial de eventos da cidade, e que reúne 100.000 pessoas. Sendo este, um número bastante considerável de pessoas, um dado que pode influenciar na decisão da destinação da emenda parlamentar. Contudo, o ex-deputado afirma que não é feita publicidade em torno do apoio dado (informação verbal).

4.2.5 Entidades

Conforme mencionado anteriormente, de 2011 a 2014 foram firmados 324 convênios com entidades sem fins lucrativos, no Estado de São Paulo, para realização de projetos culturais. Ao todo, 185 instituições foram conveniadas, algumas delas mais de uma vez, o que novamente vem demonstrar a concentração de apoio, portanto de recursos, em poucos beneficiários. Somente a Fundação Feira do Livro de Ribeirão Preto foi conveniada cinco vezes, tendo recebido 12 emendas parlamentares, durante todos os anos aqui analisados. Destes convênios, quatro visaram a execução do mesmo projeto: a “Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto”, por meio de 11 emendas.

---

¹⁷ O Lar Vicentino de Ermelino Matarazzo, fundado por um grupo de Vicentinos (congregação católica) em 1972, é uma instituição sem fins lucrativos voltada para o atendimento de idosos carentes.

Diversas entidades que representam a cultura japonesa no estado foram contempladas com grande número de emendas e, por consequência, de convênios. A Federação das Associações de Províncias do Japão e o Instituto Brasil-Japão Integração Cultural e Social receberam oito emendas cada, a primeira para realização de edições do “Festival do Japão no Brasil”, por meio de quatro convênios, e o segundo, projetos em homenagem à cultura japonesa, que geraram seis convênios. Já a Associação Okinawa Kenjin do Brasil e o Bunkyo – Associação Cultural de Mogi das Cruzes foram beneficiados com seis emendas cada. Ao todo 20, instituições, que trabalham com temáticas relacionadas à cultura japonesa, foram conveniadas, envolvendo 68 emendas parlamentares diferentes, ou seja, aproximadamente, 20% das emendas destinadas a entidades sem fins lucrativos. Não havendo este tipo de destaque para a cultura de nenhum outro país ou região.

Algumas entidades foram conveniadas mais de uma vez por meio de escolha direta da SEC. Neste caso, o destaque fica com a Associação Audiovisual, conveniada cinco vezes, recebendo recursos anualmente para a realização do “Festival de Cinema Latino-Americano”. Outras entidades foram conveniadas três vezes cada, sendo elas: a) Associação Cultural e Esportiva Nikkey de Marília, com o projeto “Japan Fest”; b) Associação Cultural Zequinha de Abreu, com projetos diversos; e c) Associação dos Artistas Amigos dos Satyros, para realização de edições das “Satyrianas”. A maioria das entidades foi contemplada com um ou dois convênios.

Em relação às destinações parlamentares, as entidades mais beneficiadas já foram citadas: a) Fundação Feira do Livro de Ribeirão Preto, com 12 emendas; b) Associação dos Artistas, com dez; c) Instituto Brasil-Japão Integração Cultural e Social e Federação das Associações de Províncias do Japão, com oito cada; d) Associação Okinawa Kenjin do Brasil, com seis; e e) Bunkyo – Associação Cultural de Mogi das Cruzes, com cinco. As demais receberam entre uma e cinco emendas parlamentares.

O valor total aportado em entidades sem fins lucrativos, por meio de convênios, foi de R\$ 64.957.729,26, conforme já citado. A Mitra Diocesana de Taubaté foi a entidade que recebeu mais recursos, R\$ 17.217.715,87, seguida pela Mitra Arquidiocesana de São Paulo, R\$ 7.283.046,96, ambas conveniadas apenas uma vez, visando a realização de projetos envolvendo obras e apoiadas com recursos do orçamento da SEC.

Na sequência, está a Fundação Feira do Livro de Ribeirão Preto, com R\$ 2.770.374,13, sendo este o valor mais alto destinado via emenda parlamentar no período; e, empatadas com R\$ 2.000.000,00, a FUNDAÇÃO OSESP e a Academia Paulista de Letras, com um convênio cada, tendo a primeira onerado o orçamento da SEC, e a segunda recebido o aporte do deputado Milton Vieira (DEM). O valor mais baixo, R\$ 30.000,00, foi recebido pela Associação Cultural Opereta e pelo Centro de Apoio Ação e Transformação Oiaeu, ambas entidades foram beneficiadas por uma emenda parlamentar.

Considerando estas informações, nota-se que os deputados contemplaram mais vezes uma mesma entidade do que a SEC. Uma possibilidade de explicação para este ocorrido, pode ser o fato de a secretaria, teoricamente, ter um comprometimento, no sentido de atendimento, do estado todo de forma mais igualitária e homogênea, sem privilegiar nenhuma entidade ou cidade – ou ao menos, não ter vínculos tão específicos com determinadas áreas quanto os deputados. Estes, no entanto, possuem suas bases eleitorais, de maneira geral, cidades específicas, responsáveis pela maior parte dos votos que recebem. Isto poderia levá-los a concentrar os recursos em suas bases, acabando por contemplar as mesmas entidades.

Outro fator a ser analisado no período é a possibilidade de “engessamento” do orçamento disponível por parte de algumas entidades contempladas anualmente. Tendo em vista os convênios firmados por meio de escolha direta da SEC, a pasta teve um comprometimento anual com uma única entidade e, durante três anos com outras três, conforme quadro abaixo:

Tabela 8 – Entidades contempladas regularmente por meio da SEC

Entidades	2011	2012	2013	2014
As. Audiovisual	R\$650.000,00	R\$280.000,00	R\$500.000,00	R\$439.550,50
As. Cultural e Esportiva Nikkey	R\$50.000,00	R\$60.000,00	---	R\$60.000,00
As. Cultural Zequinha de Abreu	R\$90.000,00	---	R\$60.000,00	R\$100.000,00
As. dos Artistas Amigos dos Satyros	---	R\$70.000,00	R\$90.000,00	R\$90.000,00

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (2018)

A Associação Audiovisual, a Associação Cultural e Esportiva Nikkey de Marília e Associação dos Artistas Amigos dos Satyros tiveram o mesmo projeto contemplado todos os anos; e a Associação Cultural Zequinha de Abreu, teve o mesmo projeto apoiado dois anos seguidos. Ou seja, foram poucas as entidades apoiadas regularmente, e, com exceção da Associação Audiovisual, os valores aplicados foram baixos – pouco representativos no todo. Por sua vez, a Associação Audiovisual, que recebeu os mais altos valores, comprometeu o orçamento da SEC em aproximadamente 2,9% em 2011; 0,8% em 2012; 12% em 2013 e 3% em 2014. Assim, em 2011, ainda restou disponível para investimento, nos outros 27 convênios assinados, mais de 97% dos recursos. Em 2013, ano com o mais baixo número de projetos contemplados e de valor investido no período aqui analisado, ainda restou 88% do orçamento da pasta para apoio a outros 15 projetos. Desta forma, os números demonstram que a SEC não tendeu a concentrar seus recursos em algumas poucas entidades, de forma a limitar a possibilidade de apoio a outras instituições. Portanto, não houve “engessamento” de seu orçamento.

Fazendo um recorte dos convênios celebrados por meio de emenda parlamentar, a situação foi a seguinte:

Tabela 9 – Entidades contempladas regularmente por meio dos deputados

Entidades	2011	2012	2013	2014
As. Brasileira de Taiko	R\$80.000,00	R\$60.000,00	R\$69.580,31	R\$147.030,00
Cooperativa Paulista de Teatro	R\$120.000,00	R\$100.000,00	R\$120.000,00	R\$59.996,80
As. de Gestão Cult. do Interior Paulista	R\$70.000,00	R\$246.940,00	R\$150.000,00	R\$149.693,21
Federação das As. de Províncias do Japão	R\$90.000,00	R\$205.000,00	R\$220.000,00	R\$320.000,00

Continua

Continuação

Entidades	2011	2012	2013	2014
Fed. de Sakura e				
Ipê do Brasil	R\$60.000,00	R\$80.000,00	R\$90.000,00	R\$90.000,00
Fundação Feira				
do Livro de				
Ribeirão Preto	R\$475.000,00	R\$345.400,00	R\$749.974,13	R\$1.200.000,00
Instituto Brasil				
Japão Integração				
Cult. e Social	R\$60.000,00	R\$205.000,00	R\$198.500,00	R\$264.394,98
Nippon Country				
Club	R\$60.000,00	R\$120.000,00	R\$120.000,00	R\$120.000,00

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (2018)

Em relação aos convênios firmados por meio de destinação parlamentar, é necessário levar em conta a possibilidade de “engessamento” dos orçamentos dos deputados individualmente. De acordo com o quadro acima, oito entidades sem fins lucrativos foram contempladas anualmente - cinco voltadas à cultura japonesa -, no entanto, apenas duas delas foram beneficiadas pelo mesmo deputado todos os anos: a Nippon Country Club, por meio de destinação do deputado Hélio Nishimoto (PSDB) e a Fundação Feira do Livro de Ribeirão Preto, com destinação dos deputados Baleia Rossi (PMDB) e Welson Gasparini (PSDB)¹⁸. Neste cenário, até seria possível concluir que estes três deputados “engessaram” seus orçamentos da área cultural com as citadas entidades. Mas isto aconteceu somente nestes casos pontuais. De forma geral, não é possível afirmar que os deputados comprometeram seus orçamentos com determinadas entidades e projetos, pois isto aconteceu em poucos casos, tendo em vista o universo de 268 convênios celebrados – haja vista que apenas oito entidades foram contempladas todos os anos.

Mais evidente seria supor que alguns deputados comprometeram seus orçamentos com entidades envolvidas com o fomento e a preservação da cultura japonesa. Os deputados Hélio Nishimoto e Jooji Hato (PMDB) destinaram todo seu orçamento para projetos culturais da

¹⁸ A Fundação Feira do Livro de Ribeirão Preto também recebeu emendas parlamentares dos deputados Duarte Nogueira (PSDB) e Rafael Silva (PDT), por três anos e um ano respectivamente.

sociedade civil, de 2011 a 2014, para este perfil de entidade; e o deputado Junji Abe, cerca de 96% - apenas uma emenda de 19 foi para instituição de perfil diferente. Já o deputado Welson Gasparini destinou 100% do seu recurso da área cultural para a Fundação Feira do Livro de Ribeirão Preto; e Baleia Rossi, aproximadamente 97%, sendo Ribeirão Preto base eleitoral de ambos.

Outras entidades que vimos contempladas anualmente foram a Cooperativa Paulista de Teatro e a Associação de Gestão Cultural do Interior Paulista (AGCIP). Ambas são organizações nas quais artistas e produtores culturais diversos e sem vínculo uns com os outros associam-se, a fim de ter uma representação jurídica, o que permite a eles, entre outras coisas, ter acesso a algumas formas de financiamento restritas a pessoas jurídicas, como os convênios, por exemplo. Uma diferença marcante entre elas é o local de atuação, a Cooperativa é bastante presente na capital; e a AGCIP tem foco no interior do estado. Então, em ambos os casos, os executores dos projetos, propriamente ditos, não são a cooperativa e a AGCIP, mas sim artistas específicos representados por estas organizações, ou seja, o recurso destinado pelos deputados anualmente, muito provavelmente, não beneficiou os mesmos grupos – de forma a corroborar ainda mais a hipótese de que não há comprometimento do orçamento do Legislativo com entidades específicas.

Finalizando a análise com base nas entidades, cabe apontar as que receberam grandes somas de recursos de 2011 a 2014. O corte proposto é a partir de R\$ 2.000.000,00, aproximadamente 2% do montante total aportado nos convênios. A situação segue descrita abaixo:

Tabela 10 – Entidades beneficiadas com grandes somas de recursos

Entidades	SEC	Dep.	Total
Academia Paulista de			
Letras	-----	R\$2.000.000,00	R\$2.000.000,00
Fundação Feira do Livro			
de Ribeirão Preto	-----	R\$2.770.374,13	R\$2.770.374,13

Continua

Continuação

Entidades	SEC	Dep.	Total
Fundação OSESP	R\$2.000.000,00	-----	R\$2.000.000,00
Mitra Arquidiocesana de			
SP	R\$7.283.046,96	-----	R\$7.283.046,96
Mitra Diocesana de			
Taubaté	R\$17.217.715,87	-----	R\$17.217.715,87

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (2018)

De 185 entidades conveniadas, cinco ficaram com cerca de 28% do orçamento total utilizado no período – concentração em poucas entidades. Nota-se que a SEC foi responsável pela utilização de 85% desta verba, dado que reforça o fato de a secretaria ter feito aportes maiores em comparação com os deputados. Outro dado interessante, dois projetos visavam a realização de eventos, o da FUNDAÇÃO OSESP e o da Fundação Feira do Livro de Ribeirão Preto; os três restantes, e de valores mais altos, objetivavam a execução de obras, corroborando a conclusão dos investimentos mais elevados terem sido destinados a obras. E, uma última consideração, o maior número de entidades, três, foram do Município de São Paulo, mais uma vez, reforçando a tendência de concentração na capital.

A mesma análise, no entanto, não pode ser feita para demonstrar a centralização de recursos, pois o aporte feito em Taubaté deu-se devido a uma calamidade ocorrida em São Luiz do Paraitinga, um fato isolado. Tal comparação feita aqui apontaria as cidades do interior como destinatárias da maior parte dos recursos dos convênios, o que é errado, pois a capital ficou com R\$ 32.352.135,68, aproximadamente 29% do total. O mesmo estudo, em relação às prefeituras, será feito abaixo.

4.2.6 Prefeituras

Ao todo, de 2011 até 2014, 100 prefeituras foram conveniadas, dentro de um universo de 130 convênios firmados com o poder público. Algumas foram conveniadas três vezes, sendo este o maior número de convênios realizados com uma mesma prefeitura, foram elas: a) Franco da Rocha; b) Itanhaém; c) Monteiro Lobato; d) Nova Odessa; e) Presidente Prudente; f) São José do Rio Pardo; g) São Simão; e h) Sorocaba. Outras foram conveniadas duas vezes, sendo elas:

a) Araraquara; b) Bragança Paulista; c) Charqueada; d) Ibira; e) Itaberá; f) Junqueirópolis; g) Palmital; h) Queluz; i) Santa Fé do Sul; j) Santos; l) São Luiz do Paraitinga; m) Taquarituba; e n) Tupi Paulista. As demais foram conveniadas uma vez cada.

Os valores mais altos foram destinados para as seguintes prefeituras: a) Botucatu, R\$ 17.779.104,97, no período, administrada pelo PSDB; b) Campinas, R\$ 3.886.638,63, governada pelo PSB; e c) Franca, R\$ 2.270.669,73, gestão do PSDB. O valor mais baixo ficou com Riversul, R\$ 28.012,00, governo do Partido Humanista da Solidariedade (PHS). Cada uma delas celebrou somente um convênio, e todas foram apoiadas por meio de escolha direta da SEC.

Também é importante avaliar o peso dos partidos políticos das administrações municipais na escolha da SEC sobre as prefeituras a serem contempladas com convênios, traçando um paralelo entre os partidos políticos das prefeituras conveniadas e o partido do governo do estado, o PSDB. Em 2011, temos o seguinte quadro: a) prefeituras administradas pelo PSDB foram conveniadas três vezes; b) administradas pelo Partido da República (PR), duas vezes; e c) administradas pelo DEM e PHS, uma vez cada. Ou seja, de um total de sete convênios firmados, com recursos da SEC, três deles contemplaram prefeituras administradas pelo mesmo partido do governo estadual. E, ainda, tendo em vista os valores investidos, governos do PSDB receberam R\$ 2.260.293,56, de um investimento total de R\$ 2.471.905,56. Já os demais partidos, juntos, ficaram com R\$ 211.612,00.

Analisando os dados de 2012, lembrando que este ano foi de eleições municipais e, ainda, que foi o segundo ano com maior número de cidades contempladas, observa-se que prefeituras administradas pelo PSDB foram conveniadas 16 vezes, de um total de 24 convênios firmados pela SEC, por meio de escolha direta. Prefeituras administradas por outros sete partidos também foram conveniadas. Nas administrações do PSDB foram aportados R\$ 25.691.415,99, no total. Já nas prefeituras dos demais partidos, R\$ 1.232.680,32, no total.

Em 2013, administrações do PSDB foram contempladas com cinco convênios dos nove firmados com prefeituras, por meio de escolha direta da SEC. O total de recursos destinados para administrações deste partido foi de R\$ 2.114.650,29 e, para os demais partidos, foi de R\$ 611.284,00.

Por último, em 2014, prefeituras de diversos partidos foram conveniadas, destacando-se as administradas pelo PSDB, que firmaram 11 convênios, no total de R\$ 3.002.406,50; e administrações do PSB, que firmaram cinco convênios, no total de R\$ 6.236.638,63. Aqui cabe uma ressalva, o PSB, segundo partido mais contemplado, era o partido do futuro vice-governador do Estado de São Paulo, Márcio França. No início de 2014, foi declarada sua candidatura como vice, e, no final do ano, houve a eleição. Administrações do PT e PMDB vieram na sequência, com quatro convênios cada. Desta forma, prefeituras administradas pelo mesmo partido do governo estadual e pelo partido do, até então, muito provável vice-governador, receberam R\$ 9.239.045,13, de um orçamento total de R\$ 11.130.915,37.

Concluindo, com os dados de 2011 a 2014, é necessário analisar o seguinte quadro de administrações contempladas, de um total de 72 convênios celebrados: a) PSDB com 35; b) PSB com sete; c) PTB com seis; d) PMDB com cinco; e) PR com quatro; f) PT com quatro; g) DEM com dois; h) PDT com dois; e i) PV, PHS, PC do B, Partido Popular Socialista (PPS), Partido Democrático Social (PDS), Partido Progressista (PP) e Partido Social Liberal (PSL) com um convênio cada, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (2018)

O PSDB, partido do governo do estado no período aqui analisado, foi beneficiado por aproximadamente 76%, R\$ 33.068.766,34, dos convênios firmados, o restante, 24%, R\$ 10.184.085,19, foi dividido entre 14 partidos distintos, sem que tenha havido favorecimento

dos partidos da base aliada do governo, tanto da base das eleições de 2010 quanto de 2014, exceto a situação específica do ano de 2014 envolvendo o PSB, mencionada acima. Desta forma, é possível observar a existência de interferência política no conveniamento de prefeituras do estado por meio de escolha direta da SEC.

Tentando efetuar o mesmo tipo de comparação, desta vez de outro ponto de vista, uma comparação entre os partidos políticos dos deputados e das prefeituras contempladas com convênios, por meio de emenda parlamentar, na tentativa de identificar se há uma relação político-partidária na escolha das prefeituras, iniciando por 2011, pode ter havido influência, pois das nove prefeituras conveniadas, em cinco casos os partidos coincidem, sendo eles: a) Queluz, gestão do PSDB e emenda do deputado Hélio Nishimoto (PSDB); b) Sorocaba, gestão do PSDB e emenda da deputada Maria Lucia Amary (PSDB); c) Elias Fausto, gestão do PT e emenda do deputado Antonio Mentor (PT); d) Tupi Paulista, gestão do PSDB e emenda do deputado Mauro Bragato (PSDB); e e) Artur Nogueira com emenda do deputado Marcos Martins (PT).

No entanto, outro fator que há de se levar em conta aqui é a área de atuação declarada pelos deputados. Tendo em vista os cinco casos mencionados acima, há coincidência entre a área de atuação dos deputados e a prefeitura destinatária da emenda em quatro casos. Nos demais convênios firmados em 2011, por meio de emenda parlamentar, há coincidência em dois deles. Portanto, dentre nove convênios, seis deles foram celebrados com prefeituras de cidades de atuação dos deputados.

Fazendo um paralelo entre os partidos dos deputados e das prefeituras contempladas, em 2012, fica demonstrado não ter havido tanta influência político-partidária na destinação das emendas parlamentares. Dentre as sete prefeituras conveniadas em 2012, ocorreram apenas dois casos do partido do deputado coincidir com o da prefeitura. Em relação à área de atuação dos deputados, em seis dos sete convênios firmados, em 2012, há coincidência entre a cidade da prefeitura contemplada e a área de atuação do deputado responsável pela emenda.

Nos demais anos, a relação foi a seguinte: em 2013, houve coincidência de partidos em apenas dois casos, dos oito convênios firmados, e a coincidência entre a área de atuação declarada pelos deputados e as cidades das prefeituras conveniadas aconteceu em sete dos oito convênios firmados; em 2014, de um total de 26 prefeituras conveniadas, em apenas três

casos houve coincidência entre o partido da administração municipal e o do deputado, ao passo que em relação à área de atuação dos deputados, houve coincidência em 11 casos. Neste último ano não foi possível identificar a área de atuação de dois deputados.

Analisando os dados de forma geral, de 2011 a 2014, o partido político da prefeitura conveniada é o mesmo do deputado destinatário da emenda em 12 casos e diferente em 38 casos. Já a área de atuação declarada pelo deputado e a cidade da prefeitura contemplada coincide 30 vezes e não coincide 18 vezes. Desta forma, a interferência político-partidária na formalização de convênios, via emenda parlamentar, com prefeituras não tende a ser fator determinante, ao contrário da tendência observada nos convênios firmados por meio de escolha direta da SEC. Para os deputados parece pesar mais o atendimento de sua área de atuação, sua base eleitoral.

Finalizando o estudo com base nas prefeituras, cabe apontar as que receberam grandes somas de recursos, de 2011 a 2014. O corte, como mencionado acima, é a partir de R\$ 2.000.000,00, aproximadamente 2% do montante total aportado nos convênios. A situação deu-se da seguinte forma:

Tabela 11 - Prefeituras beneficiadas com grandes somas de recursos

Prefeituras	SEC	Dep.	Total
Botucatu	R\$17.779.104,97	----	R\$17.779.104,97
Campinas	R\$3.886.638,63	----	R\$3.886.638,63
Franca	R\$2.770.669,73	----	R\$2.770.669,73
Marília	R\$2.000.000,00	----	R\$2.000.000,00
São Luiz do			
Paraitinga	R\$2.090.293,56	----	R\$2.090.293,56
Sorocaba	R\$2.100.000,00	R\$100.000,00	R\$2.200.000,00

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (2018)

De um universo de 130 convênios formalizados com prefeituras, seis aplicaram em projetos culturais recursos a partir de R\$ 2.000.000,00, ou seja, cerca de 5% do total. Novamente, tem-se a comprovação de que a SEC é a responsável pelos mais altos aportes, e de que os valores mais elevados foram destinados para obras. Os deputados aparecem aqui com um investimento irrelevante. Além disso, das seis prefeituras, quatro eram administradas pelo PSDB e duas pelo PSB, sendo que estes dois convênios foram celebrados em 2014, ano em que a candidatura do vice-governador, Márcio França (PSB), já havia sido promulgada, corroborando a tendência de influência político-partidária na celebração de convênios da SEC com prefeituras.

4.3 Considerações

De 2011 a 2014, a SEC firmou 454 convênios, sendo 130 com prefeituras e 324 com entidades sem fins lucrativos, totalizando aproximadamente R\$ 113 milhões investidos em projetos culturais, um valor médio de R\$ 239.000,00 por projeto. Observando-se o alto montante investido em projetos culturais por meio desta política e a importância de mais uma alternativa de financiamento à cultura para a sociedade, faz-se relevante uma análise dos convênios celebrados.

Importante ressaltar o fato de que a área cultural padece de carência de recursos; projetos da sociedade civil possuem mecanismos limitados de aporte financeiro, como as leis de incentivo e os editais de apoio, que operam com processos de seleção públicos e critérios de avaliação dos projetos publicizados. E, ainda, projetos de prefeituras não podem pleitear recursos via leis e editais de incentivo. Daí a relevância dos convênios, que são, também, um mecanismo de financiamento à cultura, um mecanismo com especificidades próprias, que funciona por meio da escolha direta dos projetos, das entidades e prefeituras a serem beneficiadas.

Portanto, a política de convênios, se realmente for possível chamar desta forma, é um importante mecanismo de financiamento à cultura para as entidades sem fins lucrativos e, especialmente, para as prefeituras. Um mecanismo que já movimentou grande soma de recursos. Montante alto de recursos que podia ter sido utilizado de forma mais democrática, de modo a contemplar mais projetos e instituições.

A título de comparação, o PROAC, modalidade editais, apoiou, no mesmo período, 2.164 projetos culturais. Já por meio de convênios, foram apoiados 454 projetos, cerca de 21% da quantidade contemplada pelo PROAC. Isto demonstra que o PROAC investiu em um número bem maior de projetos culturais, uma vez que 91% do valor do programa contemplou apenas 21% do número de projetos apoiados por meio de convênios.

E, ainda, a política de convênios não é executada de forma transparente, os projetos são apoiados de forma direta, não há um chamamento público para recebimento de propostas, com regras e condições de participação iguais para todos e critérios de seleção publicizados - seleção, pois na área cultural, assim como em muitas outras, a demanda é maior do que a oferta.

Outro ponto, observa-se o fato de a SEC, quando considerou conveniente, ter feito um processo de seleção público para conveniamento, com o “Programa de Modernização de Bibliotecas Públicas Municipais vinculadas ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas – SISEB”. A pasta identificou uma demanda comum a diversos municípios, e, ao invés de escolher a dedo quais seriam contemplados, promoveu um processo seletivo mais democrático. Ou seja, existe esta possibilidade, e a secretaria, inclusive, já a utilizou, mas uma única vez ao longo do período aqui analisado.

Desta forma, a análise dos convênios feita ao longo deste capítulo leva a perguntas e não a respostas. O que vem à cabeça diante de dados tão distintos, de 454 convênios tão diversos entre si, é o seguinte: existe uma política em torno dos convênios firmados por meio da SEC? Não devia haver critérios mais definidos e publicizados para a celebração de convênios? E até mesmo um processo de seleção, inclusive, com divulgação do período de recebimento de propostas, de forma a propiciar a todos os interessados condições iguais de participação e disputa? Não caberia ao órgão executor da política, neste caso a SEC, elaborar um instrumento legal que detalhe o decreto genérico do governador?

Num contexto de direitos iguais e de mais demanda do que recursos disponíveis para a realização de projetos culturais, os 454 projetos conveniados de 2011 a 2014 receberam um montante de recursos muito alto, e o processo de parceria foi muito subjetivo. A ausência de uma política ou exatamente o contrário, uma política com este fim, permitiu que poucos projetos, instituições e municípios fossem contemplados com uma soma alta de recursos, por

meio do processo de conveniamento. Neste ponto, cabe a definição de Dye (2013, p. 9, tradução nossa) para política pública: “[...] é o que o governo escolhe fazer ou não fazer”¹⁹.

Por fim, em 31 de julho de 2014, foi promulgado o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), Lei n. 13.019, que estabeleceu o: “[...] regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco [...]” (BRASIL, 2014). Esta lei, que entrou em vigor para os estados em janeiro de 2016, modifica o processo de conveniamento, no que concerne as entidades sem fins lucrativos. O termo convênio deu lugar ao “Termo de Fomento” e “Termo de Colaboração”; e a escolha direta de projetos foi substituída por uma comissão de seleção e um chamamento público – que pode ser acarretado por uma manifestação de interesse social. Em relação ao poder Legislativo, permanece não sendo necessário chamamento público.

Então, em tese, o mecanismo analisado neste capítulo, no que se refere apenas às entidades, passaria a ser executado de forma mais democrática, transparente e com mais controle da aplicação dos recursos públicos – este por meio de uma comissão de monitoramento e avaliação. Resta saber como esta legislação está sendo colocada em prática; se não estão sendo utilizados meios para burlá-la, empregando a inexigibilidade de chamamento, prevista na lei; e se a mesma não deveria ter sido estendida para as parcerias com o poder público, e, de forma integral, para o Legislativo. Trata-se de assunto para uma nova pesquisa.

---

¹⁹ Public policy is whatever governments choose to do or not to do.

5 Objeto dos convênios e interesse público

O capítulo tenta tornar compreensível o perfil de projetos passível de conveniamento pela SEC, ressaltando que, de acordo com a definição de convênio, todos os instrumentos aqui analisados foram celebrados em função do interesse e da vontade da secretaria, mesmo quando tiveram origem no Legislativo, pois a SEC é responsável pelos convênios da área cultural do Estado de São Paulo. Como os objetos dos convênios são muito diversos, a intenção é dar uma ideia geral do tipo de projeto contemplado pela pasta; não cabendo, portanto, uma análise detalhada de cada um.

Devido à grande variedade de objetos presentes nos convênios da área cultural, firmados de 2011 a 2014, a presente análise é feita inicialmente por ano, na tentativa de se estabelecer uma tipologia que possibilite vislumbrar melhor o perfil dos projetos contemplados. A tipologia é construída mediante o estudo dos diferentes objetos conveniados anualmente, e não estabelecida previamente. Ela é desenvolvida com base nos dados encontrados.

A análise dos objetos, por sua vez, desencadeia uma série de questões. Desta forma, é proposto um exercício de perguntas e respostas, na tentativa de demonstrar a falta de embasamento técnico para algumas decisões; a possibilidade de inexistência de uma justificativa plausível para certas opções; e que os critérios para determinadas escolhas são outros, não publicizados.

Ainda tendo em vista a definição de convênio e a legislação vigente, para que haja transferência de recursos via conveniamento, é necessário que o objeto do convênio demonstre finalidade e interesse cultural para a população, além de ser de interesse recíproco entre as partes envolvidas. Mas como determinar estes fatores? O que é de interesse cultural para a população? Como a SEC sabe o que é de interesse cultural para a população? Todos os projetos conveniados possuem finalidade cultural? O que é de interesse da SEC? Quais projetos a SEC tem vontade de realizar, e qual é o motivo desta vontade?

Para determinar estes fatores, o que há de mais representativo, pensando nos interesses expressos pela sociedade, e se apresenta de forma sistematizada, é a minuta do PEC. Logo, ela é utilizada, na tentativa de tentar entender o que é de finalidade e interesse cultural para a população, assim como para a SEC; portanto, o que é de interesse público. Sabendo que,

conforme mencionado em capítulo anterior, a minuta do plano foi elaborada por uma comissão, composta por representantes de todas as regiões do Estado de São Paulo, pessoas do poder público e da sociedade civil, que atuam junto à área cultural. Sendo assim, o documento apresenta uma visão mais próxima da que seria uma visão da sociedade civil.

5.1 Convênio para a Secretaria de Estado da Cultura

Conforme abordado no capítulo imediatamente anterior, de 2011 a 2014, foram celebrados 454 convênios. Projetos, portanto, objetos de uma variedade muito grande. Uma análise ano a ano possibilita compreender mais o perfil dos projetos contemplados. Tendo em vista este universo de convênios, faz-se necessário destacar algumas questões importantes. E ainda, é possível identificar similaridades, de forma a se desenhar uma tipologia dos projetos apoiados, o que auxiliará na compreensão do todo.

Em 2011, já é possível tirar exemplos de objetos de convênios que foram contemplados com frequência, ao longo do período aqui analisado. Nestes quatro anos, observa-se elevado número de festivais e eventos em homenagem à cultura japonesa apoiados, sendo que, somente em 2011, foram beneficiados 12 - encaminhados por deputados - e outros dois - beneficiados diretamente pela SEC. O deputado Hélio Nishimoto (PSDB) foi o responsável por grande parte dos convênios que visaram a promoção e proteção da cultura japonesa.

Outro objeto presente ao longo dos anos foi a “compra de instrumentos musicais”, que, em 2011, aconteceu duas vezes, ambas onerando recursos da SEC. Este tipo de objeto foi, em grande parte, apresentado por prefeituras e apoiado por meio de recursos da SEC. Também é possível notar alguns tipos de festas que acabaram se repetindo ao longo dos anos, tais como: as festas das nações - objeto de três convênios, em 2011; as festas de São João - dois convênios em 2011; e as festas em comemoração ao aniversário das cidades – um convênio em 2011. Apoio à confecção de livros e revistas foi outro tipo de objeto frequente.

Em relação a obras, uma constante foi a formalização de parcerias para reparos e, em alguns casos, construção ou reconstrução de equipamentos públicos municipais, em especial teatros, como foi o caso da cidade de Santos, em 2011, que recebeu uma emenda do deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) para a recuperação e a impermeabilização dos acessos ao Teatro Municipal Brás Cubas. Em muitos casos, este tipo de objeto foi contemplado por meio de

escolha direta da SEC. Em 2011, outro objeto envolvendo obras foi a reforma e reconstrução de imóveis e da igreja Matriz de São Luiz do Paraitinga, conforme observado no capítulo anterior.

Ao longo do período estudado, foram apoiados projetos bastante diversos, visando a produção, difusão e formação cultural; contemplando várias linguagens, tais como: literatura, dança, teatro, música, cinema e cultura popular; além de projetos voltados a questões étnicas e de gênero – estes em menor número. A título de exemplo, em 2011, tivemos projetos com os seguintes objetos: a) “rua do samba paulista”; b) “participação dos trabalhadores negros e trabalhadoras negras no movimento Sindicalina”, c) “projeto cine comunidade”; d) “oficina livre de teatro Casa Clamor”; e e) “projeto de formação oficinas culturais”, tendo sido estes beneficiários de emenda parlamentar. Por meio de escolha direta da SEC, temos mais alguns exemplos, a saber: a) “circuito musical”; b) “projeto joaninha – Associação Ballet Stagium Marika Gidali”; e c) “fortalecimento das atividades culturais de São Francisco Xavier”. Aqui, cabe uma ressalva: não há uma característica ou um fator que diferencie os objetos contemplados via emenda parlamentar dos apoiados por meio de escolha direta da SEC.

Outro dado relevante é a finalidade dos convênios, que não se restringiu à área cultural; muitos deles tiveram fins sociais também, utilizando a cultura para inclusão social. Em 2011, foram contemplados objetos como: a) “inclusão cultural e social através da leitura”; b) “juventude e ação Heliópolis 2011”; c) “projeto cultural para idosos”, e d) “mulheres periféricas – a arte que liberta”. Este tipo de objeto foi apoiado tanto devido à escolha dos deputados quanto da SEC.

Alguns festivais também foram contemplados regularmente, no período. Em 2011, como exemplo, aparecem os seguintes: a) 11ª edição da “Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto”; b) final da VIII edição do “Campeonato Paulista de Fanfarras”; c) IX edição do “Curta Santos”; e d) VI edição do “Festival de Cinema Latino-Americano”. Alguns destes foram conveniados via emenda parlamentar, outros oneraram recursos da SEC. São, novamente, projetos com um tipo de perfil, que pode ser contemplado tanto pelo Legislativo quanto pelo Executivo.

No decorrer dos anos, ainda existiram objetos que apareceram em número mais baixo, como aqueles visando a publicação de livros e revistas e a produção de filmes. Além de alguns

contemplados esporadicamente, como foi o caso de um projeto de preservação de acervo e outro de aquisição de obras de arte, ambos em 2011. Casos isolados, como estes dois últimos, são difíceis para estabelecer uma tipologia, portanto serão tratados como “diversos”.

Em 2012, é interessante notar que, dos 24 convênios firmados com prefeituras, onerando recursos da SEC, 20 tiveram como objeto a realização de obras em equipamentos culturais públicos municipais. Eles foram distribuídos da seguinte forma: a) oito visaram a construção ou reforma de bibliotecas; b) três a reforma de centros culturais; c) um a reforma de teatro; d) um a construção de anfiteatro; e) um a adequação de conservatório; f) um a construção de memorial; g) um a reforma de escola das artes; h) um a reforma de prédio para instalação de museu; i) um a construção de áreas para instalação de museu; j) um a construção de casa de cultura e k) um a reforma de casa de cultura. Além da diversidade de equipamentos, houve variedade de valores investidos, sendo que não é possível identificar nenhum tipo de critério para a definição dos mesmos.

Tomando as obras envolvendo bibliotecas e centros culturais como exemplo, temos o seguinte cenário:

- a) convênio visando a construção de sede da biblioteca de Dracena, valor: R\$ 150.000,00;
- b) convênio visando a construção da biblioteca e centro cultural de Junqueirópolis, valor: R\$ 300.000,00;
- c) convênio visando a reforma e ampliação do centro cultural de Iacanga, valor: R\$ 850.000,00;
- d) convênio visando a construção da biblioteca de Irapuru, valor R\$ 100.000,00;
- e) convênio visando a reforma e ampliação do centro cultural de Sandovalina, valor: R\$ 150.000,00;
- f) convênio visando a construção da biblioteca de Narandiba, valor: R\$ 148.246,42;
- g) convênio visando a construção da biblioteca de Pedro de Toledo, valor: R\$ 202.680,42;
- h) convênio visando a reforma e ampliação da biblioteca de Cananéia, valor: R\$ 170.000,00;
- i) convênio visando a reforma do centro cultural de Itaberá, valor: R\$ 180.000,00.

Tal diversidade de valores aportados não deixa de suscitar algumas perguntas, tais como: por que Iacanga recebeu R\$ 850.000,00 para a reforma e ampliação de um centro cultural; enquanto Sandovalina recebeu R\$ 150.000,00 para execução do mesmo objeto; e Junqueirópolis recebeu R\$ 300.000,00 para a construção de um centro cultural e uma biblioteca? Suponhamos que a resposta seja a seguinte: porque o projeto apresentado por Iacanga era maior, um equipamento de porte maior e com muita necessidade de reforma em comparação com os pequenos e simples equipamentos que Sandovalina e Junqueirópolis queriam construir. Ou talvez ainda, Sandovalina e Junqueirópolis já possuísem a maior parte dos recursos necessários, cabendo à SEC somente complementar o montante. Ao passo que, para Iacanga, talvez fosse necessário o valor total para execução do serviço.

No entanto, não importa qual seja a resposta correta, porque, independentemente do motivo pelo qual três cidades receberam recursos tão distintos, o que importa é que centenas de outras não receberam nada. A demanda por equipamentos culturais é uma constante no estado. Não devia haver uma distribuição mais igualitária dos recursos, já que o orçamento disponível não é suficiente para todos? Qual é o critério ou quais são os critérios para a celebração de um convênio? Já que o Estado tem conhecimento desta demanda, e, por consequência, tem interesse em auxiliar os municípios com seus equipamentos, uma opção mais democrática e transparente poderia ser organizar um chamamento público, com regras claras e faixas de valores pré-estabelecidas, para que todas as prefeituras interessadas possam apresentar seus projetos. Outro dado relevante: das nove prefeituras listadas acima, seis eram administradas pelo PSDB, no período do conveniamento – mesmo partido do governo estadual.

Um exemplo para ilustrar como a Administração Pública pode proceder com mais transparência nos processos de conveniamento que envolvem prefeituras, e possibilitar condições mais igualitárias de participação, tendo em vista equipamentos culturais: a União lançou, em 2010, o Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), que previa a instalação de Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs) em municípios do país. Os equipamentos contam com biblioteca, cineteatro, laboratório multimídia, salas de oficinas, espaços multiuso, Centro de Referência em Assistência Social e pista de skate (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2018). O programa foi divulgado e selecionou projetos de prefeituras mediante chamamento público, com regras claras e transparentes e condições iguais de participação.

Além disso, alguns editais visando a modernização de bibliotecas públicas foram lançados pelo Ministério da Cultura, nos últimos anos. Assim como a própria SEC já fez, com o “Programa de Modernização de Bibliotecas Públicas Municipais Vinculadas ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas”, conforme mencionado no capítulo imediatamente anterior.

O mesmo raciocínio vale para os objetos envolvendo igrejas: a reconstrução da igreja de São Luiz do Paraitinga, no valor de R\$17.217.715,87, e o restauro da Igreja Venerável Ordem Terceira do Seraphico Pai Francisco, R\$7.283.046,96. Quantos outros imóveis tombados pelo CONDEPHAAT também necessitam de obras? Por que estes dois foram os selecionados para o aporte de recursos? Uma resposta possível, com base na definição de convênio, seria a seguinte: porque os objetos eram de interesse comum dos partícipes. Mas aí, cabem novas perguntas: por que a SEC teve tamanho interesse nestes projetos? A secretaria não tem interesse em outros projetos com objetos semelhantes? A pasta não devia representar o interesse público? Será que é de interesse da população investir tamanha quantia nestes projetos, enquanto outros, também relevantes, não recebem nada? Os recursos não podiam ter sido mais bem distribuídos? Uma nova possibilidade de resposta: sim, podiam. No entanto, somente a Mitra Arquidiocesana de Taubaté e a de São Paulo procuraram a SEC e apresentaram projetos. Talvez este realmente tenha sido o caso, mas a política envolvendo os convênios é publicizada? A sociedade civil tem conhecimento deste importante mecanismo de fomento à cultura? Sabe que pode apresentar projetos? Não cabe à secretaria, como responsável pela política, mais bem estruturá-la?

Em relação aos objetos dos convênios firmados com entidades sem fins lucrativos, por meio de escolha direta da SEC, foram contemplados projetos bem diversos, tais como: “Bienal nas Fábricas de Cultura”, da Fundação Bienal de São Paulo; e “projeto cultural para idoso”, da Casa da Terceira Idade Teresa Bugolin; além de festivais, como: a edição anual das “Satyrianas” e do “Festival de Cinema Latino-Americano de São Paulo”, que marcaram presença mais uma vez, ao lado de outros que foram contemplados somente em 2012.

Comparando os valores investidos anualmente nas “Satyrianas” e no “Festival de Cinema Latino-Americano”, temos o seguinte quadro:

- a) “Satyrianas”: 2011 - não houve aporte; 2012 – R\$ 70.000,00; 2013 – R\$90.000,00; e 2014 – R\$ 90.000,00;

- b) “Festival de Cinema Latino-Americano”: 2011 – R\$ 650.000,00; 2012 – R\$280.000,00; 2013 – R\$ 500.000,00; e 2014 – R\$ 439.550,50.

Analisando os valores aportados nas “Satyrianas”, não se observa discrepância tão grande. Mas por que outro festival, o “Festival Nacional de Teatro de Presidente Prudente”, por meio de sua prefeitura, recebeu R\$ 100.000,00 em 2012 e o projeto “Satyrianas” recebeu R\$ 70.000,00? Porque são projetos diferentes. Esta, de fato, é uma possibilidade de resposta. No entanto, por que o festival de Presidente Prudente recebeu R\$ 100.000,00 em 2012, R\$ 191.870,24 em 2014 e nada em 2011 e 2013? Não houve interesse recíproco entre as partes todos os anos? Não havia recursos suficientes para apoio em 2011 e 2013? Contudo, outros projetos receberam apoio. E por que o mesmo festival, o “Festival de Cinema Latino-Americano”, recebeu valores tão diferentes ao longo dos anos? Qual foi o critério utilizado para a celebração de convênios?

Entre os objetos contemplados pelos deputados visando projetos de prefeituras, em 2012, destaca-se, além de dois voltados a bibliotecas públicas, a realização da “58ª Festa de Reis de Palmital”, apoiada com R\$ 60.862,49, por meio de emenda do deputado Mauro Bragato (PSDB). A prefeitura de Palmital era administrada pelo PR no período. A 57ª edição da festa foi apoiada, em 2011, diretamente pela SEC. Em 2013 e 2014, mesmo tendo a prefeitura administrada pelo PSDB, as edições da festa não foram apoiadas via conveniamento, nem sequer por deputados, tampouco por escolha direta da SEC, apontando, mais uma vez, para a falta de critérios envolvendo a política de convênios.

Ainda tendo em vista o Legislativo, em relação aos objetos dos convênios com entidades sem fins lucrativos, em 2012, até mesmo a “Festa do Caqui” foi contemplada, um projeto do município de Piedade, que recebeu R\$ 50.000,00 para locação de tenda, palco, iluminação e material gráfico, via emenda parlamentar do deputado Helio Nishimoto (PSDB). Todavia, neste ano, o destaque ficou com o grande número de convênios firmados em homenagem à cultura japonesa, sendo eles:

- a) “VIII Nikkey Matsuri”, que recebeu R\$ 74.400,43 do deputado Hélio Nishimoto (PSDB). Em 2011, recebeu R\$ 59.656,47 e, em 2013, R\$ 75.000,00 do mesmo deputado;
- b) “4º Japan Matsuri” que recebeu R\$ 148.272,27 do deputado Celso Giglio (PSDB). Em 2011, recebeu R\$150.000,00 do mesmo deputado;

- c) “XVI Gran Kouhaku Utagasse”, que recebeu R\$ 60.000,00 do deputado Junji Abe (DEM);
- d) “27º Festa do Akimatsuri”, que recebeu R\$ 300.000,00 do deputado Junji Abe (DEM). Em 2011, recebeu R\$ 70.000,00 de verba da SEC. No ano de 2013, recebeu R\$ 150.000,00 do mesmo deputado, e, em 2014, R\$ 270.000,00 dos deputados Junji Abe e Luíz Carlos Gondim (PPS);
- e) “7º Bunka Matsuri”, que recebeu R\$ 100.000,00 do deputado Jooji Hato (PMDB);
- f) “XXXIV Festa das Cerejeiras do Parque do Carmo”, que recebeu R\$ 80.000,00 do deputado Jooji Hato (PMDB). Em 2011, recebeu R\$ 60.000,00 do deputado Hélio Nishimoto (PSDB). Em 2013 e 2014, R\$ 90.000,00 do deputado Jooji Hato;
- g) “16º Festival das Cerejeiras dos Bunkyo”, que recebeu R\$ 105.000,00 do deputado Jooji Hato (PMDB). Em 2011, recebeu R\$ 60.000,00 do deputado Helio Nishimoto (PSDB). Em 2013, R\$ 198.500,00 e, em 2014, R\$ 204.869,00 dos deputados Helio Nishimoto e Junji Abe (DEM);
- h) “25º Kyodo Matsuri-Miss Ryuso”, que recebeu R\$ 75.000,00 do deputado Hélio Nishimoto (PSDB). Em 2013, recebeu R\$ 84.919,38 do mesmo deputado e, em 2014, R\$ 120.000,00 do deputado Helio Nishimoto e Jooji Hato (PMDB);
- i) “15º Festival do Japão”, que recebeu R\$ 205.000,00 dos deputados Jooji Hato (PMDB) e Junji Abe (DEM). Em 2011, recebeu R\$ 90.000,00 do deputado Helio Nishimoto (PSDB). Em 2013, R\$ 220.000,00 dos deputados Jooji Hato e Junji Abe. E, em 2014, R\$ 320.000,00 dos deputados Jooji Hato, Junji Abe e Keiko Ota (PSB);
- j) “44º NipponFest”, que recebeu R\$ 120.000,00 do deputado Hélio Nishimoto (PSDB). Em 2011, recebeu R\$ 60.000,00 do deputado Hélio Nishimoto. Em 2013 e 2014, R\$ 120.000,00, cada ano, do mesmo deputado;
- k) “10º Okinawa Festival”, que recebeu R\$ 101.909,60 do deputado Hélio Nishimoto (PSDB). Em 2011, recebeu R\$ 155.600,00 e, em 2014, R\$ 147.158,12 do mesmo deputado;
- l) “Lançamento do livro: Kizuna – 10 Nem no Nagare”, que recebeu R\$ 60.000,00 do deputado Hélio Nishimoto (PSDB);
- m) “XIX Concurso de Karaoke do Estado de São Paulo”, que recebeu R\$ 90.000,00 do deputado Hélio Nishimoto (PSDB). E, em 2011, recebeu R\$ 55.000,00 do mesmo deputado;
- n) “4º Festa da Colônia Japonesa de Sorocaba”, que recebeu R\$ 100.000,00 do deputado Junji Abe (DEM). E, em 2014, recebeu R\$ 80.000,00 do mesmo deputado.

Como é possível observar, não existe critério para a definição dos valores concedidos. O mesmo objeto recebeu quantias distintas, ao longo dos anos aqui estudados. Ou seja, a SEC firmou convênios com o mesmo objeto, por mais de uma vez, sem estabelecer critérios para a determinação do valor a ser concedido. Mesmo que os serviços contratados e os bens adquiridos pelos convenientes tenham sido diferentes a cada ano, o evento era o mesmo. Então, por que as quantias foram diferentes? Por que a SEC firmou convênios para a realização do “Festival do Japão”, repassando R\$ 90.000,00 em 2011, R\$ 205.000,00 em 2012, R\$ 220.000,00 em 2013 e R\$ 320.000,00 em 2014? A resposta mais extrema poderia ser a seguinte: porque os deputados assim quiseram, e, portanto, destinaram estes valores. No entanto, sendo a secretaria responsável pelos convênios da área cultural do estado, não caberia a ela alguma ingerência sobre os projetos a serem conveniados? Ou a pasta é mera intermediadora de repasse de recursos do Poder Legislativo? Não poderia ou deveria ser desenvolvido um trabalho junto ao Legislativo referente ao processo de conveniamento? Por que não há uma política com regras claras para conveniamento de projetos com o perfil destes em homenagem à cultura japonesa, já que os mesmos são contemplados constantemente?

Outro ponto a ser levantado é a grande quantidade de convênios em homenagem à cultura japonesa, firmados por meio de destinação do Legislativo. Num mesmo ano, foram 14 de um total de 77 para entidades sem fins lucrativos, cerca de 18%. Ao lado disto está a regularidade com que tais projetos foram apoiados. Claro que a cultura japonesa é importante, e temos muitas famílias de imigrantes japoneses no estado, mas uma vez que o recurso existente não é suficiente para todos, deveria haver uma política mais democrática para a distribuição da verba.

Ainda tendo em vista o ano de 2012, tivemos a final do “Campeonato Paulista de Fanfarras”, apoiada com R\$ 99.700,00 em 2012, e, em 2014, com R\$ 99.900,00, por meio de emenda do deputado Davi Zaia (PPS). O mesmo objeto foi fruto de convênio, por meio de escolha direta da SEC, em 2011 e 2013, recebendo a metade do valor destinado pelo deputado, R\$ 49.850,00 e R\$ 50.000,00, respectivamente. Por que a secretaria teve vontade de conveniar com a Federação de Fanfarras e Bandas do Estado de São Paulo por determinado valor em 2013 e pelo dobro deste valor, em 2014? A resposta poderia ser: porque estes foram os valores solicitados pela entidade. Sendo este o critério, poder-se-ia supor que se a Federação solicitasse R\$ 500.000,00 para o mesmo objeto em 2013, teria recebido? Ou a resposta também poderia ser: o valor mais alto foi destinado por um deputado, a secretaria aportou, de

recursos próprios, a metade do valor do deputado. Mas a SEC é a responsável por todos os convênios da área cultural do Estado de São Paulo, quem firma todos os convênios é ela. Além disso, as duas fontes de recursos, do Executivo e Legislativo, são recursos públicos, e ambas oneram o orçamento do estado.

O mesmo aconteceu com os seguintes objetos:

- a) “Cerimônia do Dia do Profissional de Dança do Estado de São Paulo”, que recebeu R\$ 239.060,00 do deputado Fernando Capez (PSDB) e, em 2013, recebeu R\$ 292.650,00 do mesmo deputado;
- b) “Celebração dos 115 anos de existência do Clube Recreativo 28 de Setembro”, que recebeu R\$ 60.000,00 do deputado Ary Fossen (PSDB) e, em 2011, R\$ 41.990,00 por meio de escolha direta da SEC;
- c) “Gincana Cultural”, que recebeu R\$ 150.000,00 do deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) e, em 2014, R\$ 700.000,00 do deputado Milton Vieira (DEM);
- d) “Curta Santos – Festival de Cinema”, que recebeu R\$ 100.000,00 do deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB). Em 2011, recebeu R\$ 70.000,00 por meio de escolha direta da SEC. E, em 2013, recebeu R\$ 60.000,00 da deputada Telma de Souza (PT).

Em 2013, nota-se um número alto de obras, cinco de um total de 16 convênios, celebrados por meio de escolha direta da SEC, sendo que as prefeituras foram contempladas com cinco obras - de um total de nove convênios. E, novamente, tivemos valores bastante discrepantes:

- a) “Reforma e ampliação do prédio da banda municipal”, R\$ 301.792,95;
- b) “Obras de infra-estrutura do teatro modular”, R\$ 200.000,00;
- c) “Construção de espaço para eventos culturais”, R\$ 150.000,00;
- d) “Reforma e ampliação da biblioteca municipal Guilherme de Almeida, R\$ 350.000,00;
- e) “Restauração da ponte Euclides da Cunha”, R\$ 1.222.908,11.

Em relação aos festivais, o padrão de investimento de valores discrepantes permanece. O “Festival de Literatura Infantil de Monteiro Lobato” recebeu R\$ 50.000,00 em 2013, mesmo valor que em 2011. Já em 2014, o festival recebeu o dobro, R\$ 100.000,00, sendo que este não foi o melhor ano para a SEC, em termos de orçamento para conveniamentos. A “Semana Euclidiana”, por sua vez, recebeu R\$ 39.949,23 em 2013. E, em 2012, recebeu R\$ 50.000,00 – todos convênios formalizados por meio de escolha direta da secretaria.

Os objetos de entidades sem fins lucrativos contemplados com recursos da SEC foram os seguintes: cinco festivais, um evento e uma obra. O evento foi a 22ª edição da “Expo Aflord”, celebração com venda de flores, comidas típicas e atrações culturais, mais uma vez em homenagem à cultura japonesa. Um dos festivais foi o “Encontro Estéticas das Periferias”, que recebeu R\$ 70.000,00. O mesmo festival recebeu R\$ 180.000,00 em 2014.

Ainda em 2013, os deputados contemplaram os seguintes objetos apresentados por prefeituras: três aquisições de instrumentos musicais e uma aquisição de equipamentos para teatro municipal; duas obras; um evento e um festival. O festival contemplado foi a 3ª edição do “Festival de Teatro de Ibira”, com R\$ 53.548,75 destinados pelo deputado João Paulo Rillo (PT). A 1ª edição deste festival foi apoiada, por meio de escolha direta da SEC, em 2011, recebendo R\$ 40.000,00 para sua realização. Já o evento foi a “Festa das Nações” de Nova Odessa. O objeto “festa das nações” foi contemplado com uma certa frequência, vejamos os casos de 2011 até 2014:

- a) “Festa da Nações” de Nova Odessa, que recebeu R\$ 120.000,00 do deputado Cauê Macris (PSDB) em 2013. Em 2014, recebeu R\$ 190.270,34 do mesmo deputado;
- b) “Festa das Nações” do Centro de Promoção Humana Lar Vicentino, que recebeu R\$ 100.000,00 do deputado Adriano Diogo (PT) em 2013. Em 2011, recebeu R\$ 106.530,00 e, em 2014, R\$ 100.000,00 do mesmo deputado;
- c) “Festa das Nações” do MCTA de São Caetano do Sul, Diadema, Mauá e Santo André, que recebeu R\$ 60.000,00 do deputado Alex Manente (PPS) em 2011;
- d) “XII FENATUPI – Festa das Nações de Tupi Paulista”, que recebeu R\$ 99.740,00 do deputado Mauro Bragato (PSDB) em 2011.

Neste cenário, apresenta-se desde uma festa das nações que recebeu R\$ 60.000,00 até outra que recebeu R\$ 190.270,34, valor este que, inclusive, aumentou muito de um ano para o outro. Trata-se da festa promovida pela prefeitura de Nova Odessa, que teve início em 2013, com o apoio de emenda parlamentar. A festa do Lar Vicentino chegou à sua 23ª edição no ano de 2014 e a FENATUPI em sua 12ª edição em 2011. Ambas, já tradicionais, receberam valores inferiores à festa de Nova Odessa, que estava apenas em sua 1ª e 2ª edição – a cidade era administrada pelo PSDB, mesmo partido do deputado destinatário das emendas e uma das cidades que compõem sua base eleitoral.

Também em 2013, foram apoiados projetos bem diversificados, tais como: “Exposição LGBT – moda, tendência e arte”; “Projeto cultural negro – uma outra história”; “Encontros e saraus culturais”; “Circuito estadual da Nação Hip Hop Brasil” e “Cerimônia em homenagem às bandas e fanfarras de destaque no ano de 2013”, todos com valores diversos. Além disso, em relação aos festivais, dos 19 apoiados, 12 foram em homenagem à cultura japonesa.

Por fim, em 2014, os objetos dos 32 convênios firmados por meio de escolha direta da SEC com prefeituras foram distribuídos da seguinte forma: 27 na categoria “diversos”, sendo um de aquisição de instrumentos musicais e 26 como parte do “Programa de Modernização de Bibliotecas Públicas Municipais”, mencionado anteriormente; três obras e dois festivais.

Aqui, vale destacar os valores destinados a obras de teatros públicos municipais, quantias que se destacam na comparação com os outros convênios; o investimento deu-se conforme segue:

- a) “Reforma no anfiteatro Governador Mario Covas”, R\$ 1.452.406,50;
- b) “Reforma e adequação do teatro municipal Valdir Silveira Mello”, R\$ 2.000.000,00;
- c) “Construção do teatro ópera de Campinas”, R\$ 3.886.638,63.

Somente um único destes projetos, o teatro de Campinas, recebeu mais do que o valor total disponível para o “Programa de Modernização de Bibliotecas Públicas Municipais”, que foi de R\$ 3.500.000,00 para ser dividido entre 25 bibliotecas. Ou seja, um edital público, com condições iguais de participação e regras claras, teve destinado o mesmo valor, na verdade um pouco menos, de o que teve um projeto escolhido diretamente pela SEC, sem concorrência pública.

Além disso, a prefeitura de Presidente Prudente foi conveniada duas vezes, uma delas visando a realização do “XXI FENTEPP”, e a outra, a prefeitura foi selecionada no “Programa de Modernização de Bibliotecas Públicas Municipais”. Assim, tivemos a mesma prefeitura sendo contemplada duas vezes no mesmo ano, enquanto 614 delas não celebraram nenhum convênio com a SEC, em 2014. Outro festival contemplado foi o já citado “Festival de Literatura Infantil de Monteiro Lobato”.

Em relação às entidades sem fins lucrativos, a SEC conveniou os seguintes objetos: oito projetos e sete festivais, sendo um em homenagem à cultura japonesa. Alguns festivais foram contemplados em anos anteriores, tais como: “Satyrianas”, “Estéticas das Periferias” e

“Festival de Cinema Latino-Americano de São Paulo”. E os projetos, como sempre, foram bastante diversificados, como, por exemplo: “Reciclópolis”, “Mapeamento dos teatros da cidade de São Paulo e portal do MOTIN” e “O circo de Natal”.

Os deputados, por sua vez, em 2014, contemplaram os seguintes objetos, fruto de parcerias com prefeituras: 19 diversos, sendo um aquisição de equipamentos para centro cultural, um aquisição de equipamentos de cinema e 17 aquisições de instrumentos musicais para bandas municipais, sete incluindo uniformes também; cinco obras; quatro festivais; dois eventos e dois projetos.

Observando estes números, é possível identificar uma demanda grande das prefeituras por instrumentos musicais para bandas municipais. Este foi um objeto sempre presente nos convênios firmados anualmente, de 2011 até 2014. Somente o deputado Beto Tricoli (PV) destinou seis emendas para este tipo de objeto, e o deputado Padre Afonso Lobato (PV) suas quatro emendas do ano. Em relação aos valores investidos, dos 19 convênios mencionados acima, 16 receberam aproximadamente R\$ 60.000,00; as exceções foram os seguintes projetos:

- a) “Aquisição de instrumentos e uniformes para a fanfarra municipal” de Vinhedo, que recebeu R\$ 35.987,98 do deputado Beto Tricoli (PV);
- b) “Aquisição de instrumentos musicais para orquestra acústica eletrônica de Mairiporã”, que recebeu R\$ 250.000,00 do deputado Carlos Roberto (PSDB);
- c) “Aquisição de instrumentos musicais e uniformes para banda municipal” de Cristais Paulista, que recebeu R\$ 99.961,00 do deputado Gilson de Souza (DEM).

Com base nestes dados, parece ter havido um consenso acerca do valor a ser investido neste tipo de objeto, em 2013 e 2014. Em 2013, foram firmados três convênios, por meio de emenda parlamentar, visando a aquisição de instrumentos musicais, todos eles no valor de R\$ 60.000,00. Em 2012, houve um de R\$ 90.000,00, e, em 2011, um de R\$ 55.536,02 e um de R\$ 50.000,00, via emenda parlamentar. Os três casos mencionados acima fogem do padrão, por razões que não são publicizadas.

Ainda tendo em vista este objeto específico, a SEC já tinha conhecimento desta demanda por parte dos municípios; muitas prefeituras possuem bandas municipais, e a carência de instrumentos musicais é verdadeira, tanto é que, nos anos de 2006, 2008, 2009, 2011 e 2012, a

própria secretaria fez uma licitação para aquisição de instrumentos, e montou kits, no valor de R\$ 18.064,30 cada, para os municípios, por meio do “Programa de incentivo a bandas e fanfarras”. A exceção foi São Luiz do Paraitinga, única cidade contemplada em 2011 e com instrumentos no valor total de R\$ 262.000,00²⁰. Nota-se, todavia, que os valores aportados pelo programa foram bem distintos dos investidos por meio de convênio. Então, mais uma vez, cabe o questionamento: diante do conhecimento da demanda, por que não fazer uma concorrência pública para selecionar os projetos/as prefeituras a serem conveniadas?

Em 2018, aconteceu esta seleção pública. O PROAC teve um edital dedicado ao apoio a bandas marciais e fanfarras, “PROAC n. 23 Concurso de apoio a projetos de fomento e difusão de bandas marciais e fanfarras no Estado de São Paulo”, sendo o primeiro concurso do Programa de Ação Cultural com este tipo de objeto. Por meio dele, foram selecionados dez projetos, no valor de R\$ 40.000,00 cada, que podiam contemplar tanto a atualização, preservação, manutenção de instrumentos musicais e uniformes até o intercâmbio com outras bandas e fanfarras por meio de campeonatos e eventos. Outro diferencial aqui é o fato de o proponente ser pessoa física. O valor, bastante discrepante em comparação com os aportes feitos por meio de convênios e também dos kits doados, demonstra, mais uma vez, a falta de parâmetro para a utilização dos recursos públicos.

A demanda por apoio a bandas e fanfarras é tão relevante para o Estado de São Paulo, que a doação de instrumentos musicais e equipamentos afins consta num artigo específico do decreto de reorganização da SEC, Decreto n. 50.941, de 5 de julho de 2006. No Artigo 101, é mencionada a doação como uma competência do Secretário de Estado da Cultura. E, ainda, o Decreto n. 48.214, de 4 de novembro de 2003, determina como atribuição da pasta a execução dos Campeonatos Estadual e Interestadual de Bandas e Fanfarras. No entanto, não está sendo desenvolvida de fato uma política para o setor, apenas apoios financeiros isolados e descontínuos.

Em 2014, também, algumas prefeituras foram conveniadas mais de uma vez, como foi o caso de Franco da Rocha, com três convênios visando a realização de concurso de bandas e fanfarras; festival multicultural itinerante e aquisição de equipamentos para a banda municipal. A prefeitura de Nova Odessa firmou dois convênios, visando a realização de um

---

²⁰ Informação obtida via Lei de Acesso à Informação.

projeto fotográfico e uma festa das nações. O mesmo se repete com Bragança Paulista e Charqueada, com a realização de festivais e aquisição de instrumentos musicais.

Finalizando 2014, os deputados destinaram emendas para entidades sem fins lucrativos na seguinte proporção: 46 projetos; 40 festivais, sendo 25 em homenagem à cultura japonesa; três livros/revistas, sendo dois livros em homenagem à cultura japonesa; três diversos, envolvendo realização de documentário, conservação e digitalização de acervo; um evento e uma obra.

Neste ano, 27 objetos envolvendo a cultura nipo-brasileira foram contemplados, com valores variados, sendo o mais baixo deles de R\$ 59.525,98 e o mais elevado de R\$ 320.000,00, num investimento total de R\$ 3.427.177,02, o que equivale a cerca de 30% do orçamento do ano utilizado em benefício de entidades. Já a cultura afro-brasileira teve três projetos atendidos, cada um no valor de R\$ 60.000,00, num total de R\$ 180.000,00, aproximadamente 1,6% do orçamento.

Outros exemplos de objetos conveniados para ilustrar a grande diversidade dos projetos contemplados: “Barca da cultura”; “Cultura.com”; “Economia da cultura”; “Alternativa de desenvolvimento local”; “Pássaros”; “Arte ere II”; “Circo para todos II”, “Mais cultura”; “Caravana da cidadania”; “Circuito do humor jovem”; “Giro cultural”; “Oficinas culturais”; “Oficinas de dança”; “Violas e repentes”; “Na rota da viola”; “Mostra cultural, semana cultural de São Matheus”; “Semana da consciência negra”; “Marcha pela consciência negra”; “Manifestações culturais populares e o resgate da cidadania”; “Tributo ao rapper Sabotage”; “Semente Zona Leste”; “Passos da paixão”; “Fé e festa”; “Iemanjá”; “Lideranças contam suas histórias”; “Exposição arte serrinha”; “A terra pode ser chamada de chão”; “Mameluco afro-brasileiro”; “Ritmos e batuques do Omo Oba Kossum”; “Implantação do museu virtual da capela”; “Rádio escola, teatro de arena, teatro jornal”; “Santuário das artes”; “Geração hip hop”; “Arte contra o crack”; “Artes de rua”; “Cultura na praça”; “Fórum metropolitano de cultura popular”; “Fórum de capoeira”; e “Simpósio internacional memória da cultura digital” – integrante do Prêmio Sérgio Motta de Arte e Tecnologia²¹. Além de festivais de teatro, literatura, música, corais, saraus, cinema, folclore, artes, dança, LGBT e festival dos imigrantes de Jacareí.

²¹ Foram utilizados partes dos nomes dos projetos e não os títulos inteiros. As partes mais importantes, que podem ilustrar melhor o conteúdo dos projetos.

Ao término da análise dos objetos dos convênios, cabe reforçar seu universo de possibilidades muito amplo, uma vez que a definição de convênio contempla projetos ou eventos culturais. Dentro desta gama de possibilidades, tentou-se estabelecer uma tipologia, definida da seguinte forma: projeto, festival, evento, publicações, obras e diversos. Utiliza-se o termo “projeto”, para abarcar objetos que contemplaram ações variadas, de forma geral, atividades mais consistentes, e em contraposição ao termo “festival” e “evento”, que possuem um caráter mais efêmero. “Evento” pode ser considerado uma comemoração, uma ação pontual, isolada, sem continuidade, ao passo que “festival” tem um caráter mais sólido, consistente e tende a ser mais duradouro, um evento com provável continuidade nos anos seguintes, além de ter duração maior. Os objetos incluídos na categoria “diversos” foram exemplificados acima, anualmente. Sendo assim, o quadro geral dos objetos dos convênios celebrados de 2011 a 2014 ficou da seguinte forma:

Tabela 12 – Tipos de objetos conveniados por meio de escolha direta da SEC

SEC	Projetos	Festivais	Eventos	Obras	Publicações	Diversos
Pref.	0	12	1	29	0	30
Ent.	19	29	3	4	0	1
TOTAL	19	41	4	33	0	31

Fonte: Bárbara Rodarte de Paula, 2018

Tabela 13 – Tipos de objetos conveniados por meio de emenda parlamentar

Dep.	Projetos	Festivais	Eventos	Obras	Publicações	Diversos
Pref.	6	9	5	10	0	28
Ent.	132	107	10	3	9	7
TOTAL	138	116	15	13	9	35

Fonte: Bárbara Rodarte de Paula, 2018

Os dados demonstram que a maior parte dos convênios teve como objeto festivais e projetos, 157 cada. A SEC apoiou prioritariamente festivais e obras, ao passo que os deputados optaram por incentivar mais projetos e festivais. Ou seja, objetos de mais longa duração foram

priorizados, ações culturais menos efêmeras, em comparação com eventos. Na categoria diversos, foram beneficiados objetos tais como: realização de documentários; aquisição de instrumentos musicais, equipamentos e obras de arte; e preservação de acervo.

Em relação aos festivais, cabe uma ressalva. A demanda da sociedade por apoio a festivais, também, é conhecida da secretaria, e, neste caso, reconhecida. A pasta publica anualmente editais, portanto realiza uma seleção pública, contemplando este tipo de objeto - por meio do PROAC. Em 2014, o PROAC n. 6 “Concurso de apoio a projetos de festivais de artes I no Estado de São Paulo” beneficiou 20 projetos, com R\$ 50.000,00 cada, sendo que por festivais de artes entendia-se:

[...] uma série de eventos artísticos diferentes que acontecem em período definido, em local(s) determinado(s), de caráter não competitivo e que compõe uma mostra da produção daquele segmento ou segmentos artísticos. Podem ser denominados festival, mostra, ciclo, etc, devendo ter duração mínima de 03 (três) dias (PROGRAMA DE AÇÃO CULTURAL N. 6, 2014).

Os festivais podiam ser inéditos ou não, e o proponente era necessariamente pessoa jurídica. No mesmo ano, foi publicado também o PROAC n. 7 “Concurso de apoio a projetos de festivais de artes II no Estado de São Paulo”. A definição de festivais de artes deste concurso foi a mesma apresentada acima; a diferença deu-se na ausência de menção quanto ao ineditismo do projeto; no número de projetos contemplados, 25; e no valor. Este edital foi dividido em dois módulos, o primeiro deles com prêmios de R\$ 90.000,00 e o segundo com o valor de R\$ 200.000,00 para cada contemplado.

Estes são editais tradicionais, e que já se tornaram referência para o estado. Deste modo, a demanda da sociedade pode ser atendida por meio do PROAC, num processo de seleção público, e por meio dos convênios, sem um processo democrático de seleção. Ou seja, o mesmo objeto pode ser contemplado de formas distintas pela mesma pasta. Neste sentido, cabe uma observação: entes do poder público não podem pleitear recursos da SEC via PROAC²². Desta forma, a prefeitura que queira realizar um festival, com o apoio da esfera

---

²² O PROAC foi criado em 2006; apenas em 2018 foi publicado o primeiro edital no qual o proponente pode ser ente do poder público, o “PROAC Municípios”. No entanto, o instrumento utilizado para a celebração da parceria continua a ser o convênio, diferentemente de todos os outros editais do mesmo programa, nos quais a parceira se dá por contrato. Além disso, o objeto deste edital é muito específico, não encontrando paralelo com os convênios analisados nesta pesquisa.

estadual, precisa recorrer ao convênio. Já as entidades sem fins lucrativos podem ser beneficiadas pelas duas fontes de financiamento.

5.2 Interesse público

Fazendo um apanhado das definições de convênio apresentadas no capítulo anterior, tendo em vista o objetivo do instrumento e as partes envolvidas, tem-se o seguinte quadro: a) “[...] realização de objetivos de interesse comum dos partícipes” (MEIRELLES, 2004²³ apud SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2009, p. 2); b) “[...] serviços de interesse recíproco de entidades públicas e organizações particulares [...]” (MEIRELLES, 2004, p. 82); c) “[...] consecução do objetivo comum, desejado por todos” (MEIRELLES, 2004, p. 83); d) “[...] realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco [...]” (TCU, 2013, p. 17); e) “[...] desde que demonstrado finalidade e interesse cultural para a população” (SÃO PAULO, 2008); f) “[...] para a realização de projetos ou eventos Culturais que demonstrem finalidade e interesse cultural à população” (SÃO PAULO, 2009); g) “[...] interesses convergentes, posto que a todos os convenientes anima o mesmo propósito de servir ao interesse público [...]” (ROSSI; CASTRO, 2006, p. 41); e h) “[...] projeto de interesse público [...]” (ROSSI; CASTRO, 2006, p. 41). Estes dois últimos trechos da definição do TCE sintetizam bem os demais apresentados.

Para Mello (2012, p. 62, **negrito e itálico do autor**), o interesse público - considerado como sinônimo de interesse do todo, do conjunto social - deve ser definido como: “[...] *o interesse resultante do conjunto dos interesses que os indivíduos pessoalmente têm quando considerados em sua qualidade de membros da Sociedade e pelo simples fato de o serem*”. De um lado, existem os interesses individuais de cada um – uma pessoa ou um grupo considerados singularmente, relacionados a sua vida particular. De outro, existe o interesse destas mesmas pessoas ou grupo de pessoas enquanto partícipes da sociedade – a dimensão pública destes interesses pessoais -, o que é denominado “interesse público”.

Também segundo Mello (2012), não existe, necessariamente, coincidência entre interesse público e interesse do Estado. O Estado é uma pessoa jurídica, e, portanto, pode ter interesses particulares, que são individuais e não públicos, chamados pelo autor de “interesses

---

²³ MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

secundários do Estado”, em contraposição aos “interesses primários”²⁴, que são os apresentados primeiramente. O autor complementa dizendo que o Estado somente poderá defender seus próprios interesses, quando estes coincidirem com a realização dos interesses públicos – os primários, uma vez que o Estado foi concebido para a realização dos últimos. Desta forma: “[...] a Administração não pode proceder com a mesma desenvoltura e liberdade com que agem os particulares, ocupados na defesa das próprias conveniências, sob pena de trair sua missão própria e sua própria razão de existir” (MELLO, 2012, p. 73).

Ainda tendo em vista interesses privados, Justen Filho (2006) acrescenta um novo elemento: o interesse do agente público. Sendo que o interesse público não pode ser afetado pelos interesses privados dos agentes que exercem função pública, e, tampouco, é admissível que o agente público opte pela realização de fins mais convenientes à Administração Pública. Para ele: “[...] a atividade administrativa tem de legitimar-se como via de realização dos interesses de todos os seres humanos” (JUSTEN FILHO, 2006, p. 39).

O interesse público para o Estado de São Paulo, na ausência de um modelo de aferição mais adequado, representativo e até mesmo preciso, pode ser observado por meio da minuta do PEC – tendo como base as diretrizes, os objetivos, as ações e metas constantes do plano -, sendo este documento, hoje, o que mais bem expressa, de forma sistematizada, os interesses dos paulistas em relação à área cultural.

Partindo-se da análise dos componentes do PEC, mencionados acima, é possível identificar, de forma sintetizada, as seguintes demandas da sociedade; portanto, o que a população considera importante, o que é de seu interesse:

- a) valorização e difusão dos patrimônios, das linguagens artísticas e das manifestações e expressões culturais;
- b) ações voltadas ao fortalecimento, à preservação e à promoção das expressões, dos patrimônios, das linguagens e das manifestações artísticas das culturas populares, tradicionais, indígenas, afro-brasileiras, ciganas, quilombolas, hip hop, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT) e das pessoas com deficiência, além do circo – ações que contemplem, inclusive, a transmissão dos saberes e práticas destes mestres, povos e comunidades;

---

²⁴ Esta teoria teve origem na Itália, e foi difundida no Brasil por Celso Antônio Bandeira de Mello.

- c) políticas de formação continuada para os fazedores e trabalhadores da cultura, visando sua profissionalização;
- d) ações de incentivo, qualificação e comercialização dos bens culturais indígenas;
- e) ações de estímulo à preservação do patrimônio material;
- f) criação de um sistema estadual de informações e indicadores culturais, que contenha dados artísticos e culturais de todos os municípios do estado;
- g) criação de um sistema estadual de informações e indicadores econômico-culturais, que disponibilize dados referentes aos orçamentos públicos municipais e estadual de cultura;
- h) instituição de um sistema de monitoramento e avaliação para as ações do PEC voltadas às culturas populares, tradicionais, indígenas, afro-brasileiras, quilombolas, ciganas e hip hop;
- i) mapeamento das ações da SEC e das expressões, dos patrimônios, das linguagens e das manifestações artísticas das culturas populares, tradicionais, indígenas, afro-brasileiras, ciganas, quilombolas, hip hop, LGBTT e das pessoas com deficiência, além dos circos itinerantes e do patrimônio tombado e salvaguardado por todas as esferas de governo, tornando públicas as informações;
- j) implementação de quadros técnicos permanentes na SEC voltados à gestão de políticas públicas para as diversas linguagens e manifestações artísticas e para a preservação do patrimônio cultural;
- k) ações para que os municípios possuam legislação ou uma instituição pública de preservação do patrimônio cultural;
- l) regionalização do orçamento e das ações da SEC, garantindo o pleno exercício dos direitos culturais e o fortalecimento da diversidade das expressões culturais de todo o território, inclusive assegurando ao menos uma biblioteca pública por município;
- m) desburocratização do acesso às ações da secretaria para os praticantes das expressões, dos patrimônios, das linguagens e das manifestações artísticas das culturas populares, tradicionais, indígenas, afro-brasileiras, ciganas, quilombolas, hip hop, LGBTT e das pessoas com deficiência;
- n) tornar a acessibilidade comunicacional item obrigatório nas ações desenvolvidas diretamente pela SEC e naquelas realizadas por meio de parcerias com a sociedade civil;

- o) desenvolvimento da gestão compartilhada do patrimônio cultural indígena, afro-brasileiro, popular, tradicional e do circo, em seus aspectos materiais e imateriais, em parceria com a SEC;
- p) fortalecimento do papel da rádio comunitária na promoção da diversidade das culturas indígenas, afro-brasileira, popular e tradicional, inclusive fomentando a implantação de rádios comunitárias em periferias urbanas, em comunidades de povos tradicionais de matriz africana, em comunidades quilombolas e nas aldeias e comunidades indígenas;
- q) ampliação do orçamento da pasta;
- r) criação e fomento de Pontos de Cultura;
- s) diversificação das modalidades de financiamento à cultura, de forma a atender as singularidades e a complexidade do campo cultural;
- t) fomento da cadeia produtiva da arte e da cultura, por meio de seus aglomerados e arranjos produtivos locais, no âmbito da economia sustentável e solidária, de forma a garantir o respeito à diversidade e à especificidade do setor cultural;
- u) articulação, junto à área da educação, do ensino das linguagens artísticas, valorizando o profissional do meio artístico – aquele que detém notório saber;
- v) rediscussão e reavaliação dos conceitos de patrimônio material e imaterial e de seus mecanismos de salvaguarda;
- w) democratização da gestão das políticas públicas, por meio da participação social;
- x) realização de conferências e fóruns municipais com ampla divulgação, para que os conselhos e colegiados sejam ocupados por legítimos representantes dos segmentos culturais e da sociedade civil;
- y) construção e implementação de um espaço cultural multiuso em cada cidade que ainda não dispuser de um equipamento cultural público, inclusive com estrutura adequada para atividades circenses nas cidades com mais de 50.000 habitantes ou recuperação dos espaços já existentes;
- z) estabelecimento de circuitos de circulação de produtos e serviços culturais em cidades de uma mesma região administrativa;
- aa) estímulo à criação e ao fortalecimento de redes e consórcios culturais (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015).

Outras demandas mais gerais: estabelecimento de redes de equipamentos culturais; promoção da apropriação social das tecnologias da informação e da comunicação; incentivo às formas de desenvolvimento sustentável e solidário, que reduzam as desigualdades regionais e respeitem a diversidade cultural; estabelecimento da cultura como protagonista nas ações de desenvolvimento sustentável, em suas dimensões econômica, cidadã e simbólica; assegurar condições favoráveis ao surgimento de iniciativas e empreendimentos culturais sustentáveis; consolidação do Fundo Estadual de Cultura como principal mecanismo de fomento; adequação do mecanismo estadual de incentivo fiscal à cultura – PROAC ICMS; e manutenção de mecanismos de diálogo para o debate sobre discriminação, intolerância e preconceito (COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015).

Com base nestes dados, fica evidente um grande interesse do plano, ou seja, da sociedade – uma vez que o plano devia representar os interesses da sociedade –, em relação aos seguintes segmentos: culturas populares, tradicionais, indígenas, afro-brasileiras, ciganas, quilombolas, hip hop, LGBTT, pessoas com deficiência e circo. Diversas ações foram pensadas exclusivamente para estes grupos. Outra demanda que se destacou foi em relação à criação de um sistema de informações e indicadores culturais - incluso aí um mapeamento da área -, um dos componentes no SNC, no entanto, não obrigatório. O termo “patrimônio cultural”, seja material ou imaterial”, também apareceu algumas vezes, além de uma preocupação com o orçamento e o fomento à cultura; com a formação cultural; e com a participação social, dentre outras necessidades, que apareceram de forma mais pontual.

5.3 Considerações

Conforme demonstrado acima e no capítulo imediatamente anterior, parece não haver critérios para a seleção dos projetos a serem conveniados, ao menos não critérios públicos, transparentes e democráticos. Tampouco se observa um padrão ou referencial para a definição dos valores a serem aportados nos projetos culturais. O exercício de perguntas e respostas extremadas, desenvolvido acima, foi feito justamente para tentar demonstrar esta ausência. A observação dos dados fala por si só.

A definição de convênio menciona “vontade de ambas as partes” e “interesses recíprocos”; desta forma, devia estar implícito, no entendimento destes termos, que a vontade de um órgão público necessita refletir o que é importante para a sociedade, o que ainda é reforçado com a definição de convênio, que cita “interesse público”. De acordo com o entendimento acerca de interesse público, o Estado não deve fazer valer seus interesses particulares, tampouco os agentes públicos os seus ou os da Administração Pública, em substituição ao interesse da sociedade. Todavia, vimos que, na prática, não é isto o que acontece.

Os interesses e as demandas da sociedade civil, levantados com base no PEC, não estão refletidos, de forma geral, nos objetos dos convênios celebrados. E, de forma específica, aparecem muito pontualmente, praticamente sem representatividade frente ao todo. Para aumentar o alcance de o que pode ser usado como base para o entendimento de interesse público, tendo em vista o Estado de São Paulo, acrescenta-se mais um elemento, um programa que também devia refletir as necessidades da sociedade na área cultural, o PROAC, já mencionado aqui – mais relevante programa de financiamento à cultura do Estado de São Paulo. O PROAC foi criado em 2006, e, desde então, os editais publicados anualmente foram sendo ampliados, de forma a atender novos interesses do setor, portanto preferências das quais a SEC tinha conhecimento.

Em 2014, os projetos apoiados contemplaram: circulação de artes cênicas para rua; produção e temporada de artes cênicas para crianças e jovens; produção e temporada de espetáculo inédito de teatro; primeiras obras de produção de espetáculo e temporada de teatro; difusão e circulação de teatro; difusão e preservação de acervos museológicos; festivais de artes; aprimoramento de espetáculo e manutenção de circo de lona com itinerância; montagem e temporada de espetáculo de circo; gravação de disco e circulação de espetáculo de música erudita, de canção e de música instrumental; produção de espetáculo inédito e temporada de dança; primeiras obras de produção de espetáculo de dança; publicação de coleção de livro; bolsa de incentivo à criação literária para poesia, dramaturgia, prosa e literatura infantil e juvenil; estímulo à leitura em bibliotecas municipais; história em quadrinhos; artes visuais; espaços independentes de artes visuais; livro de artista; manifestações culturais com temática LGBT; moda; gastronomia; artesanato; cultura digital; hip hop; saraus culturais; proteção e promoção da cultura indígena, das culturas populares e tradicionais; aprimoramento técnico-artístico; manutenção de espaços; desenvolvimento de série de TV; desenvolvimento de projetos de longa-metragem; telefilme para público infantil e juvenil; restauração de imóveis

tombados pelo CONDEPHAAT; publicação de conteúdo cultural; e artes integradas (PROGRAMA DE AÇÃO CULTURAL, 2014). Desta forma, o quão distante pode estar o interesse público do que a SEC priorizou por meio dos convênios?

Uma linha de raciocínio, na tentativa de justificar o que parece injustificável, podia ser a seguinte: o que a secretaria contemplou foi fruto de uma demanda da sociedade, uma vez que a sociedade civil foi proponente dos projetos, ao lado de instituições do poder público – que, em teoria, também devia representar o interesse público. Sendo assim, foi a sociedade civil que não apresentou projetos de acordo com as demandas sistematizadas no plano. A partir disto, teríamos duas questões a refletir, sendo a primeira delas: estaria a SEC, desta forma, isenta de responsabilidade, já que ela simplesmente recebeu as demandas? Não, pois como a própria definição de convênio diz, deve ser observado o interesse público. A secretaria deve ter em vista este conceito no momento da celebração de um convênio.

Além disso, cabe à SEC, como órgão público responsável pela cultura no Estado de São Paulo, um papel mais importante do que apenas o recebimento de projetos. Entre outras coisas, cabe a ela também zelar pela mais correta aplicação dos recursos públicos, principalmente considerando o fato de a verba disponível não ser suficiente para o atendimento de todas as demandas da área cultural. Então, é necessário analisar se o projeto é de interesse público ou de interesse limitado, e criar parâmetros para a definição dos valores a serem aportados, pensando na relação entre custo e benefício para a sociedade. Em outras palavras, é necessário definir uma política. Uma política que não leve em conta os interesses particulares do governo, tampouco os dos agentes públicos, mas sim o interesse público.

E, a segunda questão: de qual sociedade civil estamos falando? Daquela parcela restrita, que consegue ter acesso à política de conveniamento, já que não há transparência e publicização acerca deste mecanismo, que, apesar de ser, não é visto como uma forma de financiamento à cultura. Frequentemente, ouve-se falar sobre a Lei Rouanet e, na esfera estadual, o PROAC. No entanto, dificilmente os artistas e gestores culturais dizem pleitear recursos para seus projetos via conveniamento. E, como foi demonstrado aqui, os convênios movimentaram soma de recurso similar ao PROAC, de 2011 a 2014. Então, se as pessoas não sabem que existe mais esta possibilidade de financiamento para seus projetos, elas não podem expressar suas demandas por meio deste mecanismo. Sendo assim, são contemplados os poucos que têm acesso privilegiado à SEC.

Além disso, é claro que cabe ao órgão público um poder de discricionariedade; há que se pressupor que as pessoas que compõem a secretaria têm domínio sobre a área objeto da pasta, ou, ao menos, deviam ter. No pior dos mundos, o órgão é dotado de um mínimo de competência para desenvolver políticas públicas para o setor. Neste sentido, cabe a ele também, entender o que é de interesse público, e propor ações nesta direção, e não de forma a atender interesses particulares. Até mesmo para suprir lacunas de demandas apresentadas objetivamente pela sociedade, como acontece por meio do plano, por exemplo.

A análise do PEC demonstra, de forma geral, muitas propostas voltadas a um ou a alguns segmentos específicos. Enquanto uma parcela considerável da população, que produz cultura no estado, não foi contemplada. Sem mencionar o foco na produção, priorizada em detrimento de ações direcionadas à difusão e formação. Então, é papel da SEC identificar estas lacunas, e desenvolver ações o mais amplas e democráticas possíveis. Ações de interesse da secretaria, em acordo com a definição de convênio, mas que, sendo de interesse da SEC, reflitam as vontades da sociedade – o interesse público.

No entanto, isto não é observado nos convênios celebrados pela pasta. O presente capítulo discorreu sobre o perfil dos projetos contemplados; podem estes projetos, de forma geral – sem considerar atendimentos muito pontuais –, representar os interesses da sociedade, tendo em vista as demandas expressas por esta mesma sociedade no PEC ou até mesmo por meio dos editais do PROAC? Podem eles representar os interesses da secretaria, tendo em vista que a SEC deve representar os interesses da sociedade e não interesses particulares, segmentados e pontuais? Ou seja, podem os projetos vistos, de forma geral, representar o interesse público?

Desta forma, se os convênios não refletem o interesse público, qual é o fator preponderante no processo de conveniamento? Nunes (1999) propõe a existência de quatro padrões institucionalizados de relações entre sociedade e instituições políticas formais no Brasil, chamadas também de gramáticas: clientelismo, corporativismo, universalismo de procedimentos e insulamento burocrático. O último não é identificado com a presente pesquisa, então o foco se manterá nas três primeiras gramáticas.

Para Nunes (1997, p. 41), o clientelismo é: “[...] um sistema de controle do fluxo de recursos materiais e de intermediação de interesses [...]”, baseado em laços pessoais, tipificando uma gramática personalista, que envolve: “[...] uma combinação peculiar de desigualdade e

assimetria de poder com uma aparente solidariedade mútua, em termos de identidade pessoal e sentimentos e obrigações interpessoais [...]” (NUNES, 1999, p. 28). Além disso, ele fornece os mecanismos para demandas específicas da população, e dá acesso a privilégios por meio do aparelho do Estado.

Portanto, tendo em vista a análise feita neste capítulo e no imediatamente anterior, parece ser, de forma geral, que a política de convênios é clientelista. O motivo preponderante para a escolha dos projetos conveniados, a vontade recíproca, é personalista; e o interesse é privado e não público. Tem acesso ao mecanismo quem desenvolve relações pessoais com o Executivo e Legislativo. E, ainda, é importante observar a troca de favores presente no clientelismo, nas relações dos deputados com seus eleitores; e do Executivo, principalmente com as prefeituras municipais de mesmo partido do governo.

O corporativismo, por sua vez, ainda segundo Nunes (1999), também é um sistema de intermediação de interesses, mas organizado por categorias que representam as demandas específicas de determinado setor, e que possui legislação própria: “Tal como o clientelismo contemporâneo, o corporativismo é uma arma de engenharia política dirigida para o controle político, a intermediação de interesses e o controle do fluxo de recursos materiais disponíveis” (NUNES, 1999, p. 37). Na área cultural, devido às suas especificidades, podemos considerar que o corporativismo ocorre de maneira diferenciada, mais informal e espontânea. Grupos de determinado segmento artístico ou cultural formam-se para defender os interesses de seu respectivo setor ou de parte dos membros do setor, defendendo privilégios para alguns em detrimento de outros.

O corporativismo não se faz presente de forma marcante nos projetos conveniados de 2011 até 2014; a lógica por trás deles realmente parece ser a de interesses pessoais mais individualizados e não representativos de grupos, classes ou segmentos da área cultural. No entanto, o PEC nos remete, de certa forma - de maneira mais informal, como funciona a cultura em comparação com as outras áreas - à lógica do corporativismo, na medida em que muitas propostas têm como alvo segmentos específicos: culturas populares, tradicionais, indígenas, afro-brasileiras, ciganas, quilombolas, hip hop, LGBTT e pessoas com deficiência. O circo também aparece em algumas destas demandas. Estes grupos foram contemplados diversas vezes ao longo do plano. A primeira meta do documento pode exemplificar este cenário: “equiparar em R\$ 2 milhões até 2017, os recursos dos editais PROAC para Culturas

Populares e Tradicionais, Culturas Indígenas, Cultura afro-brasileiras, Hip Hop, LGBTT e circo, garantindo pelo menos 50% dos recursos para o interior”. Enquanto estes segmentos foram privilegiados, outros sequer foram mencionados, tais como: artistas de rua, grafiteiros, capoeira, slam etc.

Por fim, no universalismo de procedimentos, impera o impersonalismo. Esta gramática pressupõe normas que podem ser utilizadas por todos, regras e procedimentos universalísticos, direitos iguais, inclusive para proteção contra abusos de poder e para apresentação de demandas ao Estado, podendo ser aplicado para evitar a ação do clientelismo, desafiando favores pessoais (NUNES, 1999).

O universalismo de procedimentos expressa o que vem sendo defendido nesta pesquisa para o processo de conveniamento: condições iguais de participação; regras claras; procedimentos padronizados; critérios objetivos; e publicização. Ou seja, uma política democrática, sem privilégios, que vise o interesse público, e que considere os convênios como mais um mecanismo de financiamento à cultura, e não um como um instrumento para atendimentos personalistas. Os convênios como realmente uma política pública de cultura.

Neste sentido, podemos considerar que o MROSC, Lei 13.019, de 31 de julho de 2014, “[...] cuja contribuição principal é combinar a valorização das organizações da sociedade civil com a transparência na aplicação dos recursos públicos” (MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, 2015, p. 13), tenta estabelecer procedimentos padronizados para a realização de parcerias entre o Estado e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. A lei definiu regras para a celebração de termos de fomento e de colaboração, em substituição ao “convênio”, entre elas a necessidade de chamamento público para o recebimento de projetos, o que garante um processo mais democrático e transparente de participação e, por conseguinte, de acesso aos recursos públicos.

Desta forma, tanto o Estado pode identificar um interesse comum da sociedade – interesse público -, e propor um chamamento público para o recebimento de propostas que atendam as necessidades identificadas, como a sociedade civil pode realizar uma manifestação de interesse social, e, a partir daí, o Estado promover o chamamento público. Além disso, as propostas são selecionadas por meio de uma comissão. Tais medidas de universalização de procedimentos tendem a diminuir, se não burladas, o clientelismo, o corporativismo e a

supremacia de interesses particulares, em detrimento do interesse público, tornando assim o processo mais justo e democrático.

6 Considerações finais

A análise dos convênios celebrados pela SEC, de 2011 a 2014, possibilitou observar a distância entre o discurso da pasta e o que de fato é praticado. Ou seja, a incongruência entre o que a secretaria diz, acerca de sua visão de cultura e de seu entendimento sobre política cultural, e o que realmente realiza, por meio dos convênios. Além disso, ficou clara também a diferença entre a visão de cultura da pasta e a da sociedade civil, assim como a discrepância entre o que poder público executa e o que a sociedade deseja, com base na análise do PEC.

Neste sentido, de forma detalhada, foi apresentada a visão instrumental de cultura da secretaria - a cultura como meio, não sendo valorizada como um fim em si mesma. Ao passo que a minuta do PEC expressa uma visão de cultura mais antropológica, considerando a cultura como um modo de vida. Já referente à política cultural, não foi possível compreender o que a SEC entende pelo termo. No entanto, a pasta afirma buscar uma orientação por três valores: universalidade, pluralidade e qualidade. Em relação ao que a sociedade civil almeja, portanto, o que é de interesse público, foi demonstrada uma preocupação com políticas públicas destinadas principalmente para alguns segmentos específicos.

Por fim, o que é executado pela SEC foi analisado tendo em vista os convênios firmados pela pasta. O que são os convênios para a secretaria - um instrumento que devia servir para a formalização de parcerias, resultante de vontades convergentes entre as partes, para a realização de projetos de interesse público -, pode ser exemplificado por meio de três características que sobressaíram da presente análise.

A primeira delas refere-se à concentração do apoio, portanto de recursos, em algumas cidades, projetos e beneficiários. O número de cidades beneficiadas por meio de convênios foi muito pequeno. O Estado de São Paulo possui 645 municípios; destes, apenas 127 foram atendidos, sendo que alguns mais de uma vez. Somente o Município de São Paulo foi beneficiado com 43% dos convênios celebrados de 2011 a 2014. Já Votuporanga, Arujá, Cubatão e Ribeirão Preto são exemplos de municípios que foram contemplados anualmente.

Em relação aos recursos, a capital ficou com cerca de 29% do valor total investido no período. Na sequência, está Botucatu com quase 16% da verba; seguida por Taubaté, com aproximadamente 15% - montante destinado, quase em sua totalidade, para São Luiz do

Paraitinga. Ou seja, apenas três cidades ficaram com cerca de 60% do orçamento utilizado nos quatro anos aqui analisados. Outras 124 cidades dividiram 40% do recurso, enquanto 518 não receberam nada.

As obras de recuperação de São Luiz do Paraitinga ficaram com quase todo o montante destinado à cidade, por meio de entidade de Taubaté. A Pinacoteca de Botucatu ficou com toda a verba investida por meio de convênios na cidade. Considerando a capital, o restauro da Igreja Venerável Ordem Terceira do Seraphico Pai Francisco representou quase 23% do orçamento aportado na cidade. As prefeituras de Campinas e Marília também receberam quantias significativas para a execução de obras.

A prefeitura de Botucatu recebeu o aporte mencionado acima. No caso de Taubaté, foram três parceiros diferentes. A Fundação Feira do Livro de Ribeirão Preto recebeu 11 emendas parlamentares para o projeto “Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto”; e a Associação dos Artistas, dez emendas. A Associação Cultural Esportiva Agrícola de Suzano recebeu três emendas. A Associação Audiovisual foi conveniada anualmente para a realização do “Festival de Cinema Latino-Americano”, evento anual. É válido, ainda, mencionar a grande concentração de apoio em projetos relacionados à cultura japonesa.

O segundo ponto a ser considerado foi a influência do fator político na tomada de decisões. O recurso investido por meio de convênios foi mais alto em ano de eleições. Os anos de 2012 e 2014, eleições municipais e estaduais, respectivamente, concentraram quase 70% do valor total investido em convênios, no período estudado.

Além disso, mais prefeituras foram conveniadas por meio de escolha direta da SEC, sendo que prefeituras do partido do governo do estado foram privilegiadas. Conforme visto anteriormente, a prefeitura de Botucatu era governada pelo mesmo partido do governo estadual, na época da celebração do convênio para a instalação da Pinacoteca, o mesmo caso de São Luiz do Paraitinga, cidade beneficiária dos convênios firmados com a Mitra Diocesana de Taubaté. E, também, há que se observar o aporte considerável feito à prefeitura de São José do Rio Pardo, sendo que a reinauguração da ponte, objeto do convênio, contou até mesmo com a presença do governador.

Mais um adendo referente a Botucatu: o prefeito, à época da parceria, João Cury Neto, após o término de seu mandato, assumiu a direção da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), e, atualmente, é secretário estadual de educação de São Paulo. Tal fato pode demonstrar sua competência e/ou seu prestígio político, sendo uma possibilidade a ser considerada, que sua influência política tenha contribuído para o processo de conveniamento.

De um total de 72 convênios celebrados com prefeituras, por meio de escolha direta da SEC, administrações do PSDB ficaram com 35 deles e 76% do recurso destinado a prefeituras. Outro fato relevante, a hipótese mencionada em relação ao político e ex-secretário de cultura, Andrea Matarazzo, que pode ter beneficiado a capital em função de sua candidatura a vereador.

Os deputados, por sua vez, investiram mais em entidades sem fins lucrativos, com um detalhe importante: entidades sediadas em suas bases eleitorais. Um exemplo que pode ser dado aqui é o caso das emendas destinadas para a Baixada Santista pelos deputados Telma de Souza e Paulo Alexandre Barbosa, ex-prefeita e atual prefeito de Santos.

Aproveitando um dado recente, de 2018, para reforçar a hipótese de utilização dos convênios para fins políticos, o governador Geraldo Alckmin, dois dias antes de deixar o cargo para disputar as eleições de 2018, autorizou a transferência de R\$ 38.300.000,00 para a reforma do teatro do Centro de Convivência Cultural do Município de Campinas, espaço com capacidade para 550 pessoas. A prefeitura de Campinas é governada pelo PSB, mesmo partido do, até aquele momento, vice-governador, Márcio França. Além disso, o prefeito da cidade, Jonas Donizette, é o coordenador da campanha de França, que concorre ao governo do estado (PESSOA; FLECK, 2018). O valor equivale a cerca de 34% do total investido, por meio de convênios de 2011 e 2014, mais do que o valor aportado em todos os convênios da capital somados; além de ser bastante superior ao montante integral utilizado em 2017, que foi de R\$ 1.894.401,81. Os demais convênios, celebrados em 2018, até o mês julho, totalizaram R\$ 4.250.000,00, distribuídos entre 20 prefeituras e uma entidade sem fins lucrativos. Desta forma, o recurso destinado para Campinas mostra-se bastante destoante.

A terceira característica a sobressair: a ausência de uma política em torno dos convênios ou justamente a política de não ter uma política definida. Não existem critérios para a seleção dos projetos, tampouco para a definição dos valores a serem aportados, conforme demonstrado no

capítulo anterior com diversos exemplos, entre eles: a aquisição de instrumentos musicais e a construção e reforma de teatros municipais e de bibliotecas públicas. Inclusive, alguns projetos receberam valores diferentes nos diversos anos em que foram apoiados. Deste modo, conclui-se não haver transparência no processo de conveniamento. As regras, se existirem, não são claras e muito menos publicizadas. O processo não é democrático; não há condições iguais de participação.

Logo, ao menos na política de convênios, não é possível observar dois dos valores preconizados pela SEC para o desenvolvimento de sua política cultural: universalidade e pluralidade. Em relação às diretrizes apontadas pela pasta, o discurso também fica distante da prática. A primeira delas, a modernização da gestão pública, considerando aí a participação social e a implementação de procedimentos públicos e democráticos, não se faz presente. Sendo que seu oposto, a velha política, com a qual a secretaria afirma ter rompido, de interesses populistas, pode estar presente na seleção dos projetos. Já a interiorização das ações, outra diretriz preconizada pela secretaria, mostrou-se tímida; o recurso podia ter sido mais bem distribuído entre os municípios do estado. As outras diretrizes, a qualidade e a presença de ações nas regiões periféricas das grandes cidades não podem ser aferidas, por meio da presente pesquisa.

Em relação ao interesse público, considerando os desejos do estado como um todo e não apenas demandas pontuais, mais particulares e restritas, ficou claro que os convênios não atendem de forma representativa. Importante ressaltar que a cultura é construída pelos indivíduos, portanto, cabe ao Estado ouvir a sociedade, e, a partir do que for de interesse público, definir a política cultural a ser implementada, em constante diálogo com a sociedade. Especialmente no caso dos convênios, já que na própria definição do instrumento consta o propósito de servir ao interesse público. Ressaltando também o fato de o instrumento convênio ser utilizado para celebrar parcerias entre o poder público e a sociedade civil.

Os convênios são uma das poucas políticas que a secretaria executa diretamente, sem intermédio de OSs; portanto, na qual poderia de fato aplicar o que expressa por meio de seu discurso. No entanto, na prática, não é isto o que acontece. Prevalece a instrumentalização da cultura, a cultura como mecanismo para se atingir determinado fim, mas não os fins preconizados pela pasta em sua definição de cultura, em seu discurso.

Urfalino (2004) considera que, quando não existe mais coerência e convergência entre a concepção teórica e as ações práticas, mas existem diversas ações conceitualmente dispersas, há a dissolução da política cultural, e passa-se a utilizar o termo “políticas públicas de cultura”. No caso do instrumento convênio, tendo em vista como é executado pela SEC, fica difícil considerar até mesmo desta forma.

REFERÊNCIAS

AMIGOS DO GURI. Disponível em:

<<http://www.projetoguri.org.br/>>. Acesso em 30 nov. 2016.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/alesp/deputados-estaduais/?filtroNome=&filtroAreaAtuacao=&filtroBaseEleitoral=&filtroPartido=&filtroLegislatura=17&filtroEmExercicio=on&filtroEmExercicioPesquisa=S&filtroLegislaturaAtual=N>> Acesso em: 19 de fev. 2018.

AZZAN JR. Celso. **Antropologia e interpretação**: Explicação e compreensão nas antropologias de Lévi Strauss e Geertz. 3a ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

BARBALHO, Alexandre. **Por um conceito de política cultural**. 2005.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 5a ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n 2, abril/jun. 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200011>. Acesso em: 2 nov. 2017.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 9 jun. 2018.

_____. **Constituição (1988)**. Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012. Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc71.htm>. Acesso em: 9 jun. 2018.

_____. **Lei nº 13.019**, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Lei nº 13.204**, de 14 de dezembro de 2015. Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, “que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999”; altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.790, de 23 de março de 1999, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13204.htm>. Acesso em: 14 jun. 2018.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

_____. Definiciones en transición. **Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales em tiempos de globalización**, Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2001. Disponível em:

<<http://flacsochile.org/biblioteca/pub/memoria/1985/000908.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

_____. Políticas culturais na América Latina. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 2, n 2, p. 39-51, jul. 1983.

CASTRO, Celso (Org.). **Evolucionismo cultural**: textos de Morgan, Tylor e Frazer. 5a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. 7a ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Edição Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. Cultura política e política cultural. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 23, jan./abril. 1995.
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000100006>.
Acesso em: 6 nov. 2017.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. 2a ed. São Paulo: Iluminuras, 2012.

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Plano Estadual de Cultura**. 2015. Disponível em:
<<http://www.cultura.sp.gov.br/StaticFiles/SEC/PlanoEstadualdeCultura/PlanEstCultCompleto.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 13th ed. Boston: Pearson, 2013.

FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em:
<<http://www.fundacao-osesp.art.br/PaginaDinamica.aspx?Pagina=fundacaoosesp>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

FURTADO, Celso. **Ensaio sobre cultura e sobre o Ministério da Cultura**. 2a ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

GEERTZ, Clifford. Descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. p. 3-21.

_____. Os usos da diversidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 13-34, maio 1999.

GIL, Gilberto. **Discurso do ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo**. 2003a. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo-35324/10883>. Acesso em: 14 dez. 2016.

_____. **Pronunciamento do ministro Gilberto Gil na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados**. 2003b. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/pronunciamento-do-ministro-gilberto-gil-na-comissao-de-educacao-cultura-e-desporto-da-camara-dos-deputados-35546/10883>. Acesso em: 1 jan. 2017.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, jul./dez. 1997.

_____. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 11a ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em:
<<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2011/estimativa.shtm>>.
Acesso em: 6 abr. 2018.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 2a ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

LIMA, Luciana Piazzon Barbosa; Ortellado, Pablo; SOUZA, Valmir de. O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no campo da cultura. 2013. In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL – POLÍTICAS CULTURAIS, 2013, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013. Disponível em:
<<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Luciana-Piazzon-Barbosa-Lima-et-alii.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 29a ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 29a ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Estruturação, institucionalização e implementação do Sistema Nacional de Cultura**. Brasília, 2011.

_____. **Lei nº 12.343**, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2011/05/Lei12.343-PNC-Publica.pdf>>. Acesso em: 1 jan. 2017.

_____. **Metas do Plano Nacional de Cultura**. 2012. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2013/12/As-metas-do-Plano-Nacional-de-Cultura_3%C2%AA-ed_espelhado_3.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2017.

_____. **Praças CEUs**. Disponível em: <<http://ceus.cultura.gov.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

_____. **Praças do PAC**: manual de instruções para seleção das Praças do PAC. Disponível em: <<http://ceus.cultura.gov.br/images/pdfs/new-documents/manual-selecao.pdf>>. Acesso em: 10 de maio 2018.

_____. **Programa cultural para o desenvolvimento do Brasil**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/663683/programa+cultural+para+desenvolvimento+do+brasil/0e01310d-87ed-4011-99ef-118a9c2cf4cd>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. 2a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. 2003.

Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>>. Acesso em: 1 jan. 2017.

_____. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**. 2005. Disponível em: <<http://www.bermuseus.org/wp-content/uploads/2014/07/convencao-sobre-a-diversidade-das-expressoes-culturais-unesco-2005.pdf>> Acesso em: 1 jan. 2017.

_____. **Declaração universal sobre a diversidade cultural**. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 1 jan. 2017.

PESSOA, Gabriela Sá; FLECK, Isabel. Pré-candidato à reeleição, França eleva promessa de repasse a municípios. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 jul. 2018. Poder, Caderno A, p. 4.

REIS, Paula Felix. Estado e políticas culturais. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL – POLÍTICAS CULTURAIS, 2011, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_PaulaFelixReis_Estado_e_políticas_culturais.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2017.

ROSSI, Sérgio C.; CASTRO JR., Sérgio. Convênios: Características principais e aspectos de interesse. **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 115, p. 39-48, Julho/agosto de 2006.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no governo Lula. In: _____ (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 9-24.

SANTOS, Hortência Nepomuceno. Políticas culturais e inteligência coletiva. **Contemporânea**, Ed. 17, v. 9, n. 1. 2011. Disponível em: <www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_17/contemporanea_n17_03_nepomuceno.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2017.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 29.472**, de 10 de janeiro de 1991. Regulamenta o artigo 1º da Lei nº 8204, de 13 de janeiro de 1975. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a2/sp/s/sao-paulo/decreto/1991/2947/29472/decreto-n-29472-1991-regulamenta-o-artigo-1-da-lei-n-8204-de-13-de-janeiro-de-1975>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

_____. **Decreto nº 46.782**, de 24 de maio de 2002. Autoriza a Secretaria da Cultura a, representando o Estado, celebrar convênios com entidades culturais privadas sem fins lucrativos, visando à transferência de recursos financeiros para os fins que especifica. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2002/decreto-46782-24.05.2002.html>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

_____. **Decreto nº 48.065**, de 4 de setembro de 2003. Autoriza a Secretaria da Cultura a, representando o Estado, celebrar convênios com Municípios Paulistas e entidades culturais privadas, sem fins lucrativos, visando à transferência de recursos financeiros para os fins que especifica. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2003/decreto-48065-04.09.2003.html>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

_____. **Decreto nº 48.214**, de 4 de novembro de 2003. Dispõe sobre a transferência, da Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer para a Secretaria da Cultura, da execução dos Campeonatos Estadual e Interestadual de Bandas e Fanfarras e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2003/decreto-48214-04.11.2003.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

_____. **Decreto nº 50.941**, de 5 de julho de 2006. Reorganiza a Secretaria da Cultura. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2006/decreto-50941-05.07.2006.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

_____. **Decreto nº 53.127**, de 16 de junho de 2008. Autoriza a Secretaria da Cultura a representar o Estado de São Paulo na celebração de convênios com Municípios paulistas, visando à transferência de recursos financeiros para realização de obras em prédios próprios, de interesse na área cultural. Disponível em: <<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20080617&Caderno=DOE-I&NumeroPagina=6>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

_____. **Decreto nº 53.743**, de 1 de dezembro de 2008. Altera e acrescenta dispositivos no Decreto nº 46.782, de 24 de maio de 2002, que autoriza a Secretaria Cultura a, representando o Estado, celebrar convênios com entidades culturais privadas sem fins lucrativos, visando à transferência de recursos financeiros para os fins que especifica. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2008/decreto-53743-01.12.2008.html>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

_____. **Decreto nº 54.964**, de 19 de agosto de 2009. Substitui o Anexo III do Decreto nº 46.782, de 24 de maio de 2002, alterado pelo Decreto nº 53.743, de 1º de dezembro de 2008, que autoriza a Secretaria da Cultura a, representando o Estado, celebrar convênios com entidades culturais privadas sem fins lucrativos, visando à transferência de recursos financeiros para os fins que especifica e dá providências correlatas. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2009/decreto-54694-19.08.2009.html>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

_____. **Decreto nº 54.981**, de 3 de novembro de 2009. Autoriza a Secretaria da Cultura a representar o Estado de São Paulo na celebração de convênios com Municípios paulistas, visando à transferência de recursos financeiros para a realização de projetos ou eventos culturais. Disponível em: <<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20091104&Caderno=DOE-I&NumeroPagina=1>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

_____. **Decreto nº 63.377**, 7 de maio de 2018. Altera a denominação do Conselho Estadual de Cultura, da Secretaria da Cultura, para Conselho Estadual de Política Cultural, dispõe sobre sua organização, revoga o Decreto nº 52.958, de 5 de maio de 2008, e dá providências correlatas. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2018/decreto-63377-07.05.2018.html>>. Acesso em: 8 jun. 2018.

_____. **Lei Orgânica do Município de São Paulo**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a2/lei-organica-sao-paulo-sp>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

_____. **Lei nº 8204**, de 13 de janeiro de 1975. Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1975/820/8204/lei-ordinaria-n-8204-1975-dispoe-sobre-a-criacao-da-secretaria-municipal-de-cultura-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 6 de nov. 2017.

_____. **Lei nº 12.268**, de 20 de fevereiro de 2006. Institui o Programa de Ação cultural – PAC, e dá providências correlatas. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2006/lei-12268-20.02.2006.html>. Acesso em: 10 jun. 2018.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. **Manual de formalização e prestação de contas em convênios da Secretaria de Estado da Cultura**. São Paulo, 2009.

SAPIR, Edward. Cultura: autêntica e espúria. **Sociologia & antropologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 35-60, 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. Disponível em: www.cultura.sp.gov.br. Acesso em: 30 nov. 2016 e 6 maio 2018.

_____. **Apresentação da política cultural da Secretaria da Cultura** – versão 2106. Disponível em: <http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/2016.01-Pol%C3%ADtica-Cultural-da-SEC-SP.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. **Boletim Um: Cultura em Números**. Nº 1, mar. 2016. Disponível em: <http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/2017.01.04-Boletim-UM-n.-1-Cultura-em-N%C3%BAmeros-atualizado-1.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018.

_____. **Boletim Um: ProAC Editais**. Nº 3, dez. 2016. Disponível em: <http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/2017.02.17-Boletim-UM-n.-3-ProAC-Editais.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018.

_____. **Programa de ação cultural**. 2014. Disponível em: <http://www.proac.sp.gov.br>. Acesso em: 22 maio 2018.

_____. **Programa de ação cultural nº 6**. Concurso de apoio a projetos de festivais de artes I no Estado de São Paulo. 2014. Disponível em: <http://www.proac.sp.gov.br/wp-content/uploads/Edital-Proac-n%C2%BA-062014.pdf>. Acesso em: 22 maio 2018.

_____. **Programa de ação cultural nº 7**. Concurso de apoio a projetos de festivais de artes II no Estado de São Paulo. 2014. Disponível em: <http://www.proac.sp.gov.br/wp-content/uploads/Edital-Proac-n%C2%BA-072014-Republicado.pdf>. Acesso em: 22 maio 2018.

_____. **Programa de ação cultural nº 23**. Concurso de apoio a projetos de fomento e difusão de bandas marciais e fanfarras no Estado de São Paulo. 2018. Disponível em: http://www.proac.sp.gov.br/wp-content/uploads/23_18_Bandas-e-Fanfarras-revisado-pelo-Andr%C3%A9.pdf. Acesso em: 22 maio 2018.

_____. **Programa de modernização de bibliotecas públicas municipais vinculadas ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas** – SISEB. São Paulo, 2014. Disponível em: http://aprendersempre.org.br/arqs/EDITAL_PROGRAMA%20DE%20MODERNIZACAO%20DE%20BIBLIOTECAS%20PUBLICAS_2014.pdf. Acesso em: 5 abr. 2018

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO: Transferências voluntárias do governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.fazenda.sp.gov.br/TransferenciaVoluntaria/Sistema/Novo/PesquisaComposta.aspx>. Acesso em: 5 jan. 2018.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1600.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2018.

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Marco regulatório das organizações da sociedade civil:** a construção da agenda no governo federal – 2011 a 2014. 2015. Disponível em: <http://portal.convenios.gov.br/images/docs/MROSC/Publicacoes_SG_PR/04.12.15_MROSC_ArquivoCompleto_Capa_Miolo.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

SILVA, Terezinha Elisabeth. As regras do jogo nas políticas culturais: do mecenato ao neoliberalismo. **Informação & Sociedade:** Estudos, v. 3, n. 1, p. 30-36, 1993. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000000670/cd39a7442f6b6a70ff32597b68ca5100>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

SOUZA, Valmir. Políticas culturais em São Paulo e o direito à cultura. **Políticas Culturais em Revista**, 2 (5), p. 52-64, 2012. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/6535>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Convênios e outros repasses**. 4 edição. Brasília: Secretária-Geral de Controle Externo, 2013.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em:

<http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2008/est_result/resultadoEleicao.htm>. Acesso em: 12 fev. 2018.

_____. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/estatisticas/eleicoes/eleicoes-antiores/estatisticas-eleitorais-2012-1/estatisticas-eleitorais-2012>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

TYLOR, Edward Burnett. A ciência da cultura. In: CASTRO, Celso (Org.). **Evolucionismo cultural:** textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p. 69-99.

URFALINO, Philippe. **A invenção da política cultural**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

WAGNER, Roy. A presunção da cultura. In: _____. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2015. P. 37-68.

WILLIAMS, Raymond. *A cultura é de todos*. Tradução de “Culture is ordinary”, in: Norman Mackenzie (Ed.) *Convictions*. London: McGibbon and Gee, 1958, republicado como “Culture is ordinary”, in Raymond Williams, *Resources of Hope*. London: Verso, 1989.

_____. Os usos da teoria cultural. In: _____. **Política do Modernismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 189-209.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura:** usos da cultura na era global. 3ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

APÊNDICE A – CIDADES CONTEMPLADAS COM CONVÊNIOS DE 2011 A 2014

Apiaí	Engenheiro Coelho
Araçatuba	Ferraz de Vasconcelos
Araraquara	Franca
Araras	Franco da Rocha
Artur Nogueira	Garça
Arujá	Guararapes
Aspasia	Guararema
Atibaia	Guarujá
Bady Bassit	Guarulhos
Bastos	Herculândia
Batatais	Hortolândia
Bauru	Iacanga
Bom Jesus dos Perdões	Ibira
Bofete	Ibirarema
Botucatu	Ilhabela
Bragança Paulista	Ilha Comprida
Caçapava	Ilha Solteira
Cafelândia	Irapuru
Campinas	Itaberá
Campos do Jordão	Itanhaem
Cananéia	Itapeva
Capivari	Jacareí
Charqueada	Jacupiranga
Cristais Paulista	Jundiaí
Cubatão	Junqueirópolis
Cunha	Juquiá
Descalvado	Lavrinhas
Divinolândia	Leme
Dracena	Lençóis Paulista
Elias Fausto	Lins
Embu das Artes	Macatuba

Mairiporã	Rubinéia
Marília	Salto
Marinópolis	Salto Grande
Martinópolis	Sandovalina
Mauá	Santa Fé do Sul
Mogi das Cruzes	Santa Rosa do Viterbo
Mogi Mirim	Santo André
Monte Alto	Santos
Monteiro Lobato	São Bernardo do Campo
Nazaré Paulista	São Caetano do Sul
Narandiba	São Carlos
Nova Odessa	São José do Rio Pardo
Osasco	São José do Rio Preto
Oswaldo Cruz	São José dos Campos
Ourinhos	São Luiz do Paraitinga
Palmital	São Paulo
Pederneiras	São Simão
Pedro de Toledo	São Vicente
Piedade	Sorocaba
Piquerobi	Suzano
Poá	Tambaú
Pompéia	Taquarituba
Presidente Epitácio	Tarumã
Presidente Prudente	Taubaté
Praia Grande	Tremembé
Quatá	Tupã
Queluz	Tupi Paulista
Redenção da Serra	Turiuba
Registro	Ubatuba
Ribeirão Pires	Uru
Ribeirão Preto	Vinhedo
Rinópolis	Votuporanga
Riversul	

**APÊNDICE B – PREFEITURAS CONTEMPLADAS COM CONVÊNIOS
DE 2011 A 2014**

Prefeitura de Apiaí	Prefeitura de Guarujá
Prefeitura de Araçatuba	Prefeitura de Herculândia
Prefeitura de Araraquara	Prefeitura de Iacanga
Prefeitura de Artur Nogueira	Prefeitura de Ibira
Prefeitura de Aspasia	Prefeitura de Ibirarema
Prefeitura de Atibaia	Prefeitura de Ilha Solteira
Prefeitura de Bady Bassit	Prefeitura de Ilhabela
Prefeitura de Bastos	Prefeitura de Irapuru
Prefeitura de Batatais	Prefeitura de Itaberá
Prefeitura de Bauru	Prefeitura de Itanhaém
Prefeitura de Bofete	Prefeitura de Itapeva
Prefeitura de Bom Jesus dos Perdões	Prefeitura de Jacupiranga
Prefeitura de Botucatu	Prefeitura de Jacupiranga
Prefeitura de Bragança Paulista	Prefeitura de Jundiaí
Prefeitura de Caçapava	Prefeitura de Junqueirópolis
Prefeitura de Cafelândia	Prefeitura de Juquiá
Prefeitura de Campinas	Prefeitura de Lavrinhas
Prefeitura de Cananéia	Prefeitura de Leme
Prefeitura de Capivari	Prefeitura de Lençóis Paulista
Prefeitura de Charqueada	Prefeitura de Lins
Prefeitura de Cristais Paulista	Prefeitura de Macatuba
Prefeitura de Cubatão	Prefeitura de Mairiporã
Prefeitura de Descalvado	Prefeitura de Marília
Prefeitura de Divinolândia	Prefeitura de Marinópolis
Prefeitura de Dracena	Prefeitura de Martinópolis
Prefeitura de Elias Fausto	Prefeitura de Mauá
Prefeitura de Franca	Prefeitura de Mogi das Cruzes
Prefeitura de Franco da Rocha	Prefeitura de Mogi Mirim
Prefeitura de Garça	Prefeitura de Monteiro Lobato
Prefeitura de Guararapes	Prefeitura de Narandiba
Prefeitura de Guararema	Prefeitura de Nazaré Paulista

Prefeitura de Nova Odessa
Prefeitura de Osvaldo Cruz
Prefeitura de Ourinhos
Prefeitura de Palmital
Prefeitura de Pederneiras
Prefeitura de Pedro de Toledo
Prefeitura Municipal de Piquerobi
Prefeitura de Pompeia
Prefeitura de Presidente Epitácio
Prefeitura de Presidente Prudente
Prefeitura de Quatá
Prefeitura de Queluz
Prefeitura de Redenção da Serra
Prefeitura de Rinópolis
Prefeitura de Riversul
Prefeitura de Rubineia
Prefeitura de Salto
Prefeitura de Salto Grande
Prefeitura de Sandovalina
Prefeitura de Santa Fé do Sul
Prefeitura de Santa Rosa do Viterbo
Prefeitura de Santo André
Prefeitura de Santos
Prefeitura de São Carlos
Prefeitura de São José do Rio Pardo
Prefeitura de São José do Rio Preto
Prefeitura de São Luiz do Paraitinga
Prefeitura de São Simão
Prefeitura de Sorocaba
Prefeitura de Tambaú
Prefeitura de Taquarituba
Prefeitura de Tarumã
Prefeitura de Taubaté

Prefeitura de Tremembé
Prefeitura de Tupi Paulista
Prefeitura de Turiúba
Prefeitura de Uru
Prefeitura de Vinhedo
Prefeitura de Votuporanga

**APÊNDICE C – ENTIDADES CONTEMPLADAS COM CONVÊNIOS
DE 2011 A 2014**

ABAÇAI CULTURA E ARTE
ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS
AÇÃO COMUNITÁRIA TODOS IRMÃOS
AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA PESQUISA E INFORMAÇÃO
ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE DEFESA DE DIREITOS E FORMAÇÃO POPULAR
ARRASTÃO - MOVIMENTO DE PROMOÇÃO HUMANA
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA NIPO BRASILEIRA DE ATIBAIA
ASSOCIAÇÃO CULTURAL PROVINCIANOS DE KOCHI NO BRASIL
ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE BAIRRO DE VILA FRANCA E ADJACÊNCIAS
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA NIPO BRASILEIRA DE OSASCO
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA NIPO-BRASILEIRA
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA OKINAWA SANTA MARIA
ASSOCIAÇÃO DE JOVENS MAKANUDOS DE JAVEH
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA BANDA SINFÔNICA DE CUBATÃO
ASSOCIAÇÃO REQUIOS GEINO DOKOKAI - EISA TAIKO
ASSOCIAÇÃO RIBEIRÃO EM CENA DE ATORES PROFISSIONAIS
AMADORES E UNIVERSITÁRIOS DE RIBEIRÃO PRETO
ASSOCIAÇÃO RIBEIRÃO PIRENSE DE CIDADÃOS ARTISTAS
ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL MONTE MORIA
ASSOCIAÇÃO BALLET STAGIUM MARIKA GIDALI
ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA ESPORTIVA BLOCO DO BECO
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL DA LIBERDADE
ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA ARTE E MANTENEDORES DA VIRTUAL
COMPANHIA DE DANÇA
ASSOCIAÇÃO DE ARTE E CULTURA PERIFERIA INVISÍVEL
ASSOCIAÇÃO MITRAS PARA DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL CULTURAL E
SOCIAL
ASSOCIAÇÃO 19 DE SETEMBRO
ASSOCIAÇÃO ABARE ARTE EM CENA
ASSOCIAÇÃO AÇÃO COMUNITÁRIA NOVA HELIÓPOLIS
ASSOCIAÇÃO ANTONIO E MARCOS CAVANIS

ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL COMUNITÁRIA AZARIAS
ASSOCIAÇÃO AUDIOVISUAL
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE JANGA+AÇÃO
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTA ZITA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TAIKO
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO CIRCO
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ORGANIZADORES DE FESTIVAIS DE FOLCLORE
E ARTES POPULARES
ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE OSASCO
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMANHÃ PARA TODOS
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVO GRUPO THE FRIENDS
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ASSITENCIAL MIE KENJIN DO BRASIL
ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA PRINCESA ISABEL
ASSOCIAÇÃO CULTURAL BEATO JOSE DE ANCHIETA
ASSOCIAÇÃO CULTURAL CECILIA
ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO BROOKLIN
ASSOCIAÇÃO CULTURAL DYNAMITE
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA NIKKEY DE MARÍLIA
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA DE PIEDADE
ASSOCIAÇÃO CULTURAL ESPORTIVA AGRÍCOLA SUZANO
ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
ASSOCIAÇÃO CULTURAL NIPO-BRASILEIRA REGISTRO
ASSOCIAÇÃO CULTURAL OPERETA
ASSOCIAÇÃO CULTURAL SIMBORA
ASSOCIAÇÃO CULTURAL TOCANDO A VIDA
ASSOCIAÇÃO CULTURAL ZEQUINHA DE ABREU
ASSOCIAÇÃO CULTURAL AGRÍCOLA E ESPORTIVA PRESIDENTE PRUDENTE
ASSOCIAÇÃO DA CASA DOS DEFICIENTES DE ERMELINO MATARAZZO
ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO ARQUIVO DO ESTADO
ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO CULTURAL DE ATIBAIA
ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO CULTURAL DO INTERIOR PAULISTA
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DA ESCOLA MUNICIPAL DE BAILADO
ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS
ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DOS SATYROS

ASSOCIAÇÃO DOS FLORICULTORES DE VIA DUTRA
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE ESPETÁCULOS TEATRAIS
ASSOCIAÇÃO EM DEFESA DA SAÚDE E DA FAMÍLIA
ASSOCIAÇÃO FORÇA JOVEM VILA MARA
ASSOCIAÇÃO GALPÃO RASO DA CATARINA
ASSOCIAÇÃO GUARÁ DE PROMOÇÃO À VIDA
ASSOCIAÇÃO INSTITUTO CULTURAL JANELA ABERTA
ASSOCIAÇÃO JAPONESA DE SANTOS
ASSOCIAÇÃO MINISTÉRIO SEMENTE
ASSOCIAÇÃO OKINAWA DE VILA CARRÃO
ASSOCIAÇÃO OKINAWA KENJIN DO BRASIL
ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS PRODUTORES AUDIOVISUAIS
ASSOCIAÇÃO PROJETO TAMTAM
ASSOCIAÇÃO QUELUZ
ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CAMINHO PARA A VIDA
ASSOCIAÇÃO TEATRO OFICINA UZYNA UZONA
ASSOCIAÇÃO TRES IRMÃOS
ASSOCIAÇÃO VIA CULTURAL
ASSOCIAÇÃO ZUMALUMA
BLOCO CULTURAL ZÉ CARIOCA
BUNKYO-ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE MOGI DAS CRUZES
CASA CULTURAL E RELIGIOSA ILE AXÉ OMO ODÉ
CASA DA TERCEIRA IDADE TEREZA BUGOLIN
CASA DE CULTURA SANTA TEREZA
COLETIVO DE EMPRESÁRIO E EMPREENDEDORES AFRO-BRASILEIROS
CENTRO ASSISTENCIAL CRIANÇA A LUZ DO AMANHÃ
CENTRO CULTURAL ARENART DE ARTUR ALVIM
CENTRO CULTURAL CASA DE JOANA
CENTRO CULTURAL E ESPORTIVO FÉ E CIDADANIA
CENTRO DE APOIO AÇÃO E TRANSFORMAÇÃO "OIA EU"
CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
"MÔNICA PAIÃO TREVISAN"
CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DO IMIGRANTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO DA ZONA LESTE

CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA LAR VICENTINO
CENTRO DE FOMENTO SOCIAL E CIDADANIA CAMINHOS DE CUNHA
CENTRO SOCIAL E CULTURAL SANTUÁRIO DAS ARTES
CENTRO SOCIAL PARQUE ESTORIL
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS E SINDICAIS 1º DE MAIO
CIDADÃO DO MUNDO ARTE E CULTURA
CLUBE BENEFICENTE CULTURAL RECREATIVO JUNDIAIENSE
COMPANHIA DE ARTES TRIBUS
COMUNIDADE NOVA CIVILIZAÇÃO
COOPERATIVA PAULISTA DE TEATRO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO
ESPAÇO EDITH CULTURA
ESPAÇO MOGI DE APOIO A EDUCAÇÃO CULTURA E PESQUISA
FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ARTES CIRCENSES E ACROBACIAS
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PROVÍNCIAS DO JAPÃO
FEDERAÇÃO DE FANFARRAS E BANDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
FEDERAÇÃO DE SAKURA E IPÊ DO BRASIL
FUNDAÇÃO ALAVANCA DE UBATUBA
FUNDAÇÃO ARAPORÃ
FUNDAÇÃO BIENAL DE SÃO PAULO
FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA
FUNDAÇÃO D. PEDRO II
FUNDAÇÃO DE APOIO À UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FUNDAÇÃO DOM JOSE ANTÔNIO DO COUTO
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CULTURAL E ARTÍSTICA ELEAZAR DE CARVALHO
FUNDAÇÃO FEIRA DO LIVRO DE RIBEIRÃO PRETO
FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA
FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DE LEITURA RUY BARBOSA
GRÊMIO RECREATIVO CULTURAL EDUCACIONAL E SOCIAL MARAVILHA
GRUPO DE ADOLESCENTES MULTIPLICADORES DE REDE
IANDE ORGANIZACAO NÃO GOVERNAMENTAL
INTERCÂMBIO, INFORMAÇÕES, ESTUDOS E PESQUISAS
ILE AXE DE YANSA

INSTITUTO PAULISTA DE ARTE E MÚSICA
INSTITUTO BRASIL-JAPÃO DE INTEGRAÇÃO CULTURAL E SOCIAL
INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO
INSTITUTO ÁGUAS DO PRATA
INSTITUTO ARTE NO DIQUE
INSTITUTO CULTURAL VASCO CARMANO GONÇALVES
INSTITUTO CULTURAL NIPO BRASILEIRO DE CAMPINAS
INSTITUTO CULTURAL SANTA ISABEL
INSTITUTO DA CULTURA ÁRABE
INSTITUTO DE FORMAÇÃO POLÍTICA AUGUSTO BOAL
INSTITUTO DE INCLUSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL
INSTITUTO EM DEFESA DA CIDADANIA 3º MILÊNIO
INSTITUTO HATUS
INSTITUTO LINA B.O. E P.M. BARDI
INSTITUTO MENSAGEM DE PAZ
INSTITUTO NAK DO BRASIL
INSTITUTO NINHOS
INSTITUTO PAULO KOBAYASHI
INSTITUTO POMBAS URBANAS
INSTITUTO PROFESSOR RAFAEL PASQUALINI MIQUILIN
INSTITUTO SERGIO MOTTA
INSTITUTO SOCIO-CULTURAL VOZ ATIVA
INSTITUTO UNIÃO KERALUX
LIGA INDEPENENTE DAS ESCOLAS DE SAMBA E BLOCOS
MCTA - DE SÃO CAETANO DO SUL DIADEMA MAUÁ E SANTO ANDRÉ
MITRA ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO
MITRA DIOCESANA DE REGISTRO
MITRA DIOCESANA DE TAUBATÉ
MOMUNES
MOVIMENTO CULTURAL PENHA
MOVIMENTO PELO DIREITO À MORADIA
MOVIMENTO SOCIAL BENEFICENTE
NIPPON COUNTRY CLUB
NÚCLEO ASSISTENCIAL À CRIANÇA EXCEPCIONAL MUNDO ENCANTADO

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA
OBRA SOCIAL DA PARÓQUIA DE SÃO MATEUS APÓSTOLO
OBRAS SOCIAIS NOSSA SENHORA AQUIROPITA
CENTRO INFORMAÇÃO MULHER
ORBE - TRABALHO, TERRA, AMBIENTE, GENTE
ORGANIZAÇÃO SOCIAL PRIMA CULTURE DESENVOLVIMENTO HUMANO
POLÍTICO PUB
OBRAS RECREATIVAS PROFISSIONAIS SOCIAIS
PAIDÉIA ASSOCIAÇÃO CULTURAL
POLO CULTURAL EDUCAÇÃO E ARTE
PROJETO CULTURAL SAMBA AUTÊNTICO
S.O.S. CULTURA - ASSOCIAÇÃO SIMONENSE DE CULTURA
SERVIÇO SOCIAL BOM JESUS DE PIRAPORINHA
SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DA DANÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SINDICATO RURAL DE SÃO CARLOS
SOWETO ORGANIZAÇÃO NEGRA
TEATRO DO KAOS
TEATRO POPULAR UNIÃO E OLHO VIVO
UNIÃO CULTURAL E ESPORTIVA NIPO-BRASILEIRA DE SOROCABA
UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES CULTURAIS DE SANTO AMARO
UNIÃO DE MULHERES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
UNIÃO ESPÍRITA JESUS GONÇALVES
UNIÃO PAULISTA DE KARAOKÊ
UNIÃO POPULAR DE MULHERES DE CAMPO LIMPO

**APÊNDICE D – DEPUTADOS QUE DESTINARAM EMENDAS PARA A CULTURA
DE 2011 A 2014 E SEUS RESPECTIVOS PARTIDOS**

Adriano Diogo (PT)	Hélio Nishimoto (PSDB)
Alcides Amazonas (PC DO B)	Heroilma Soares (PTB)
Aldo Demarchi (DEM)	Itamar Borges (PMDB)
Alencar Santana (PT)	João Antônio (PT)
Alex Manente (PPS)	João Paulo Rillo (PT)
Ana do Carmo (PT)	Jooji Hato (PMDB)
André Soares (DEM)	José Antônio (PT)
Antonio Mentor (PT)	José Cândido (PT)
Ary Fossen (PSDB)	Junji Abe (DEM)
Baleia Rossi (PMDB)	Keiko Ota (PSB)
Beto Tricoli (PV)	Leci Brandão (PC DO B)
Carlão Pignatari (PSDB)	Luciano Batista (PSB)
Carlos Bezerra Jr. (PSDB)	Luiz Carlos Gondim (PPS)
Carlos Neder (PT)	Luiz Claudio Marcolino (PT)
Carlos Giannazi (PSOL)	Luiz Moura (PT)
Carlos Roberto (PSDB)	Marcos Martins (PT)
Carlos Sampaio (PSDB)	Maria Lúcia Amary (PSDB)
Cauê Macris (PSDB)	Mauro Bragato (PSDB)
Celso Giglio (PSDB)	Milton Leite Filho (DEM)
Chico Sardelli (PV)	Milton Vieira (DEM)
Davi Zaia (PPS)	Olímpio Gomes (PDT)
Dilmo dos Santos (PV)	Orlando Morando (PSDB)
Donisete Braga (PT)	Padre Afonso Lobato (PV)
Duarte Nogueira (PSDB)	Paulo Alexandre Barbosa (PSDB)
Edinho Silva (PT)	Rafael Silva (PDT)
Edinho Araújo (PMDB)	Ramalho da Construção (PSDB)
Estevam Galvão (DEM)	Ricardo Montoro (PSDB)
Fernando Capez (PSDB)	Roberto Engler (PSDB)
Gilson de Souza (DEM)	Roberto Felício (PT)
Guilherme Mussi (PV)	Rodrigo Garcia (DEM)

Rui Falcão (PT)

Samuel Moreira (PSDB)

Simão Pedro (PT)

Telma de Souza (PT)

Ulysses Tassinari (PV)

Vanderlei Macris (PSDB)

Walter Ihoshi (DEM)

Welson Gasparini (PSDB)

William Dib (PSDB)